



**PACTO PELA VIDA
PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**



Recife, 08 de maio de 2007.

ANEXO 04



**PACTO PELA VIDA
PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Governador Eduardo Campos
Vice-Governador João Lyra Neto
Secretário de Defesa Social Romero Menezes**



FICHA TÉCNICA

**Fórum Estadual de Segurança Pública
Plano Estadual de Segurança Pública
Recife, Pernambuco. 151p. Maio de 2007.**

Governador

EDUARDO CAMPOS

Vice-Governador

JOÃO LYRA NETO

Secretário de Defesa Social

ROMERO MENEZES

Coordenador Executivo do Fórum Estadual de Segurança Pública

JOSÉ LUIZ DE AMORIM RATTON JÚNIOR

Equipe / Pesquisadores:

Clarissa Galvão Cavalcanti Borba

Eduardo de Alencar Abreu Matos

Rafael dos Santos Fernandes Sales

Rayane Maria de Lima Andrade

Paula Neves Cisneiros

Joanna Lessa Fontes Silva

Ricardo Motta Pansera

Gabriella de Barros Afonso Ferreira

Daianne Rafael Vieira

Leonardo Nóbrega da Silva

Fernando Silva

Gerard Viader Sauret

Ana Flávia de Andrade Ferraz

Paulo Coelho Vieira

PARTICIPANTES DA PLENÁRIA DO FÓRUM ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Governador Eduardo Henrique Accioly Campos – Presidência
Vice-Governador João Lyra – Vice-Presidência
Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Estadual Guilherme Uchoa
Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Fausto Freitas
Procurador Geral da Justiça - MPPE Paulo Bartolomeu Varejão, representado pelo Promotor Fernando Pessoa
Presidente da OAB-PE Jayme Asfora
Secretário de Defesa Social Romero Lucena de Menezes
Secretário de Educação Danilo Cabral
Secretário de Saúde Jorge Gomes
Secretária Especial da Mulher Cristina Buarque
Secretário Especial da Casa Militar Cel. Mário Cavalcanti
Secretário Especial de Articulação Social Waldemar Borges
Secretário Especial de Esportes Nelson Pereira
Secretário das Cidades Humberto Costa (representado pela Secretária Adjunta Ana Suassuna Fernandes)
Secretário Especial de Cultura Ariano Suassuna
Secretário Especial de Juventude e Emprego Pedro Mendes
Secretário Executivo de Desenvolvimento Social Roldão Joaquim
Secretário Executivo de Ressocialização Cel. Humberto de Azevedo Viana Filho
Secretário Chefe da Assessoria Especial do Governador Izael Nóbrega
Airtton Jose de Oliveira
Ana Glória Toledo Melcop
Ângelo Castelo Branco
Arnaldo Miranda
Cláudio Marinho
Edilene Pajeú
Francinaldo Alves Correia
Joana Santos Pereira
José Wellington Silva de Medeiros
Marcílio Dantas Brandão
Mercia Maria Alves
Mônica Oliveira
Paulo Luis de Melo
Socorro Santos
Wílma Waldomiro de Melo
Jose Luiz de Amorim Ratton Jr – Coordenação Executiva do Fórum

CONVIDADOS OBSERVADORES

Deputada Federal Ana Arraes
Deputado Estadual Isaltino Nascimento
Deputado Estadual Sérgio Leite
Deputado Estadual Sílvio Costa Filho
Secretário Adjunto de Defesa Social de Minas Gerais Luís Flávio Sapori
Chefe PCPE Manuel Carneiro
Comandante da PMPE Cel. Iturbson A. Santos
Comandante do Corpo de Bombeiros de Pernambuco Cel. Carlos Casa Nova
Chefe do Estado Maior da PMPE Cel. Romero Paiva
Secretário Especial de Direitos Humanos Fernando Matos
Secretária de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife Karla Menezes
Luís Roberto Silva

Amparo Araújo
Zeca Borges
Luciane Patrício

PARTICIPANTES DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Abdalazes de Moura Xavier de Moraes
Adalberto Lins Sales
Ademir Soares de Oliveira
Adriano Max Marques Barbosa
Airtton José de Oliveira
Albertin Antônio Ramos de Araújo
Alda Roberta Lemos da Costa Campos
Allene Carvalho Lage
Amparo Araújo
Ana Célia Cabral de Farias
Ana Elizabeth de Andrade Lima Molina
Ana Glória Toledo Melcop
Ana Maria Simões da Fonseca
Ana Paula Maravalho Borges
Ana Suassuna Fernandes
Ângela Oliveira
Ângelo Bueno
Antônio Muniz da Silva
Antônio Rangel Bandeira
Arlindo Severino Teixeira de Oliveira
Atanásia Prado
Benedito Anastácio de Oliveira
Beth Alcoforado
Cacilda Medeiros
Carlo Marcos Correia
Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova
Celma Fernanda Tavares de Almeida e Silva
Ciara Núbia de Carvalho Alves
Cida Fernandes
Cida Pedrosa
Clara Lúcia Santana de Siqueira
Cláudia Maria Cardoso Parente
Cláudio Marinho da Silva Neto
Cora Cacilda de Menezes Medeiros
Cristina Buarque
Denise Maria Novaes Maia Chagas
Edgard Távora de Souza
Edgleide Mello
Edmundo Antônio de Siqueira Campos Barros
Edson Axé
Edson Fernandes da Silva
Edson Guerra
Eduardo Jorge de Albuquerque Machado Moura
Edusa César Meneses de Araújo Pereira
Eleonora Pereira da Silva
Élida Dias Santos
Elsa da Mata
Evaldo Melo de Oliveira

Félix Cantalivo Sampaio de Sá
Fernando Antônio dos Santos Matos
Flávio Cireno
Francisco Augusto de Albuquerque Correia da Silva
Francisco de Assis do Nascimento
Francisco Jatobá de Andrade
George Fernando Ribeiro Neves
George Gustavo de Mello Braga
Geová da Silva Barros
Glória Maria Pereira da Costa de Souza Ramos
Haydée Caruso
Humberto Costa Vasconcelos Júnior
Humberto de Azevedo Viana Filho
Inalva Regina Cavendish Moreira
Ivandro da Costa Sales
Jaqueline Muniz
João Simão Neto
Joaquim Donato Filho
Jorge Zaverucha
José Antônio de Lima Torres
José Carlos Soares Escobar
José Edson Barbosa
José Fernando da Silva
José Ramos de Lima Filho
José Wellington Silva de Medeiros
Josineide de Menezes Silva
Karina Lúcia da S. Antunes do Rego
Karla Magda de Melo Menezes
Leonardo Lima
Lúcia Siqueira
Luciane Patrício
Luciano Oliveira Andrade
Lucidalva Nascimento
Luís Felipe Rios do Nascimento
Luís Roberto Silva
Luzia Azevedo
Manoel Caetano Cisneyros de Albuquerque Neto
Manoel Carneiro Soares Cardoso
Marcelo Otoni Durante
Márcia de Alencar
Marcílio Dantas Brandão
Marco Aurélio Farias da Silva
Marcos Antônio da Silva Costa
Marcos Antônio de Souza Menezes
Marcos Luidson de Araújo
Marcos Silva Torres
Margareth de Carvalho Sá
Maria Aparecida
Maria Betânia B. Andrade
Maria Cristina Tenório Barreto
Maria das Graças Maia de Lima
Maria Eugênia Wanderley Lima
Maria Helena Pereira Gomes Maranhão
Maria Luiza Martins Aléssio
Mariana Batista
Mariângela Ribeiro de Almeida

Marília A. Gonçalves de Oliveira
Maristela de Melo Moraes
Marta Agra
Mércia Maria Alves da Silva
Morena Antunes Cavalcante
Nilson Alves de Oliveira
Oswaldo Almeida de Moraes Júnior
Patrícia Bandeira de Melo
Paulo Brandão
Paulo Cristiano Rameh de Albuquerque
Paulo Figueiredo Andrade de Oliveira Filho
Paulo Luís de Melo
Paulo Rubem Santiago Ferreira
Pedro José Mendes Filho
Pietro Daniel Malta Falcão Caloete
Renata Andrade Lima Campos
Renata Cabral Campelo
Renata Campello Cabral
Renato Pinto
Roberto Brayner
Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho
Romano José Carneiro da Cunha Costa
Romero Paiva
Ronaldo Laurentino de Sales Júnior
Ronidalva de Andrade Melo
Rosano F. Carvalho
Ruy Trezena Patu Júnior
Servilho Silva de Paiva
Sheilla Pincovsky de Lima Albuquerque
Sineide Barros
Tarciana Portella
Ten. Cel. Daniel Ferreira de Lima Filho
Ten. Cel. Nogueira
Valdênia Brito Monteiro
Valéria Nepomuceno Teles de Mendonça
Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza
Verônica Cecília Alves
Verônica Maria Azevedo
Virgínia Lúcia Cavalcanti Walmsley
Vitório
Waneska Millena Ferreira do Bonfim
Wilma Waldomiro Carvalho de Melo
Wladimir Paulino Nogueira
Yelena Monteiro

COORDENADORES DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Ana Flávia de Andrade Ferraz
Clarissa Galvão Cavalcanti Borba
Daianne Rafael Vieira
Eduardo de Alencar Abreu Matos
Flávio Cireno
Gerard Viader Sauret
Joanna Lessa Fontes Silva
Luzia Azevedo

Marcela Zamboni
Patrícia Bandeira de Melo
Paula Neves Cisneiros
Paulo Coelho Vieira
Rafael dos Santos Fernandes
Rayane Maria de Lima Andrade
Ricardo Motta Pansera
Rosier Batista Custódio
Rui Gomes de Mattos Mesquita

LISTA DE RELATORES DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Augusto Wagner Menezes Teixeira Jr.
Bruno França de Souza
Cristiana de Araújo Cavalcanti
Gabriella de Barros Afonso Ferreira
Geová Silvério de Paiva Júnior
Glauber Vinícius Lemos
Jacqueline Carvalho da Silva
Laura Maria Nunes Patrício
Leila Alves Muniz Mota
Leonardo Nóbrega da Silva
Magno Henrique de Melo Pino
Manuelle Nunes de Oliveira
Marcílio José Silva Jerônimo Júnior
Marcos Leandro Pereira
Mariana Batista da Silva
Rafael de Brito Siqueira
Rafael de Freitas Dias Acioly
Rany Matos Barbosa
Tatyane dos Santos Maciel de Souza
Teresa Maria Barbosa de Oliveira

LISTA DE SIGLAS

AFIS	Sistema de Identificação Automática de Impressão Digital
ALEPE	Assembléia Legislativa de Pernambuco
ARQUIMEDES	Sistema de Gestão de Autos (Jurídico)
ATI	Agência Estadual de Tecnologia da Informação
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEDCA	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIODS	Centro Integrado de Operações da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
DATASUS	Banco de dados do Sistema Único de Saúde
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DGOPM	Diretoria Geral de Operações de Polícia Militar
DNIT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
Fórum DCA-PE	Fórum da Criança e do Adolescente de Pernambuco
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente
GERES	Gerências Regionais de Educação
GINT	Reestruturação da Gerência de Inteligência
GPCA	Gerência de Proteção da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Instituto de Criminalística Professor Armando Samico
ITB	Instituto de Identificação Tavares Buriel
IML	Instituto Médico Legal Antônio Percivo Cunha
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFOADOTE	Cadastro Nacional Único para Adoção
INFOINFRA	Sistema de Informação para Acompanhamento de Adolescente em Conflito com a Lei
INFOPEN	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias
INFOPOL	Sistema de Informação da área de Segurança Pública
INFOSEG	Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública
JUDWIN	Sistema de arquivamento de dados sobre processos (Jurídico)
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros
NADEQ	Núcleo de Apoio ao Dependente Químico
OAB-PE	Ordem dos Advogados do Brasil-Pernambuco
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PC	Polícia Civil
PCPE	Polícia Civil de Pernambuco
PDI	Plano Diretor de Informática
PESP-PE	Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco

PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
PM	Polícia Militar
PMPE	Polícia Militar de Pernambuco
RMR	Região Metropolitana do Recife
SDS	Secret:
SECOVI	Sindicato de Habitação
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SESDH	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SERES	Secretaria Executiva de Ressocialização
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SIGMA	Sistema de Gerenciamento Militar de Armas
SIM/MS	Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde
SIMAR	Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação de Resultados
SINARM	Sistema Nacional de Armas
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo
SIPIA	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
SISMEPE	Sistema de Saúde da Polícia Militar de Pernambuco
TI	Tecnologia da Informação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes.
UPE	Universidade de Pernambuco

ÍNDICE

PACTO PELA VIDA – Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco.

- 1- APRESENTAÇÃO: LINHAS DE AÇÃO E METAS ESTRUTURANTES**
- 2- DIAGNÓSTICO**

LINHAS DE AÇÃO

- 1. Repressão Qualificada da Violência _____ P. 63**
- 2. Aperfeiçoamento Institucional _____ P. 83**
- 3. Informação e Gestão do Conhecimento _____ P. 98**
- 4. Formação e Capacitação _____ P. 109**
- 5. Prevenção Social do Crime e da Violência _____ P. 116**
- 6. Gestão Democrática _____ P. 141**

ANEXOS

- Lista de Projetos _____ P. 144**

1. APRESENTAÇÃO: LINHAS DE AÇÃO E META ESTRUTURANTE

Apresentamos aqui a versão final do Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE 2007), resultante das reuniões do Fórum Estadual de Segurança Pública, ocorridas em março e abril de 2007.

Tanto o Plano quanto o Fórum Estadual de Segurança Pública estão diretamente vinculados ao **PACTO PELA VIDA**, grande concertação de ações e esforços, coordenadas pelo Governador Eduardo Campos, com o objetivo fundamental de reduzir a violência, com ênfase na diminuição dos crimes contra a vida.

A primeira atividade de formulação estratégica do Pacto pela Vida foi a elaboração do PESP-PE 2007. Tal tarefa foi realizada tendo por referência uma concepção de Segurança Pública assentada sobre os seguintes valores:

a) Articulação entre **Segurança Pública e Direitos Humanos**, em que a garantia do direito à vida é a principal meta;

b) Compatibilização da qualificação da **dimensão repressiva e coercitiva** - baseada na incorporação de inteligência, informação, tecnologia e gestão - com uma forte ênfase sobre os aspectos de **prevenção social e específica** da criminalidade violenta;

c) **Transversalidade e integralidade das ações de segurança pública**, a serem executadas por todas as secretarias de Estado de forma não fragmentada;

d) Incorporação, em todos os níveis de execução das Políticas Públicas de Segurança, de **mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação**;

e) **Participação e controle social** desde a formulação das estratégias até a execução das ações de segurança pública.

Metodologicamente, o Fórum constituiu-se em dois momentos: as Câmaras Técnicas e a Plenária. As reuniões das Câmaras Técnicas, oficinas temáticas realizadas nos dias 24 e 25 de março deste ano, promoveram um debate articulado entre especialistas, acadêmicos, militantes de organizações da

2. DIAGNÓSTICO

Este diagnóstico pretende apresentar dados atuais que permitam dimensionar tanto os fenômenos do crime e da violência em Pernambuco, quanto a situação de algumas organizações do sistema de segurança pública estadual. Trata-se de uma aproximação do problema no sentido de quantificá-lo e compreendê-lo em seus contornos mais gerais.

Na primeira parte, são apresentados os indicadores sociais, econômicos e demográficos de Pernambuco, a fim de apontar características que exponham a realidade do Estado, abordando questões que vão desde a densidade demográfica até os altos índices de desigualdade social.

A segunda parte trata da quantificação das mortes violentas e da análise da magnitude e das tendências que este fenômeno vem apresentando em nosso Estado, explorando, a partir da criação de *rankings* e parâmetros, a sua ocorrência por microrregiões e municípios.

A terceira parte retrata o perfil sócio-demográfico das vítimas de morte violenta. As principais variáveis utilizadas no estudo são: sexo, faixa etária e região de residência, atentando para as circunstâncias em que costumam acontecer as mortes em questão (arma utilizada e período da semana).

A quarta parte aborda a dimensão e a incidência das diversas modalidades de crime, tomando como ano base 2004. Os crimes letais, que foram tratados nas partes anteriores, aqui serão comparados aos crimes violentos não letais contra a vida. Examinam-se também as taxas de crimes sexuais, crimes violentos contra o patrimônio e aqueles que envolvem drogas. Neste caso, além de mostrar a incidência das taxas de criminalidade para o Estado e os municípios com mais de 100.000 habitantes, realizar-se-á comparação entre o agregado composto por estes municípios e outro composto pelos menos populosos.

A quinta parte apresenta, de forma sucinta, alguns dados que permitem dimensionar o estoque de efetivos da Defesa Social que o Estado dispõe para combater a criminalidade violenta. Finalmente, na última parte é explicitada a

atual situação do sistema prisional em Pernambuco, assim como as considerações finais concernentes à criação do Pacto pela Vida e do Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco (PESP-PE 2007).

2.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DE PERNAMBUCO.

O Estado de Pernambuco abrange uma superfície de aproximadamente 100.000 km² e possui uma população de quase 8 milhões de pessoas¹. Com uma densidade populacional de 80 habitantes por quilômetro quadrado, a ocupação do território apresenta grandes contrastes entre suas mesorregiões.

Na Região Metropolitana do Recife (RMR), concentram-se 42% da população de Pernambuco num espaço inferior a 3% do seu território, o que demonstra uma elevada densidade populacional (cerca de 1.200 hab./km²). A Zona da Mata é a segunda mesorregião mais densa (143 hab./km²), concentrando 15% da população do Estado em 8% do território. As mesorregiões sertanejas são habitadas por 17% da população de Pernambuco, numa superfície que corresponde a 63% do Estado, resultando em uma densidade demográfica em torno de 20 hab./km². O Agreste, por sua vez, é a mesorregião que apresenta o quadro de ocupação territorial mais equilibrado, abrigando 25% da população de Pernambuco em 25% do território (81,7 hab./km²) – Tabela 1.

Tabela 1: Área e população. Pernambuco e mesorregiões, 2000.

Mesorregiões	ÁREA TOTAL (1)		POPULAÇÃO TOTAL (2)		DENSIDADE POPULAÇÃO
	Absoluta (km ²)	Relativa (%)	Absoluta (hab.)	Relativa (%)	(hab./km ²)
Agreste	24.395,9	24,8	1.993.868	25,2	81,7
Mata	8.404,5	8,5	1.207.274	15,2	143,6
Metropolitana	2.785,4	2,8	3.339.616	42,2	1.198,9
Sertão	38.558,8	39,2	911.914	11,5	23,6
São Francisco	24.166,9	24,6	465.672	5,9	19,3
PERNAMBUCO	98.311,61	100	7.918.344	100	80,5

Fontes: (1) CONDEPE FIDEM / (2) IBGE-2000

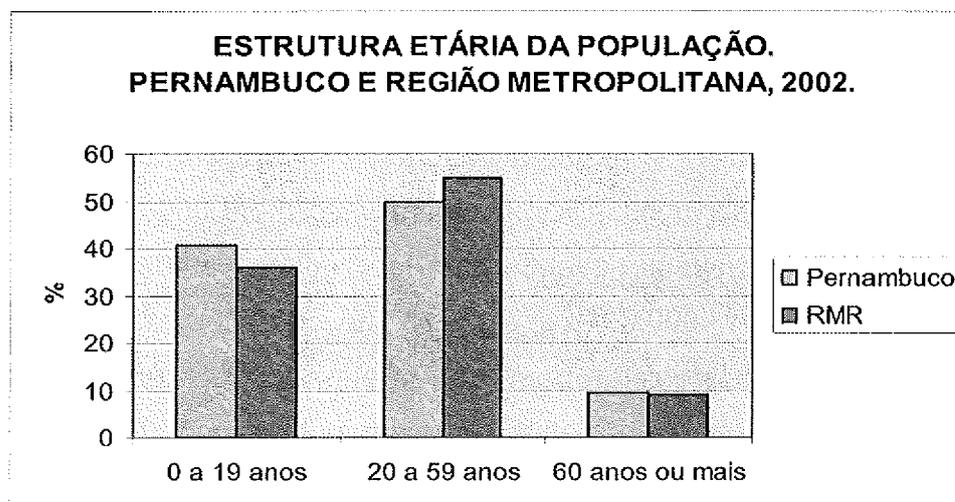
¹ Dados do último Censo do IBGE, no ano 2000. Projetando o crescimento da população, o IBGE estima que em 2007 há, aproximadamente, 8,6 milhões de pessoas em Pernambuco.

O Estado de Pernambuco é composto por 185 municípios. A maioria com menos de 20.000 habitantes (67,5%), 50 deles com população entre 20.000 e 100.000 habitantes (27%) e apenas 10 com mais de 100.000 habitantes (5,4%).²

O Censo 2000, realizado pelo IBGE, registrou 76,5% dos domicílios de Pernambuco no meio urbano e 23,5% na área rural. Na RMR, o grau de urbanização alcançou 96,9% dos domicílios, enquanto que nas regiões do Sertão e do Agreste setentrional e meridional, situou-se entre 44% e 63%. Num patamar intermediário, na Zona da Mata e no Agreste Central, os domicílios urbanos representaram em torno de 69%.

O perfil sociodemográfico da população de Pernambuco indica maior número de mulheres (51,18%), chegando a 52,88% na RMR. Quase 41% da população possui até 19 anos de idade e cerca de 50% estão na faixa entre 20 e 59 anos. Já na RMR, encontra-se menor proporção de jovens (36% com até 19 anos) e maior número de adultos (55% entre 20 e 59 anos). Em todo o Estado, a proporção de idosos (60 anos ou mais) situou-se em torno de 9% da população (gráfico 1).

Gráfico 1



Fonte: PNAD/IBGE

Apesar da população idosa não ter grande destaque no conjunto da estrutura etária de Pernambuco, os indicadores apontam para um

² FONTE: IBGE

envelhecimento progressivo da população. Este fenômeno, associado à queda das taxas de natalidade e de mortalidade infantil, vem contribuindo para o aumento contínuo da expectativa de vida, que passou de 62 anos em 1995 a 67,1 anos em 2004³.

É importante ressaltar que, nos últimos anos, o aumento da expectativa de vida em Pernambuco não foi maior devido ao grande impacto que as mortes violentas vêm representando no perfil de mortalidade da população jovem e adulta. Assim, entre a população com idade de 10 a 39 anos, as mortes por agressão constituíram a primeira causa específica de mortalidade no Estado. Em 2004, houve 8.369 mortes nessa faixa etária, das quais 3.427 (41%) deveram-se exclusivamente às agressões intencionais. Entre os jovens com idade de 15 a 19 anos, as agressões intencionais responderam por 55% das mortes, enquanto que na faixa dos 20 a 29 anos, por 51%⁴.

No tocante à renda, registra-se no Estado a seguinte situação de pobreza e desigualdade social: em 2003, 40,6% das famílias de Pernambuco e 30% das famílias da RMR estavam abaixo da linha da pobreza – renda familiar mensal inferior a meio salário mínimo per capita. Há também uma grande quantidade de famílias que possui renda per capita de meio a um salário mínimo: 24,7% na RMR e 25,6% no Estado. Agregando os dados, percebe-se que, na RMR, a porção de famílias com renda média superior a um salário mínimo é de 34,7%, enquanto que, no Estado, os valores estão em torno de 25,5%. No topo da pirâmide social, as famílias com rendimento mensal superior a 5 salários mínimos per capita representaram 7,1% das famílias da RMR e 4% das do Estado (Gráfico 2).

Estimando o número de indivíduos⁵ abaixo da linha da pobreza, observa-se que, no ano 2000, o percentual de pobres em Pernambuco era de 51,3% e o de indigentes (renda familiar média abaixo de ¼ de salário mínimo per capita)

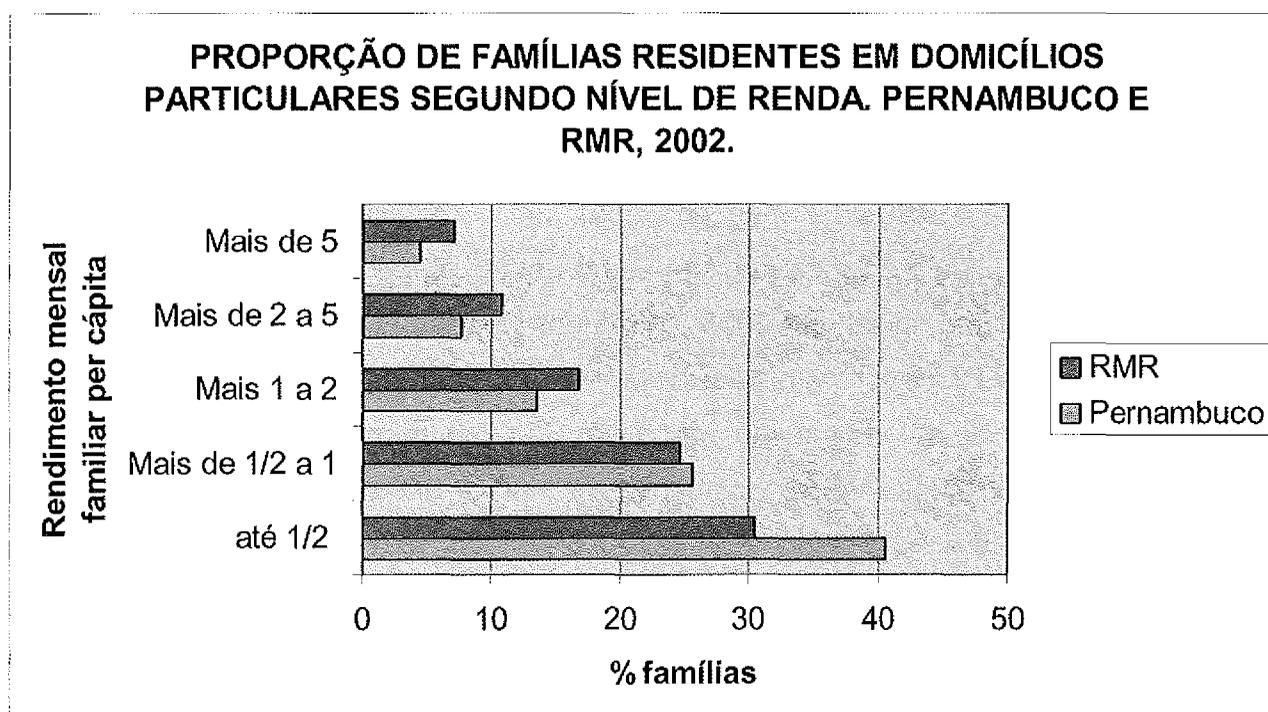
³ FONTE: DATASUS / IDB - 2005.

⁴ FONTE: DATASUS

⁵ Estamos falando de indivíduos, neste momento. Nos parágrafos anteriores, nos referimos a famílias.

27,7%⁶. Os dados mais recentes (até 2004) confirmam que a parcela da população que vive abaixo da linha da pobreza vem se mantendo num patamar que varia de 50% a 55%, permanecendo, na RMR, acima de 40% nos primeiros anos do século XXI⁷. Em consonância com esses dados, no ano 2000, o Índice de Gini – que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda em uma sociedade – foi maior no Recife (0,68) e em Pernambuco (0,67) do que no restante do Brasil (0,60)⁸.

Gráfico 2



Nota: São excluídas desta contagem pessoas cuja condição na família era de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico (Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2003).

Por outro lado, devem ser ressaltados os diferenciais de pobreza e indigência entre brancos e negros. No ano 2000, enquanto 43% dos brancos se encontravam em situação de pobreza, esta proporção aumentava para 57%

⁶ FONTE: IPEA/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2002.

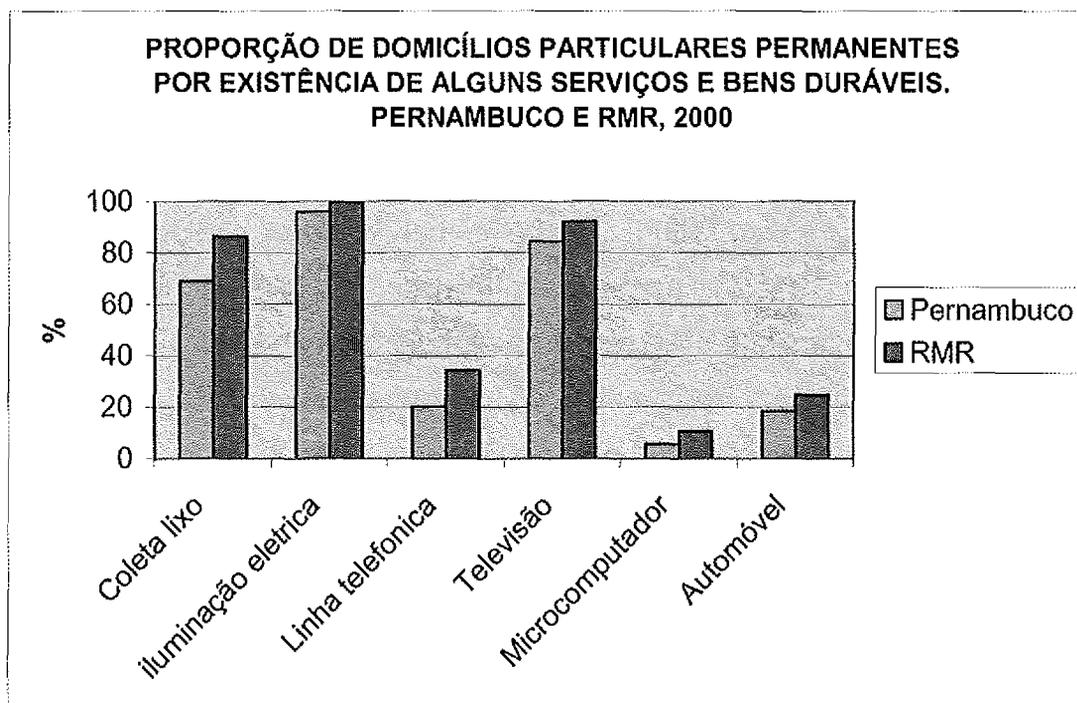
⁷ FONTE: DATASUS / IBD - 2005.

⁸ FONTE: IPEA/PNUD - 2002

entre o conjunto de pardos e negros. Em relação à população indigente, os brancos representavam 22,6%, contra 31,3% de pardos e negros⁹.

No que diz respeito às condições de vida da população pernambucana, observam-se diversos aspectos em que se materializam a desigualdade e a exclusão social. No ano 2000, 69% dos domicílios particulares permanentes não possuíam saneamento adequado em Pernambuco, enquanto que no Brasil esse registro foi de 44%¹⁰. Por outro lado, o serviço de coleta de lixo abrangia 69% dos domicílios particulares permanentes no Estado e 86% na RMR. Em contrapartida, o acesso à energia elétrica alcançou patamares quase universais, com 96% dos domicílios usufruindo de rede elétrica no Estado e 99,6% na RMR (Gráfico 3).

Gráfico 3



Fonte: IBGE, Censo 2000. Resultados da amostra.

A desigualdade também se evidencia no acesso a certos bens de consumo duráveis. No ano 2000, o microcomputador estava presente em

⁹ Idem.

¹⁰ FONTE: IBGE/ISM, 2000.

apenas 5,6% dos domicílios de Pernambuco e 10,5% dos da RMR. O automóvel, em 18,5% dos domicílios do Estado e 24,9% da metrópole. A televisão, por sua vez, foi o eletrodoméstico mais universalizado, presente em 84,4% dos lares pernambucanos e 92,2% dos da RMR (Gráfico 3).

A taxa de alfabetização entre as pessoas com idade igual ou superior a 10 anos foi de 88,8% na RMR e 78,3% em Pernambuco, no ano 2000. As situações mais problemáticas concentraram-se no Agreste e em certas regiões do Sertão (Araripe e Moxotó), que registraram percentual de alfabetização inferior a 70%.¹¹ No Estado, a média de anos de estudo entre a população com mais de dez anos foi de 5,2 anos e na RMR, de 6,8¹².

Em relação ao trabalho, observa-se que a taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, em 2002, foi de 59,4% em Pernambuco e de 55,4% na RMR. Entre os homens, este indicador foi de 71,9%, e, entre as mulheres, de 47,8%. Os homens ocupados atuaram principalmente na agricultura (34%), comércio (17,9%), indústria (9,9%), construção (9,5%), setor dos transportes (6,7%), e na administração pública (5,1%). Entre as mulheres ocupadas, os principais setores foram agricultura (26,4%), comércio (16,3%), educação, saúde e serviços sociais (16,0%), serviços domésticos (13,7%), indústria (7,3%), alojamento e alimentação (5,5%) e administração pública (4,1%)¹³.

Em 2004, havia em Pernambuco 434.172 pessoas com 10 anos ou mais sem ocupação, o que representou uma taxa de desemprego de 11,1%. Mais da metade dessa população concentrava-se na RMR¹⁴.

Por último, apresentam-se alguns dados sobre a economia de Pernambuco. Em 2003, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado foi de R\$ 42,3 bilhões. Tal montante representou 19,7% da riqueza produzida no Nordeste e 2,7% da produzida no Brasil. Naquele ano, o PIB per capita em Pernambuco foi

¹¹ FONTE: IBGE, Censo 2000 Educação – Resultados da Amostra

¹² FONTE: IBGE – SIS, 2003

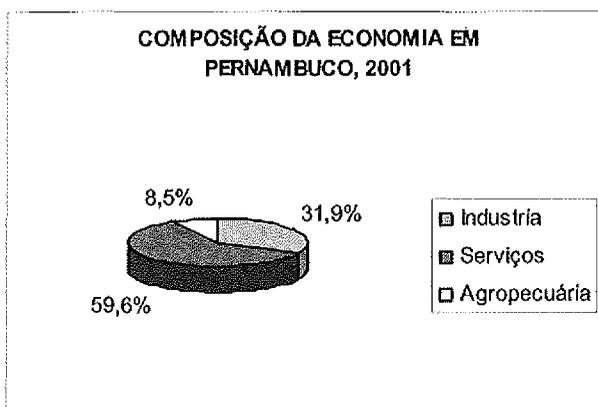
¹³ FONTE: IBGE / PNAD.

¹⁴ A taxa de desemprego na RMR atinge 17,8% no mesmo ano.

de R\$ 5.132,23, cifra 19,2% superior à registrada no Nordeste (R\$ 4.305,86) e 41% inferior à do Brasil (R\$ 8.694,47)¹⁵.

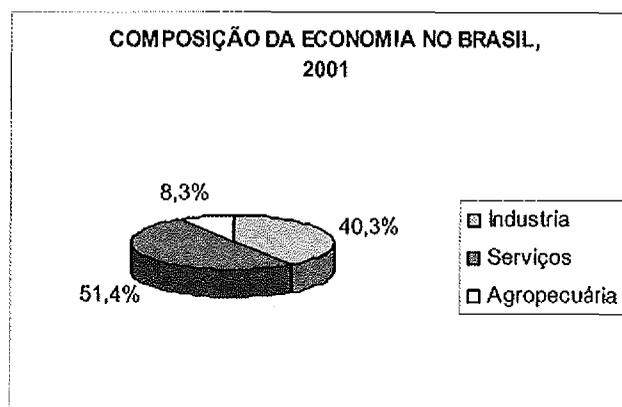
Analisando a composição setorial da economia, constata-se um predomínio do setor de serviços bem mais acentuado do que na economia brasileira. Em 2001, o setor de serviços foi responsável por 59,6% do PIB de Pernambuco contra 51,4% do PIB do Brasil. Em segundo lugar, a participação do setor industrial na economia pernambucana (31,9%) foi menor do que a participação do mesmo setor na economia brasileira (40,3%). Por último, a agropecuária obteve representações semelhantes nas economias do Estado (8,5%) e do País (8,3%) (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4



(Fonte: IBGE, Contas Regionais - 2001).

Gráfico 5



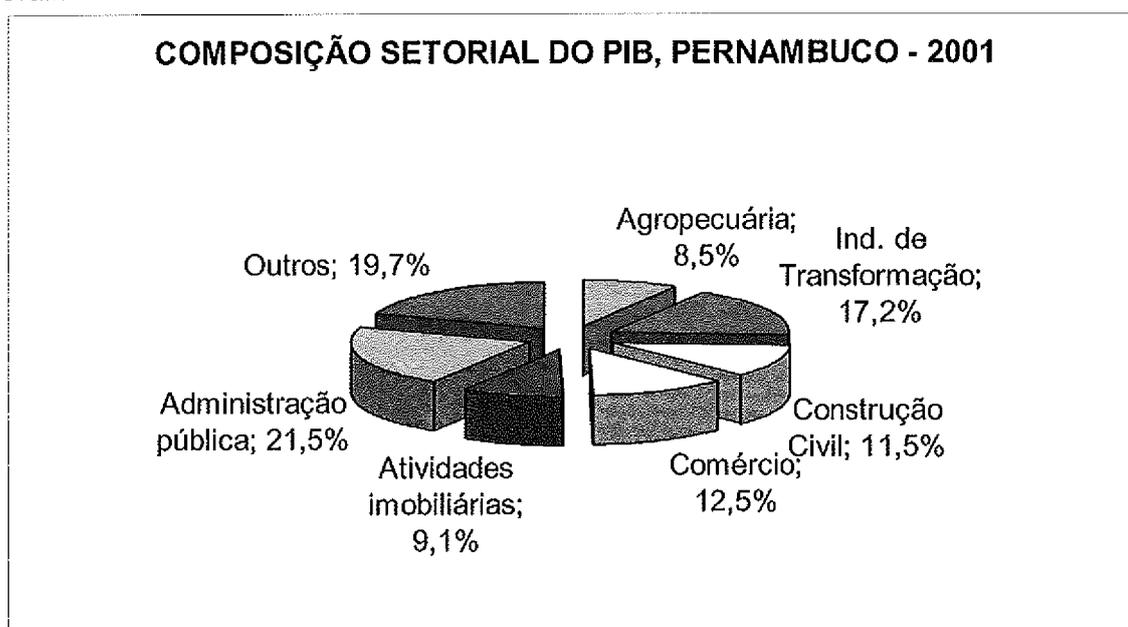
(Fonte: IBGE, Contas Regionais - 2001).

Analisando os setores por atividades econômicas mais específicas (Gráfico 6), comprova-se que no setor de serviços há três sub-setores que se destacaram ao longo do triênio 1999-2001. Tanto a administração pública quanto o comércio elevaram sua participação na economia do Estado, registrando um crescimento de 1,9 e 0,9 pontos percentuais respectivamente, fixando sua participação em 21,5% e 12,5% no PIB de 2001. Destaca-se, também, o grupo formado pelas atividades imobiliárias, que, apesar de decrescer 1,7 pontos percentuais entre 1999 e 2001, ainda se manteve como o terceiro sub-setor mais importante dentro dos serviços (9,1% em 2001).

¹⁵ FONTE: IBGE/ IDB 2005

No setor industrial, se sobressai a indústria de transformação (17,2%), apesar da sua presença no PIB ter declinado 0,8 pontos entre 1999 e 2001. Dentre essas indústrias, destacaram-se as de fabricação de produtos químicos, produtos alimentícios, máquinas, equipamentos metálicos e metalurgia básica. Também merece menção o sub-setor da construção (11,5%), mesmo tendo observado redução de 1,3 pontos percentuais¹⁶.

Gráfico 6



Fonte: IBGE / Agência CONDEPE/FIDEM

No setor pecuário, registrou-se, em 2002, uma produção de 23 milhões de aves; 1,8 milhão de bovinos; 1,5 milhão de caprinos e 886.000 ovinos¹⁷. No setor agrícola, a cana-de-açúcar, com 17 bilhões de toneladas produzidas em 2002, ocupa a primeira posição no ranking de produtos agrícolas com maior participação no valor bruto da produção. Em 2002, a produção de cana respondeu por 43,3% deste valor. Seguiram-na, de longe, a produção de uva (9,9%), banana (7,6%), feijão beneficiado (7,5%), tomate (6,9%) e de manga (5,5%)¹⁸.

¹⁶ FONTE: IBGE

¹⁷ FONTE: IBGE, PPM, 2002

¹⁸ FONTE: IBGE, PAM 2002

Observa-se, ainda, uma destacável diversificação econômica do território em Pernambuco. Na RMR, concentram-se os empreendimentos industriais e de serviços. Deve mencionar-se aqui a construção da Refinaria Abreu e Lima, no porto de Suape, que já começou a dinamizar a economia industrial no Estado. Ademais, por todo o litoral, desenvolvem-se também atividades turísticas, pesqueiras e de carcinicultura.

Na Zona da Mata, é hegemônica a monocultura da cana-de-açúcar, que abrange também os municípios das microrregiões de Suape e Itamaracá, na RMR. No Agreste, predomina a pecuária de bovinos (50% da produção do Estado), a criação de aves e o cultivo de feijão, milho, frutas, verduras e flores diversas. É importante ainda para a economia agrestina os pólos de produção têxtil, em Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, e a indústria leiteira em Garanhuns.

As mesorregiões do Sertão e do São Francisco, por sua vez, juntas são responsáveis por 80% dos caprinos e ovinos. No Sertão, pratica-se também o cultivo de algodão, milho e feijão. Deve-se mencionar o pólo gesseiro do Araripe, que vem propiciando mudanças econômicas e sociais importantes na região. Já no Vale do São Francisco, especialmente na microrregião de Petrolina, destaca-se a agricultura de irrigação, com ênfase na produção de uva, vinho, manga e frutas diversas.

2.2 MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

Os profissionais da área de saúde têm uma longa tradição em coletar, sistematizar e disseminar informações decorrentes de agressões físicas que causam a morte, através das declarações de óbito. Por muito tempo, o emprego do termo "homicídio" foi utilizado para caracterizar este tipo de evento. Entretanto, as estatísticas oficiais da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), alimentadas pelos boletins de ocorrência policial, consideram os homicídios (dolosos) como apenas uma das quatro categorias que compõem o indicador chamado "Crimes Violentos Letais Intencionais". As outras três

categorias são os latrocínios (roubo seguido de morte), as lesões seguidas de morte e as mortes suspeitas. Assim, os "Crimes Violentos Letais Intencionais" podem ser analisados, com certa cautela, como equiparáveis às mortes por agressão ("homicídios") levantados pelo setor saúde.

A vantagem de utilizar os dados da saúde é que a sistematização dos seus registros é bem mais antiga do que a da segurança pública, permitindo mostrar tendências temporais ao longo dos anos. Contudo, as dificuldades nos processos de crítica dos dados fazem com que, neste momento, apenas estejam disponíveis as informações referentes aos anos anteriores a 2004. No que tange aos dados provenientes de fontes policiais, só o investimento recente em sistemas de informação permitiu o início da produção de informações atuais e de qualidade.

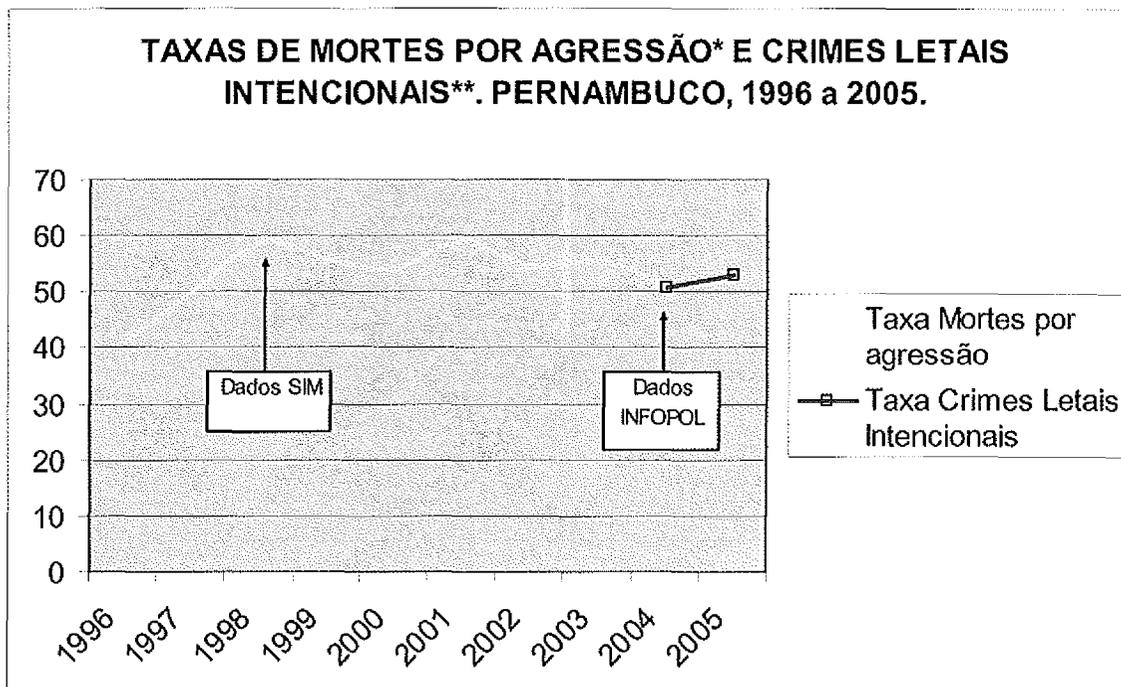
No presente diagnóstico, serão apresentados dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) para o período compreendido entre 1996 e 2004, e dados do Sistema de Informações Policiais da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (INFOPOL/SDS/PE), para o período mais recente (entre 2004 e 2006). No caso dos dados da saúde, foi escolhida a variável "local de residência da vítima", em vez do "local de ocorrência do óbito". Pois, sabe-se que a primeira está mais associada com a localidade de ocorrência do crime letal, já que a segunda pode sofrer distorções por conta da distribuição espacial dos serviços emergenciais de saúde disponíveis. Para que não haja confusões semânticas, evitar-se-á o uso do termo homicídios. Em seu lugar, serão usadas como equivalentes as denominações "mortes violentas" ou "mortes por agressão" e "crimes violentos letais intencionais".

As fontes oficiais indicam que, no intervalo de 10 anos, compreendido entre 1996 e 2005, aproximadamente 42.000 pernambucanos foram assassinados¹⁹. Só em 2005, foram contabilizadas 4.460 mortes (SDS/PE), o que representa uma taxa de 53 crimes violentos letais por cada 100.000

¹⁹ Se somarmos os valores relativos a *agressões* (DATASUS) até 2004 e os valores relativos a mortes violentas intencionais (SENASP), para 2005, apenas.

habitantes. Apesar de pequenas flutuações anuais, desde 1998 (quando a taxa de mortes por agressão alcançou os 60/100.000) mais de 4.000 pessoas morrem violentamente por ano no Estado e as taxas se mantêm acima de 50/100.000 (Gráfico 7). Estes dados evidenciam uma tendência à saturação da violência em Pernambuco, em patamares superiores à média nacional.

Gráfico 7



* Anos 1996 a 2004. Fonte: SIM/DATASUS/MS / ** Anos 2004 a 2006.

Nota: por 100.000 habitantes

Fonte: INFOPOL/GAEC/SDS-PE

É importante destacar que a violência letal criminal não é um fenômeno imutável, nem homogêneo, uma vez que vem sofrendo transformações graduais na sociedade, no tempo e no espaço. Os 10 municípios de Pernambuco que contabilizaram o maior número de mortes violentas intencionais, no período de 2000 a 2004, foram Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Caruaru, Cabo de Santo Agostinho, Petrolina, Vitória de Santo Antão, Camaragibe e Garanhuns. Estes municípios, juntos, foram responsáveis por quase 60% das mortes computadas nesses cinco anos no Estado (ver tabela 2). Deve-se observar que esses são os únicos 10 municípios pernambucanos com mais de

100.000 habitantes, o que caracteriza a criminalidade violenta do Estado como um fenômeno dos maiores centros urbanos.²⁰

Tabela 2: Dez municípios com maior número de mortes por agressão em Pernambuco. Período 2000 a 2004.

Município	Núm. de mortes (2000 a 2004)	Proporção de mortes diante do total (%)	Média anual de mortes no período 2000 a 2004
Recife	4.835	21,9	967
Jaboatão dos Guararapes	2.634	11,9	527
Olinda	1.839	8,3	368
Paulista	742	3,4	148
Caruaru	714	3,2	143
Cabo de Santo Agostinho	672	3,0	134
Petrolina	604	2,7	121
Vitória de Santo Antão	361	1,6	72
Camaragibe	342	1,5	68
Garanhuns	270	1,2	54
Total 10 municípios	13.013	58,9	2.600
		100	
Total PERNAMBUCO	22.086		4.417

Fonte: SIM/MS

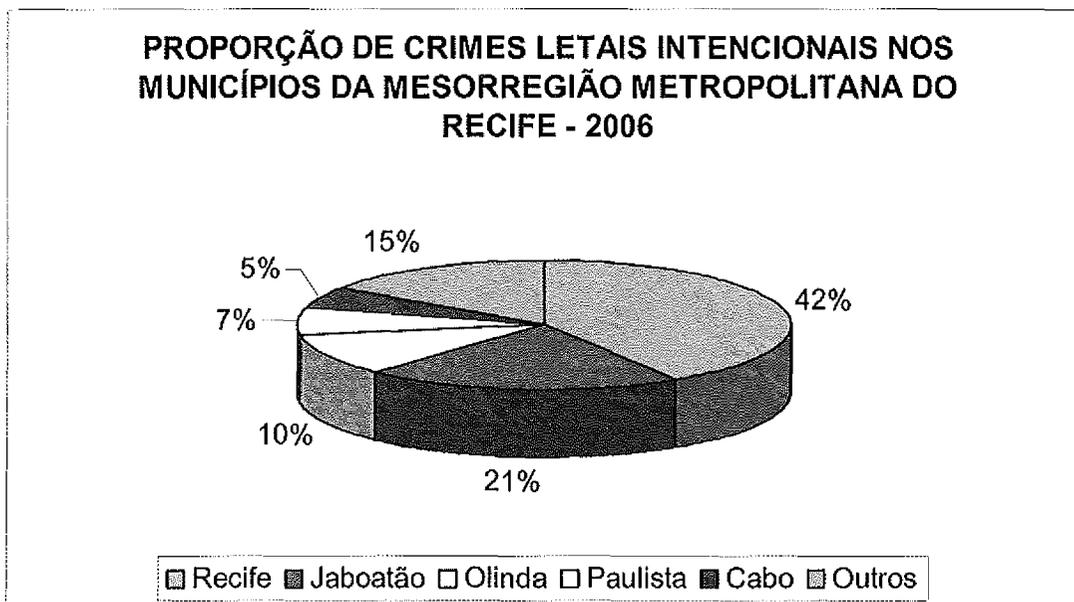
Além disso, seis destes dez municípios (Recife, Jaboatão, Olinda, Paulista, Cabo e Camaragibe) pertencem à Região Metropolitana do Recife (RMR). Dados da SDS-PE revelam que, desde 2003, os referidos municípios vêm concentrando mais de 85% dos crimes letais na RMR (ver gráfico 8).

Em 2006, por exemplo, a polícia registrou 2.658 crimes letais em toda a RMR, dos quais 1.095 ocorreram no Recife (42%), 553 em Jaboatão dos Guararapes (21%), 276 em Olinda (10%), 186 em Paulista (7%) e 140 no Cabo de Santo Agostinho (5%). O peso demográfico do Recife acaba por determinar a sua influência na dinâmica da criminalidade no conjunto da RMR e no Estado. Contudo, alguns dos municípios da RMR apresentam taxas superiores às da

²⁰ FONTE: IBGE, 2000.

capital e em certos anos atingiram o número de 100 mortes violentas por 100.000 habitantes. Vale a pena, aqui, analisar a tendência temporal das mortes violentas em Pernambuco, diferenciando os registros da capital, do resto da região metropolitana e dos registros do interior.

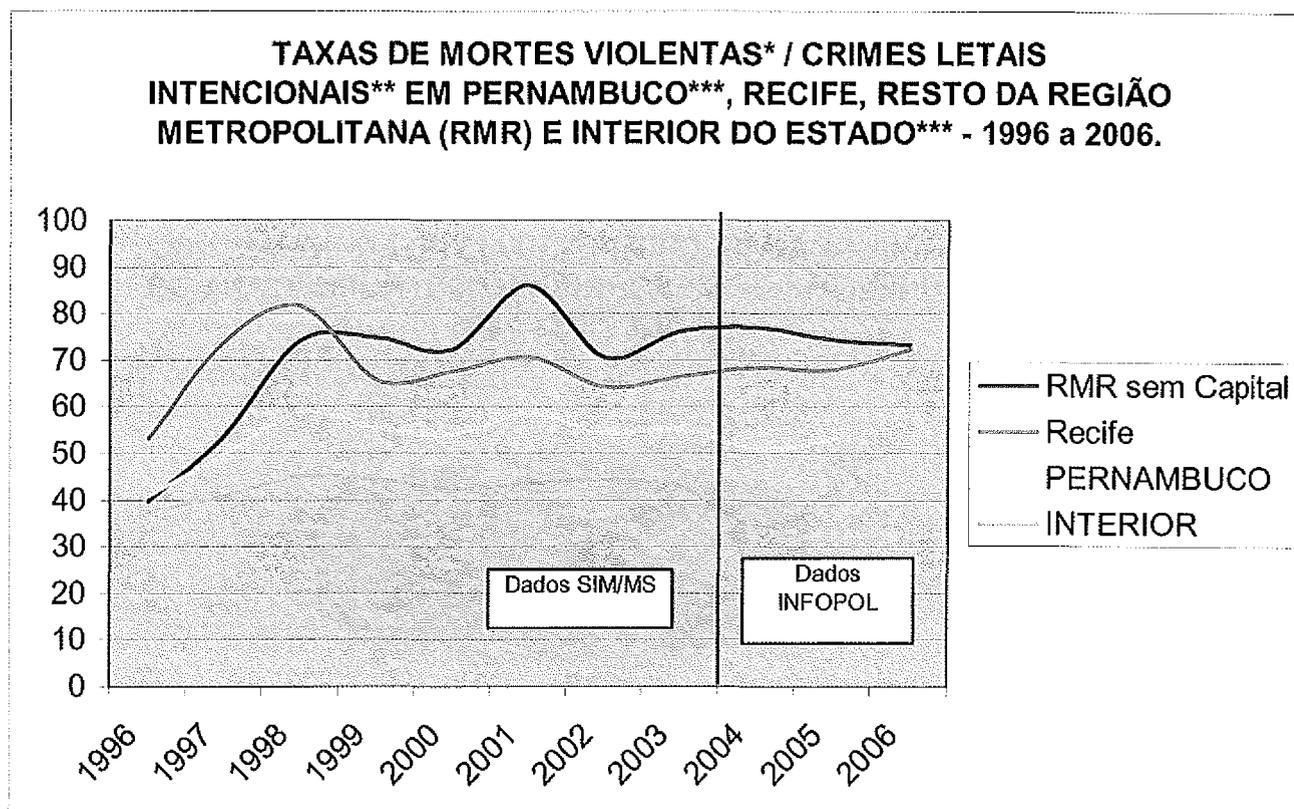
Gráfico 8



Fonte: INFOPOL/SDS-PE

Como se pode observar no gráfico 9, na segunda metade da década de 90, o *boom* da violência em Pernambuco teve como expoente a cidade do Recife, que alcançou a taxa de 81 mortes violentas por 100.000 habitantes em 1998. Entretanto, no decorrer dos anos seguintes, as taxas de Recife se estabilizaram em torno das 65 a 70 mortes/100.000, com um leve aumento nas datas recentes. Enquanto isso, o restante da RMR ganhou maior visibilidade, com registros que sempre indicavam números superiores a 70 mortes por 100.000 habitantes. O ápice ocorreu em 2001, quando a RMR, sem a capital, registrou 86 mortes violentas/100.000 habitantes. Naquele ano, o município de Olinda atingiu a taxa de 109,1 mortes/100.000 habitantes e Jaboatão, 96,6/100.000.

Gráfico 9



Nota: por 100.000 habitantes

* Anos 1996 a 2003. Fonte: SIM/DATASUS/MS

** Anos 2004 a 2006. Fonte: INFOPOL/GAEC/SDS-PE

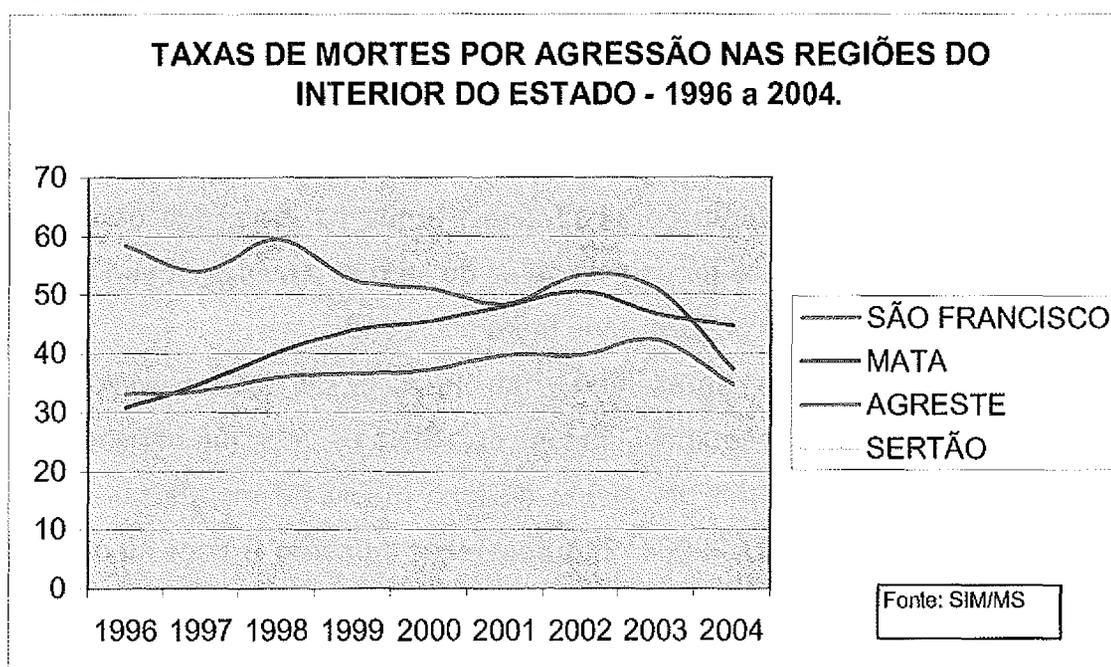
*** Dados não disponíveis para o ano 2006.

Os dados oficiais sobre crimes letais intencionais da SDS de Pernambuco (INFOPOL), para os anos de 2004 a 2006, coincidem com os do Ministério da Saúde (1996 a 2003) ao colocar Pernambuco, Recife e a sua Região Metropolitana em patamares extremamente elevados de violência. Esta convergência leva a confirmar a hipótese da saturação da violência em Pernambuco, extendendo-a para Recife e para os principais municípios da Região Metropolitana.

No interior (Sertão, São Francisco, Agreste e Mata), os dados do SIM/MS mostram uma importante estabilidade da taxa conjunta destas regiões, na faixa das 40 a 45 mortes violentas por 100.000 habitantes. Apenas nos últimos anos foram detectadas flutuações mais marcantes. Em 2004, por exemplo, a taxa do

interior foi em média de 35 mortes/100.000 habitantes (34,3, segundo os dados do INFOPOL; 37 segundo os do SIM). Mas em 2005, o registro policial voltou a subir para 39,1 mortes/100.000 habitantes, flutuando em torno da tendência seguida ao longo de toda a série histórica. Contudo, quando as mesorregiões são analisadas separadamente, observa-se que a situação no interior é diversificada.

Gráfico 10



Nota: por 100.000 habitantes

No gráfico 10, pode-se observar como duas tendências opostas são seguidas nas regiões do interior. No lado ocidental do Estado, a mesorregião do São Francisco e a do Sertão tendem a reduzir as suas taxas de mortes violentas. Destaca-se especialmente a região São Francisco, que no início do período tinha uma taxa superior à Região Metropolitana do Recife (com 58,3/100.000), e ao longo dos nove anos em questão, experimentou uma queda de 36%. Esta queda se acentuou em 2004, quando a taxa despencou para 37,4/100.000. Já o Sertão foi a mesorregião com menores taxas de morte violenta na série estudada (em torno dos 30/100.000). Contudo, ainda manifestou redução de 4,7% nesse período. Sem dúvida, estes dados

contribuem para desmistificar certos argumentos culturais que viam na forma de ser do sertanejo a explicação para as cifras alarmantes da violência em Pernambuco.

Pode-se observar uma tendência oposta no centro do Estado, onde Agreste e Zona da Mata registram aumento nas suas taxas de violência. A Mata é a região do interior que mais cresceu neste período, pulando de 30,8/100.000 em 1996 para 44,8/100.000 em 2004 (crescimento de 45,5%). Já o Agreste passou de 33,1/100.000, em 1996, a 34/100.000 em 2004 (crescimento de 4,6%)

Vale salientar que, tanto as taxas da Mata quanto as do Agreste cresceram notavelmente até anos recentes, alcançando 50/100.000 na Mata, em 2002 e 43/100.000 no Agreste, em 2003. Por ora, ambas as regiões vêm experimentando uma queda em suas taxas, o que as fez atingir os valores já indicados. Assim, deve-se ter cautela antes de afirmar uma verdadeira tendência à queda, ao invés de reconhecer uma mera oscilação.

Na tabela 3, é apresentado um *ranking* de mortes violentas por microrregiões com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), a partir do critério da taxa média de mortes por agressão entre os anos de 2000 a 2004. É apresentada também a taxa média para o período anterior de 1996 a 2000, que permite compreender uma idéia de evolução temporal recente deste indicador. Como parâmetro principal de comparação entre microrregiões, adota-se a taxa estadual de mortes violentas no período de 2000 a 2004. Assim, com base neste critério, classificam-se as microrregiões entre 'acima' desta taxa e 'abaixo' da mesma. Como será visto, apenas duas microrregiões (Suape e Recife) que concentram grande parte da população e das mortes por agressão, conseguem superar a taxa estadual. Este fato faz com que seja necessário recorrer a outro indicador para subsidiar o julgamento da situação das mortes violentas nas microrregiões pernambucanas.

Para isso, foi utilizado, como parâmetro secundário, a média que se obtém de todas as taxas microrregionais para o período 2000 e 2004. Este parâmetro se situa num patamar bem mais baixo do que a taxa estadual, pois o fato de existirem várias microrregiões com pouca população e poucas mortes faz

com que o primeiro se distancie do segundo. Assim, se a taxa do Estado para o período compreendido entre 2000 e 2004 foi de 54/100.000, a média que se obtém das taxas das microrregiões do Estado para esse mesmo período foi de 42,53/100.000. A virtude deste segundo parâmetro é que estabelece um limiar que segrega as 8 microrregiões com maiores taxas de mortes violentas das dez restantes, fornecendo um critério com maior potencial para subsidiar políticas públicas que visem a interiorização das ações.

Para melhor assimilar o montante de informações apresentadas, as microrregiões foram classificadas em diversos grupos, identificáveis por uma gama sucessiva de cores que vão de vermelho intenso até tonalidades pálidas. A idéia é que o leitor, de forma rápida, possa identificar visualmente a criticidade da situação de cada microrregião, o que pode, em seguida, ser comprovado nos dados que se acompanham.

Observa-se que o grupo de microrregiões com a situação mais crítica é formado por Suape (1ª) e Recife (2ª). Ambas, da RMR, apresentam taxas superiores às 70 mortes/100.000, em crescimento e acima da taxa do Estado. O grupo possui três microrregiões: Mata meridional (3ª), Itamaracá (4ª) e Vitória de Santo Antão (5ª). A primeira e a terceira pertencem à região da Mata e a segunda à RMR. Estas têm em comum o fato de possuírem uma faixa crescente de 50 mortes/100.000; apesar de estarem abaixo da taxa estadual, situam-se acima da média das taxas microrregionais.

O terceiro grupo é composto por microrregiões que se situam em torno das 45 a 50 mortes/100.000. Se Itaparica (6ª) e Petrolina (7ª) (ambas da mesorregião do São Francisco) alcançam este patamar após decréscimo em relação ao período anterior, o Vale de Ipojuca (8ª), que tem Caruaru como cidade mais importante, atinge um significativo crescimento. Este terceiro grupo ainda esteve acima da média das taxas microrregionais. Na parte de baixo deste segundo parâmetro, encontram-se as microrregiões menos violentas (entre 20 e 41 mortes por 100.000 habitantes). Estariam representadas aqui uma microrregião da zona da mata (a setentrional), três do agreste (todas em crescimento) e as quatro do Sertão, (todas decrescendo, exceto Araripina). Esta

última microrregião, que já teve a menor taxa no período 1996-2000, agora, devido ao desenvolvimento econômico produzido, principalmente, pelo pólo gesseiro, pode vir a presenciar crescentes níveis de criminalidade.

Nas tabelas seguintes (4, 5, 6 e 7), foram utilizados os mesmos critérios da tabela 2 para classificar os municípios de Pernambuco. Desta vez, porém, criamos diversos *rankings*, agrupando os municípios de acordo com o critério populacional (Censo 2000), separando os com mais de 100.000 habitantes (Tabela 3), e dividindo, para dar maior visibilidade, os menos populosos nas seguintes categorias: de 50.000 a 100.000 habitantes (Tabela 5); de 20.000 a 50.000 habitantes (Tabela 6) e até 20.000 habitantes (Tabela 7). Obviamente, não foi possível enumerar a totalidade dos municípios pernambucanos, assim, há inúmeros deles com menos de 50.000 habitantes que apresentam taxas de mortalidade violenta intencional, extremamente, reduzidas para os propósitos do presente diagnóstico. Nessas tabelas (6 e 7), o ponto de corte para aparecer no *ranking* foi o da média das taxas dos municípios em suas categorias populacionais. Ou seja, os municípios que tiverem um desempenho inferior ao parâmetro 2 não foram considerados.

Ademais, o fato constatado que a criminalidade e a violência tendem a se concentrar nos municípios mais urbanizados, que são os que têm maior peso populacional, faz com que, conseqüentemente, nestes municípios se concentrem os maiores índices de mortes violentas (lembrar tabela anterior - 1). Esta constatação torna-os alvos prioritários para uma política de segurança como a que aqui se propõe.

Tabela 3: Ranking de microregiões por taxas de mortes por agressão. Pernambuco, 1996 a 2004

Microrregião	96-00	00-04	Tendência	Posição relativa ao parâmetro 1	Mesorregião
1 Suape	63,44	75,00	CRESCE	ACIMA	RMR
2 Recife	66,23	72,24	CRESCE	ACIMA	RMR
Parâmetro 1		54,49	TAXA DE PERNAMBUCO		
3 Mata Meridional	46,11	52,22	CRESCE	Abaixo	MATA
4 Itamaracá	47,97	50,80	CRESCE	Abaixo	RMR
5 Vitória Santo Antão	44,54	50,02	CRESCE	Abaixo	MATA
6 Itaparica	58,20	49,42	decrece	Abaixo	SÃO FRANCISCO (Floresta)
7 Petrolina	53,94	47,76	decrece	Abaixo	SÃO FRANCISCO
8 Vale do Ipojuca	42,65	46,66	CRESCE	Abaixo	AGRESTE (Caruaru)
Parâmetro 2		42,53	MÉDIA DAS TAXAS MICRORREGIONAIS		
9 Mata Setentrional	29,86	40,84	CRESCE	Abaixo	MATA
10 Alto Capibaribe	34,14	37,50	CRESCE	Abaixo	AGRESTE
11 Médio Capibaribe	31,89	35,26	CRESCE	Abaixo	AGRESTE
12 Sertão Moxotó	35,36	34,53	decrece	Abaixo	SERTÃO
13 Brejo Pernambucano	28,32	33,72	CRESCE	Abaixo	AGRESTE
14 Garanhuns	31,91	32,75	CRESCE	Abaixo	AGRESTE
15 Vale do Ipanema	26,75	30,68	CRESCE	Abaixo	AGRESTE
16 Araripina	20,23	27,18	CRESCE	Abaixo	SERTÃO
17 Salgueiro	29,73	24,82	decrece	Abaixo	SERTÃO
18 Pajeú	33,68	24,20	decrece	Abaixo	SERTÃO

Nota: por 100.000 habitantes

Fonte: SIM/MS

Na tabela 4, apresenta-se o ranking dos municípios com mais de 100.000 habitantes. O importante peso demográfico destes municípios faz com que apresentem relativa estabilidade nas suas taxas anuais de morte por violência. Esta é uma diferença importante no que diz respeito aos municípios menores, que podem sofrer bruscas alterações anuais. Por conta disso, foi incluída nesta tabela a última taxa anual que foi possível calcular com os dados disponíveis no SIM: a de 2004. Com mais de 100.000 habitantes, há em Pernambuco apenas dez municípios, cuja média das taxas (parâmetro 2) foi de 65,5/100.000 habitantes. Nota-se como, neste caso, de forma excepcional, o parâmetro 2 foi superior à taxa do Estado para o período 2000 a 2004 (parâmetro 1).

Seis dos dez municípios que figuram neste *ranking* pertencem à RMR, e quatro deles ocupam as primeiras quatro posições. Esses foram os que registraram uma taxa superior à média municipal nesse período (parâmetro 2). Os casos mais alarmantes foram os de Olinda (1º), Jaboatão dos Guararapes (2º) e Cabo de Santo Agostinho (3º), com taxas entre 80 e 100 mortes por 100.000 habitantes e tendência aguda de crescimento. Apesar de, no ano 2004, ter sido registrada uma queda na maioria das taxas dos municípios, a taxa agregada de 2000 a 2004 demonstra como o período foi mais violento, mais, ainda, do que o de 1996 a 2000. Olinda, por exemplo, em 2004 teve a taxa de 87/100.000, mas no período 2000-2004 alcançou a taxa média de 98,44/100.000, com crescimento de 18% com relação ao anterior. Jaboatão e Cabo cresceram ambos de forma notável: quase 37% cada, e se as sua taxa média em 1996-2000 era de 62 a 65/100.000, em 2000-2004, pularam para 85/100.000. O Cabo, que era o quarto município com mais mortes no período 1996-2000, conseguiu superar o Recife no período recente, revezando as suas posições.

Assim, a capital do Estado, passou da terceira à quarta posição, após ser registrada uma leve redução de sua taxa de mortes violentas (de 68,27 a 66,75/100.000). Recife, portanto, apesar da sua importante magnitude demográfica, mostra uma taxa que se afasta dos três primeiros municípios.

Contudo, ainda se situa acima da taxa média dos grandes municípios (parâmetro 2). Note-se, ainda, que a taxa no ano de 2004, na capital, ficou bem próxima da taxa média no período 2000-2004, o que indica que não oscilou muito nesses cinco anos.

Aproximando-se do Recife, Vitória de Santo Antão (5º), na zona da Mata, aparece com uma taxa de 60/100.000 e um crescimento de 9,8%, insuficiente, porém, para superar o parâmetro 2. A uma certa distância de Vitória, aparecem Caruaru (6º), no Agreste, e Paulista (7º), da RMR, com registros em torno da média do Estado (parâmetro 1), que foi de 54/100.000. Contudo, Paulista fica abaixo apenas por uma décima desprezível. Numa posição pior, Petrolina (8º), da região do São Francisco, e Camaragibe (9º), da RMR, ficaram a menos de cinco pontos do parâmetro 1. Todavia, deve-se reconhecer que estes dois municípios registraram decréscimo significativo entre os dois períodos (-8,38% em Petrolina; -7,4% em Camaragibe) e, em 2004, tiveram umas taxas menores: 46 e 42/100.000 respectivamente. Por último, Garanhuns, do Agreste, é o único destes grandes municípios em que pode afirmar-se categoricamente, que as mortes violentas não foram um problema prioritário naquele período. A sua taxa se manteve estável em torno dos 44/100.000 nos dois períodos e em 2004 despencou para 39/100.000.

Não há lugar aqui para explicar com detalhamento os *rankings* dos municípios com menos de 100.000 habitantes, o leitor interessado pode consultar as tabelas aqui disponíveis e julgar por si mesmo. No entanto, É importante registrar que Limoeiro (tabela 5), no Agreste (fazendo fronteira com a Mata) com mais de 50.000 habitantes, e Ribeirão – na Mata, com 41.000 habitantes – e Itapissuma – na RMR, com 20.000 – (tabela 6), tiveram registros altíssimos (mais de 70/100.000) em 2000-2004, e aumentaram levemente os registros do período anterior. Itapissuma, por sua vez, mostrou uma explosão de mortes violentas entre os dois períodos, com um grande crescimento de 58,3%.

Tabela 4: Ranking de municípios com mais de 100.000 habitantes: taxas de mortes por agressão. Pernambuco, 1996 a 2004.

Município	2004	Taxa 1996 2000	taxa 2000 2004	Tendência	Posição respeito Parâmetro 1	Mesorregião
1 Olinda	87,68	83,43	98,44	CRESCE	ACIMA	RMR
2 Jaboatão dos Guararapes	87,92	64,34	87,63	CRESCE	ACIMA	RMR
3 Cabo de Santo Agostinho	75,23	62,18	84,86	CRESCE	ACIMA	RMR
4 Recife	65,42	68,27	66,74	decresce	ACIMA	RMR
<i>Parâmetro 2</i>		MÉDIA TAXAS MUNICÍPIOS GRANDES	65,48			
5 Vitória de Santo Antão	60,67	54,88	60,24	CRESCE	ACIMA	MATA
6 Caruaru	54,85	50,21	54,52	CRESCE	ACIMA	AGRESTE
<i>Parâmetro 1</i>		TAXA PERNAMBUCO	54,49			
7 Paulista	55,51	44,08	54,39	CRESCE	abaixo	RMR
8 Petrolina	46,00	57,27	52,47	decresce	abaixo	SÃO FRANCISCO
9 Camaragibe	42,68	54,81	50,73	decresce	abaixo	RMR
10 Garanhuns	38,84	44,24	44,73	igual	abaixo	AGRESTE

Fonte: SIM/MS

Nota: por 100.000 habitantes

Tabela 5: Ranking de municípios entre 50.000 e 100.000 habitantes: taxas de mortes por agressão. Pernambuco, 1996 a 2004.

Município	1996-2000	2000-2004	Posição respeito Parâmetro 1	Tendência	MESORREGIÃO
1 Limoeiro	72,83	74,88	ACIMA	CRESCE	AGRESTE
2 Santa Cruz do Capibaribe	43,64	66,58	ACIMA	CRESCE	AGRESTE
3 Abreu e Lima	49,94	65,31	ACIMA	CRESCE	RMR
4 Escada	53,83	63,86	ACIMA	CRESCE	MATA
5 Goiana	34,05	63,34	ACIMA	CRESCE	MATA
6 São Lourenço da Mata	79,73	60,43	ACIMA	decresce	RMR
7 Palmares	51,73	55,99	ACIMA	CRESCE	MATA
Parâmetro 1		54,49	TAXA PERNAMBUCO		
8 Bezerros	59,47	51,65	abaixo	decresce	AGRESTE
9 Ipojuca	67,01	49,86	abaixo	decresce	RMR
10 Carpina	35,52	47,52	abaixo	CRESCE	MATA
Parâmetro 2		46,92	MÉDIA TAXAS MUNICÍPIOS entre 50 e 100.000 hab.		
11 Igarassu	43,44	46,09	abaixo	CRESCE	RMR
12 Belo Jardim	38,25	44,62	abaixo	CRESCE	AGRESTE
13 Pesqueira	31,68	43,32	abaixo	CRESCE	AGRESTE
14 Moreno	43,58	40,93	abaixo	decresce	RMR
15 Gravatá	49,35	40,60	abaixo	decresce	AGRESTE
16 Serra Talhada	66,20	39,37	abaixo	decresce	SERTÃO
17 Araripina	18,51	34,53	abaixo	CRESCE	SERTÃO
18 Arcoverde	41,40	33,75	abaixo	decresce	SERTÃO
19 Timbaúba	35,12	31,32	abaixo	decresce	MATA
20 Ouricuri	30,56	26,44	abaixo	decresce	SERTÃO
21 Surubim	28,92	26,20	abaixo	decresce	AGRESTE
22 Salgueiro	37,42	25,53	abaixo	decresce	SERTÃO

Nota: por 100.000 habitantes
Fonte: SIM/MS

Tabela 6: Ranking de municípios entre 20.000 e 50.000 habitantes: taxas de mortes por agressão. Pernambuco, 1996 a 2004.

Município	População (habs.)	Tx 96-00	Tx 00-04
1 Ribeirão	41.449	82,89	83,81
2 Itapissuma	20.116	48,30	76,57
3 Sirinhaém	33.046	45,83	65,51
4 Agrestina	20.036	50,11	65,49
5 Brejo da Madre de Deus	38.109	54,88	65,32
6 Trindade	21.930	26,77	64,65
7 Petrolândia	27.320	57,30	63,93
8 Amaraji	21.309	31,87	60,22
9 Rio Formoso	20.764	21,41	54,90
Parâmetro 1	TAXA DE PERNAMBUCO		54,49
10 Paudalho	45.138	44,22	54,02
11 Ibimirim	24.340	31,15	53,51
12 Floresta	24.729	89,07	53,38
13 Belém de São Francisco	20.208	67,87	52,99
14 Quipapá	22.145	32,46	52,74
15 Santa Maria da Boa Vista	36.914	54,33	52,45
16 Cupira	22.383	33,16	51,65
17 Aliança	37.189	27,13	50,09
18 Água Preta	28.531	62,68	49,45
19 Barreiros	39.139	47,21	49,43
20 Gameleira	24.003	42,82	48,96
21 Vicência	28.820	23,72	47,64
22 Canhotinho	24.920	40,25	46,41
23 Nazaré da Mata	29.254	28,82	46,29
24 Lajedo	32.209	47,12	44,61
25 Pombos	23.351	35,14	44,56
26 São Bento do Una	45.360	31,98	43,03
27 Cabrobó	26.741	61,47	42,46
28 Moreno	49.205	43,58	40,93
Parâmetro 2	MÉDIA TAXAS MUNICÍPIOS entre 20.000 e 50.000 h.		36,73

Nota: por 100.000 habitantes

Fonte: SIM/MS

Tabela 7: Ranking de municípios com até 20.000 habitantes: taxas de mortes por agressão. Pernambuco, 1996 a 2004.

Município	População	Tx 96-00	Tx 00-04
1 Ilha de Itamaracá	15.858	67,10	65,68
2 Lagoa Grande	19.137	83,35	61,85
3 Joaquim Nabuco	15.925	29,18	58,85
4 Itacuruba	3.669	63,09	58,50
<i>Parâmetro 1</i>	<i>TAXA DE</i>	<i>PERNAMBUCO</i>	<i>54,49</i>
5 Camocim de São Félix	15.115	46,46	52,00
6 Cortês	12.681	89,36	50,04
7 Orocó	10.825	74,69	49,80
8 Tamandaré	17.281	38,77	47,33
9 Chã de Alegria	11.102	42,33	46,65
10 Xexéu	13.597	32,52	46,45
11 Mirandiba	13.122	44,20	44,02
12 Jatobá	13.148	37,44	42,77
13 Feira Nova	18.857	15,33	42,27
14 Inajá	13.280	24,96	42,21
15 Jupi	12.329	20,42	41,79
16 São José da Coroa Grande	13.971	35,13	41,45
17 Saloá	15.006	32,69	41,22
18 Jurema	13.741	34,52	40,13
19 Jataúba	14.653	22,67	39,48
20 Cachoeirinha	17.042	31,70	38,17
21 Santa Cruz da Baixa Verde	10.893	45,76	37,59
22 Betânia	11.305	46,63	37,10
23 Carnaubeira da Penha	10.404	51,32	37,10
24 Capoeiras	19.556	26,94	35,80
25 Poção	11.178	46,14	34,75
26 Triunfo	15.135	54,47	34,58
27 Primavera	11.477	66,00	34,46
28 São Vicente Ferrer	16.004	18,93	34,17
29 Correntes	17.044	29,03	33,69
30 Chã Grande	18.407	21,90	33,66
31 Venturosa	13.462	17,81	33,45
32 São Joaquim do Monte	19.842	37,05	33,35
33 Belém de Maria	10.626	31,71	33,02
34 Tacaimbó	12.929	12,27	31,84
35 Alagoinha	12.535	25,45	31,16
36 Sanharó	15.879	25,75	31,14
37 Tuparetama	7.766	7,46	30,37
38 Taquaritinga do Norte	19.757	33,99	29,55

39 Tracunhaém	12.394	14,24	28,83
40 Itapetim	14.766	25,18	28,81
41 Angelim	9.082	23,71	28,42
42 Vertente do Lério	8.536	20,58	28,12
43 Jucati	9.695	13,10	27,90
MÉDIA TAXAS MUNICÍPIOS ATÉ 20.000 HAB.			27,64
Parâmetro 2			

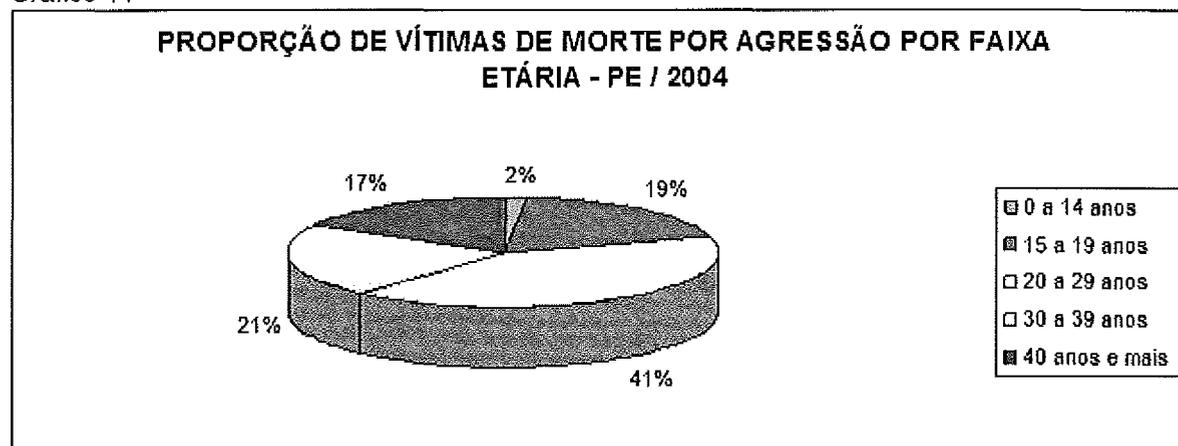
Nota: por 100.000 habitantes

Fonte: SIM/MS

2.3 PERFIL DAS VÍTIMAS DE MORTE VIOLENTA POR AGRESSÃO

O perfil sócio-demográfico das vítimas mortais por agressão destaca-se pelo fato de que a maioria delas é de sexo masculino e de idade jovem ou adulta. Em 2004, por exemplo, os homens constituíram 93,4% das vítimas e, as mulheres 6,6%. A faixa etária predominante foi a dos 20 a 29 anos (41% do total), seguida da dos 30 a 39 anos (21%). Os jovens de 15 a 19 anos constituíram 19% do total. Aproximadamente a mesma proporção (17%) era representada pelas vítimas com mais de 40 anos. Por último, as vítimas com menos de 14 anos representaram apenas 2% do total (ver gráfico 11).

Gráfico 11



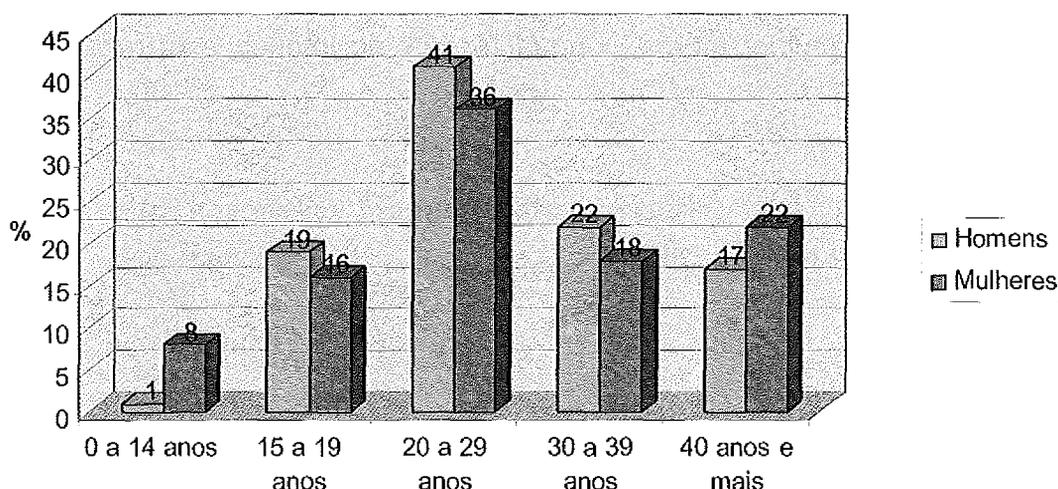
Fonte: SIM/MS

No entanto, esta distribuição foi desigual entre homens e mulheres. Assim, 83% das mortes masculinas ocorreram na faixa etária dos 15 aos 39 anos, e 70% das mortes femininas estavam compreendidas entre a mesma faixa. Por outro lado, houve uma maior proporção de mulheres mortas com menos de 14 anos (8%), do que de homens (1%). E o mesmo aconteceu na população com faixa etária a partir de 40 anos, representando 22% das mortes femininas e 17% das masculinas (ver gráfico 12).

Quando se analisam as taxas de mortes violentas por sexo, constata-se que em Pernambuco, no ano de 2004, morreram 98 homens para cada 100.000 habitantes, contra 6,5 mulheres de cada 100.000. Ou seja, verifica-se uma elevada incidência mortalidade masculina no Estado, da ordem de 15 homens mortos por cada mulher morta (razão de sexos padronizada). Em relação à faixa etária, as taxas de morte por agressão confirmam a alta vulnerabilidade do segmento jovem da população: 116 mortos por cada 100.000 jovens de 20 a 29 anos e 83,9/100.000 na faixa de 15 a 19 anos. Nestas idades, a chance de morrer por violência foi 17 vezes maior entre os homens do que entre as mulheres (Tabela 8).

Gráfico 12

PROPORÇÃO DE MORTES POR AGRESSÃO POR FÁIXA ETÁRIA EM CADA SEXO



Fonte: SIMMS

Tabela 8: Taxas de morte por agressão segundo faixa etária por sexo. Pernambuco, 2004.

IDADE	Homens	Mulheres	TOTAL	Sex Ratio
0 a 9 anos	1,31	0,85	1,1	1,53
10 a 14 anos	8,40	3,36	5,9	2,50
15 a 19 anos	158,01	9,42	83,9	16,78
20 a 29 anos	225,66	13,14	116,9	17,17
30 a 39 anos	153,77	8,24	76,9	18,66
40 a 49 anos	86,72	6,97	43,9	12,43
50 a 59 anos	69,91	4,41	34,2	15,87
60 a 69 anos	42,72	4,50	21,2	9,50
70 a 79 anos	36,86	4,65	19,0	7,93
80 anos e mais	25,72	1,66	11,7	15,46
Total	97,91	6,48	50,7	15,10

Nota: por 100.000 habitantes / Fonte: SIM/MS

Cruzando a relação de mortes violentas, por sexo e por região, encontra-se um aumento relevante da taxa de mortes violentas masculinas na RMR, que atingiu o nível de 135,6 homens mortos/100.000. Já no interior, este indicador foi de 71/100.000. As taxas de mortes femininas, apesar de serem mais discretas, também foram superiores na RMR: 8 mulheres mortas por cada 100.000 na RMR e 5,3/100.000 no interior. Por conta disso, a razão entre sexos na Região Metropolitana do Recife foi ainda mais acentuada do que no interior – 17 homens mortos por cada mulher morta – enquanto que, no interior, esta razão foi de 13 para 1 (tabela 9).

Tabela 9 Taxas de morte por agressão segundo região e sexo. Pernambuco, 2004.

SEXO	Homens	Mulheres	Total	Sex Ratio
RMR	135,6	8,0	68,4	17,0
INTERIOR	70,9	5,3	37,5	13,3
Total	97,9	6,5	50,7	15,1

Nota: por 100.000 habitantes
Fonte: SIM/MS

Há importantes desequilíbrios por região também no que diz respeito à idade. Na faixa de 15 a 19 anos, por exemplo, verifica-se a maior disparidade: a taxa na RMR é de 150,9/100.000 jovens, enquanto que no interior é de apenas 38,4/100.000. Ou seja, os jovens de 15 a 19 anos da RMR, em 2004, tiveram quatro vezes mais chances de morrer violentamente do que os jovens do interior. Já na faixa dos 20 a 29 anos, esta razão foi de 2 para 1, pois é nessa faixa onde as mortes violentas eclodem bruscamente no interior (83,4/100.000). De modo inverso, nas faixas acima dos 60 anos, registraram-se o dobro de casos no interior. Ou seja, os idosos do interior, em 2004, tiveram duas vezes mais chances de morrer violentamente do que os da RMR. É importante dizer que as taxas nestes grupos de idade foram da ordem de 20 mortos/100.000 idosos para todo o Estado (ver tabela 10)

Tabela 10: Taxas de mortalidade por agressão, por idade e por região. Pernambuco, 2004

IDADE	PERNAMBUCO	RMR	INTERIOR	Razão RMR/Interior
0 a 9 anos	1,1	1,6	1,2	1,3
10 a 14 anos	5,9	10,5	3,1	3,4
15 a 19 anos	83,9	150,9	38,4	3,9
20 a 29 anos	116,9	157,3	83,4	1,9
30 a 39 anos	76,9	83,3	71,0	1,2
40 a 49 anos	43,9	44,0	43,8	1
50 a 59 anos	34,2	30,1	37,4	1
60 a 69 anos	21,2	13,8	26,3	0,5
70 a 79 anos	19,0	11,2	23,8	0,5
80 anos e mais	11,7	5,6	14,8	0,4
Total	50,7	68,4	37,5	1,8

Nota: por 100.000 habitantes

Fonte: SIM/MS

Nos gráficos 13 e 14, estão representados o comportamento das taxas masculinas e femininas, respectivamente, desagregadas por faixa etária e região, em 2004. Confirma-se que entre os homens foram alcançados valores extremos na faixa dos 20 a 29 anos. Na RMR, foram 310 mortos por cada 100.000 adultos

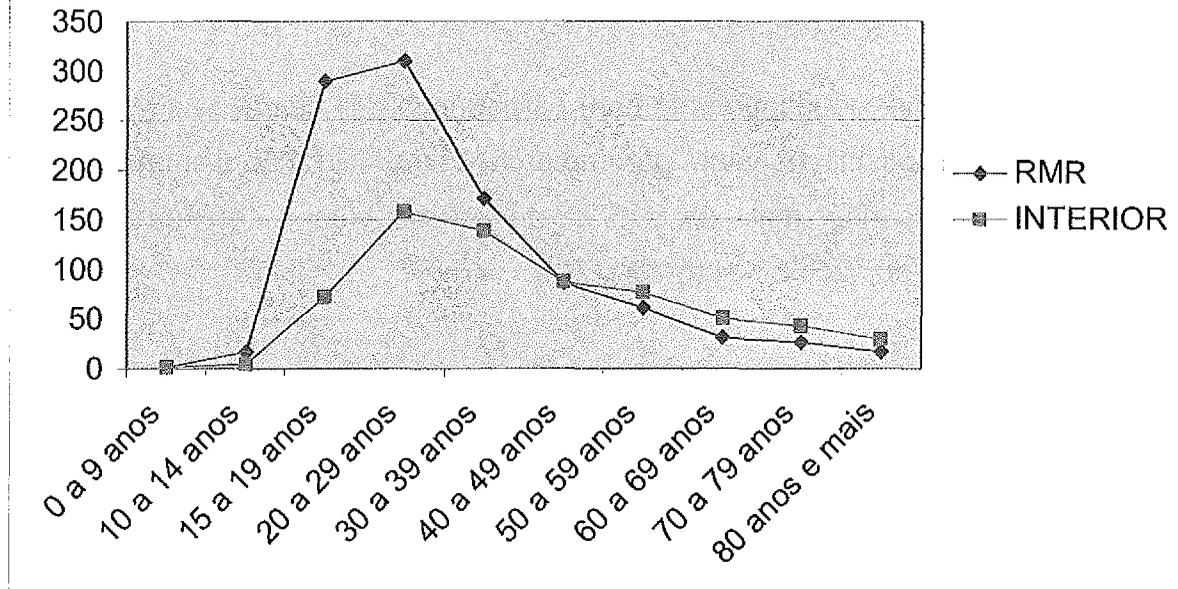
jovens, nesta faixa. Já no interior, registrou-se a relevante cifra de 158 mortos/100.000 adultos jovens (gráfico 13).

Entre as mulheres, embora com outra magnitude (inferior às 20 mortes/100.000 mulheres), observa-se um comportamento semelhante às faixas etárias jovens do sexo masculino. Ou seja: as mulheres jovens e adultas da RMR morrem em patamares bem mais elevados do que as do interior. O maior desequilíbrio aconteceu entre as jovens de 15 a 19 anos, que tiveram 3 vezes mais chances de morrer na metrópole do que no interior. O pico se registrou na faixa dos 20 a 29 anos: 16,1 mortes/100.000 mulheres jovens na RMR; 10,1/100.000 no interior. Ainda entre as mulheres, é na faixa idosa que se acentua o desequilíbrio regional contrário, morrendo muito mais as idosas do interior do que as da RMR. Entre as de 70 a 79 anos, por exemplo, as idosas do interior tiveram quase 4 vezes mais chances de morrer do que as da RMR (gráfico 14).

Curiosamente, este desequilíbrio nas faixas idosas foi muito menos pronunciado entre os homens (gráfico 13). Contudo, não se pode esquecer que a magnitude das mortes violentas entre os homens idosos foi superior a das mulheres idosas, tanto no interior (50/100.000 homens contra 6/100.000 mulheres) como na RMR (30/100.000 homens contra 2/100.000 mulheres) – gráficos 13 e 14.

Gráfico 13

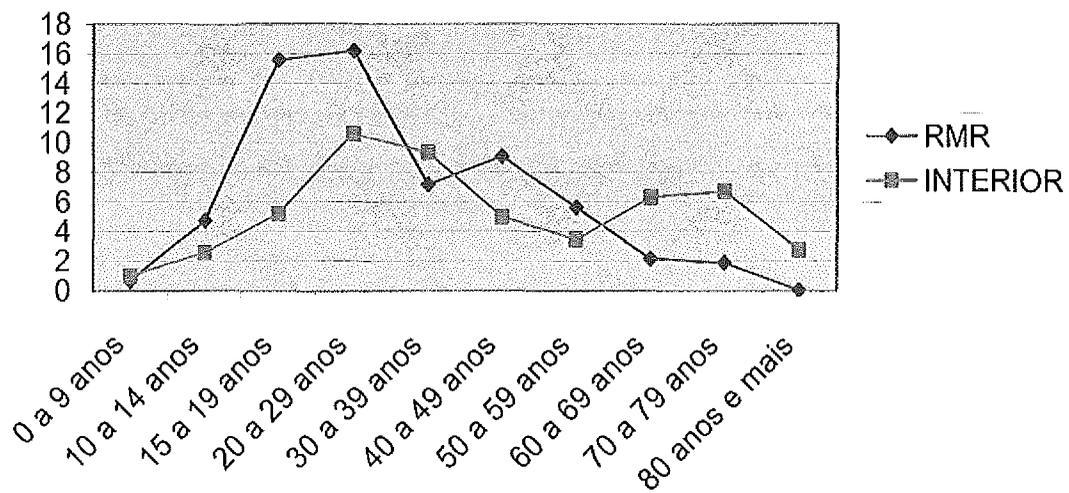
TAXAS MASCULINAS DE MORTE POR AGRESSÃO, POR FAIXA ETÁRIA E REGIÃO - PE / 2004



Nota: por 100.000 habitantes
 Fonte: SIM/MS

Gráfico 14

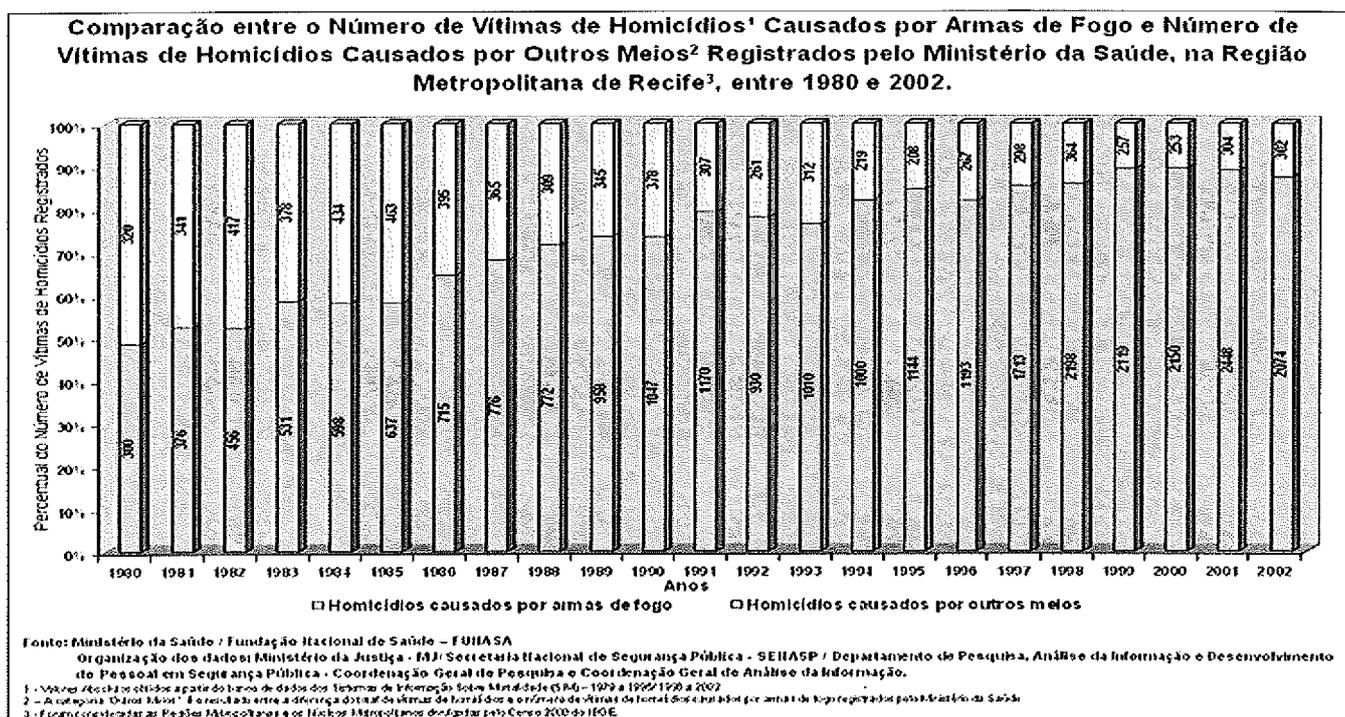
TAXAS FEMININAS DE MORTE POR AGRESSÃO, POR FAIXA ETÁRIA E REGIÃO - PE / 2004



Em relação às circunstâncias que envolvem os casos de violência mortal, dados da SDS-PE apontam uma concentração das mortes durante o final de semana. Concretamente, foi levantado que, em 2005, 51% das mortes por crime letal intencional, ocorreram entre a noite da sexta feira e a madrugada da segunda.

No tocante ao instrumento para perpetração dos crimes letais intencionais, as estatísticas oficiais apontam para uma crescente utilização das armas de fogo, chegando a alcançar mais de 80% deste tipo de crimes em Pernambuco nos primeiros anos do século XXI (gráfico 15).

Gráfico 15



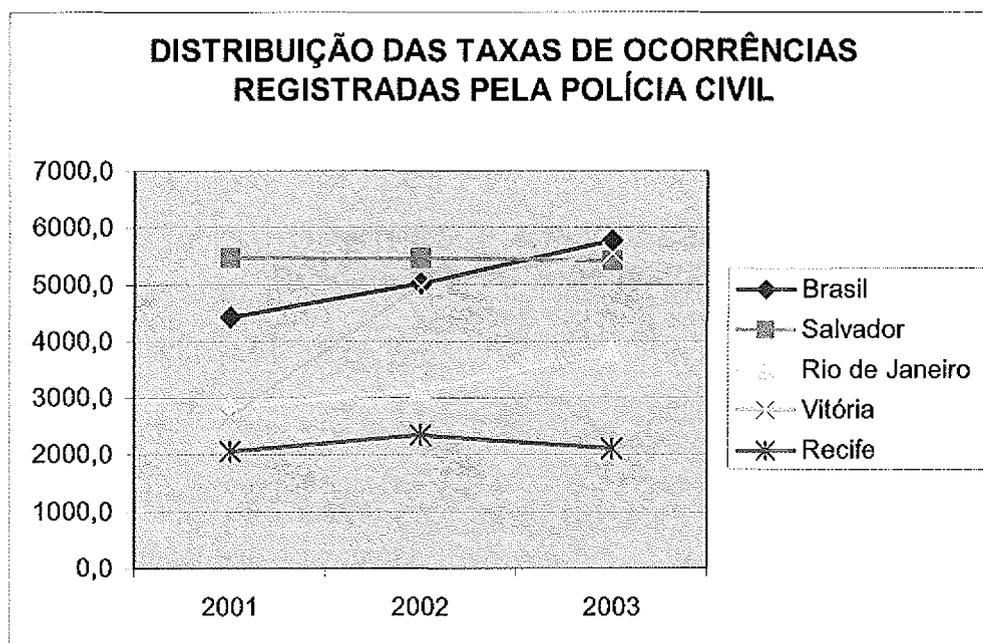
Fonte: SENASP

2.4 TAXAS DE OCORRÊNCIA CRIMINAL

Paradoxalmente à violência em que se vive atualmente em Pernambuco, a SENASP vem registrando que as taxas de ocorrência criminal (indicador que

resume as 29 categorias criminais mais importantes²¹), experimentaram um crescimento modesto na sua capital. Entre 2001 e 2003, por exemplo, a taxa de ocorrência criminal passou de 2.053 casos denunciados/100.000 hab. para 2.169/100.000 hab, o que representa um crescimento de 3%. Esta situação é ainda mais díspare quando se compara com a tendência registrada no Brasil como um todo e na maioria das suas capitais. Assim, por exemplo, o país, no mesmo período analisado, passou de 4.416/100.000 a 5.717/100.000 (crescimento de 30%). Algumas cidades, como Vitória, cresceram 110%, equalizando a sua taxa com a taxa nacional. Outras, como o Rio de Janeiro cresceram na mesma proporção em que o país (34%), mas num patamar menos elevado: 3.820/100.000 em 2003 (gráfico 16).

Gráfico 16

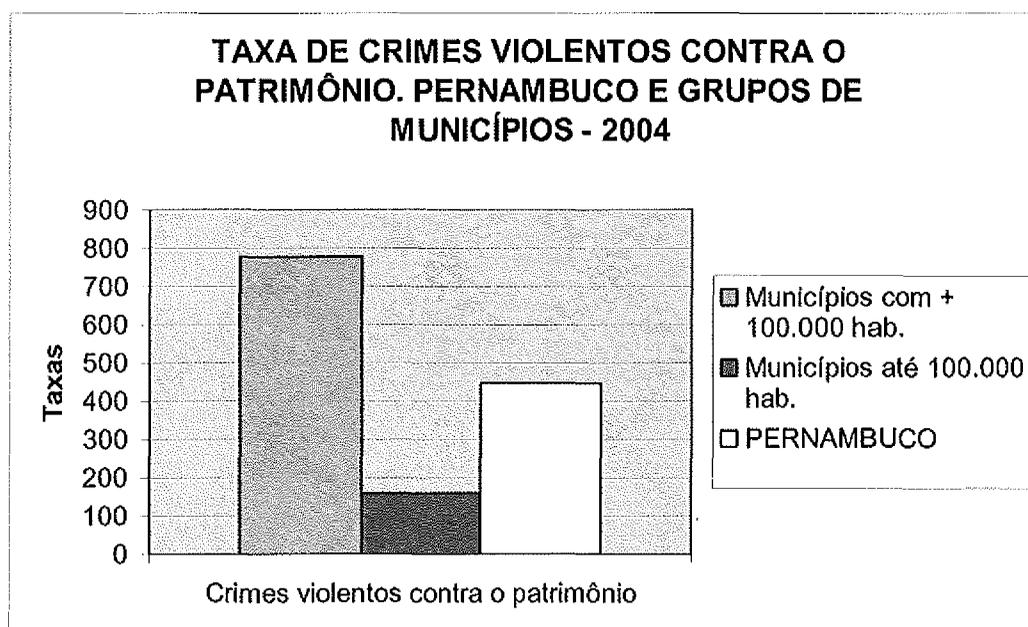


Nota: por 100.000 habitantes
 Fonte: SENASP/MJ

²¹ Este indicador é composto pela soma das ocorrências policiais dos 29 principais delitos recebidos pela SENASP, que são: Homicídio Doloso, Homicídio Culposo Trânsito, Outros Homicídios Culposos, Tentativa de Homicídio, Lesão Corporal Seguida de Morte, Lesão Corporal - Acidente de Trânsito, Lesão Corporal - Outros, Outros Crimes Contra a Pessoa, Estupro, Atentado Violento ao Pudor, Furto de Veículos, Outros Furtos, Roubo Seguido de Morte, Roubo de Veículos, Roubo de Carga, Roubo de Estabelecimento Bancário, Outros Roubos, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Outros Crimes Contra o Patrimônio, Uso e Porte de Drogas, Tráfico de Drogas, Tortura, Racismo, Morte Suspeita, Resistência, Resistência Seguida de Morte, Recuperação de Veículos e Outras Ocorrências (SENASP/MJ).

A magnitude da incidência dos diversos tipos de crime, logicamente, é diversificada. Tomando como exemplo o ano de 2004, observa-se como, em Pernambuco, foram registrados 36.814 crimes violentos contra o patrimônio. Ou seja, 447 casos por cada 100.000 habitantes. Este crime inclui todas as modalidades de roubos (a transeuntes, a comércios, em residência, de veículos, etc.) que implicam uso de violência, inclusive a extorsão mediante seqüestro. Quando se compara a ocorrência deste tipo de crime nos dez municípios com mais de 100.000 habitantes com relação ao resto dos municípios, tem-se que a taxa no primeiro grupo é de 778/100.000, enquanto que, no segundo é de 161/100.000. A partir desses dados, pode-se concluir que há uma chance quase cinco vezes maior de algum morador das dez cidades mais populosas de Pernambuco sofrer um crime violento contra o patrimônio, se comparado ao resto do Estado. (Gráfico 17).

Gráfico 17



Nota: por 100.000 habitantes
 Fonte: SENASP/MJ

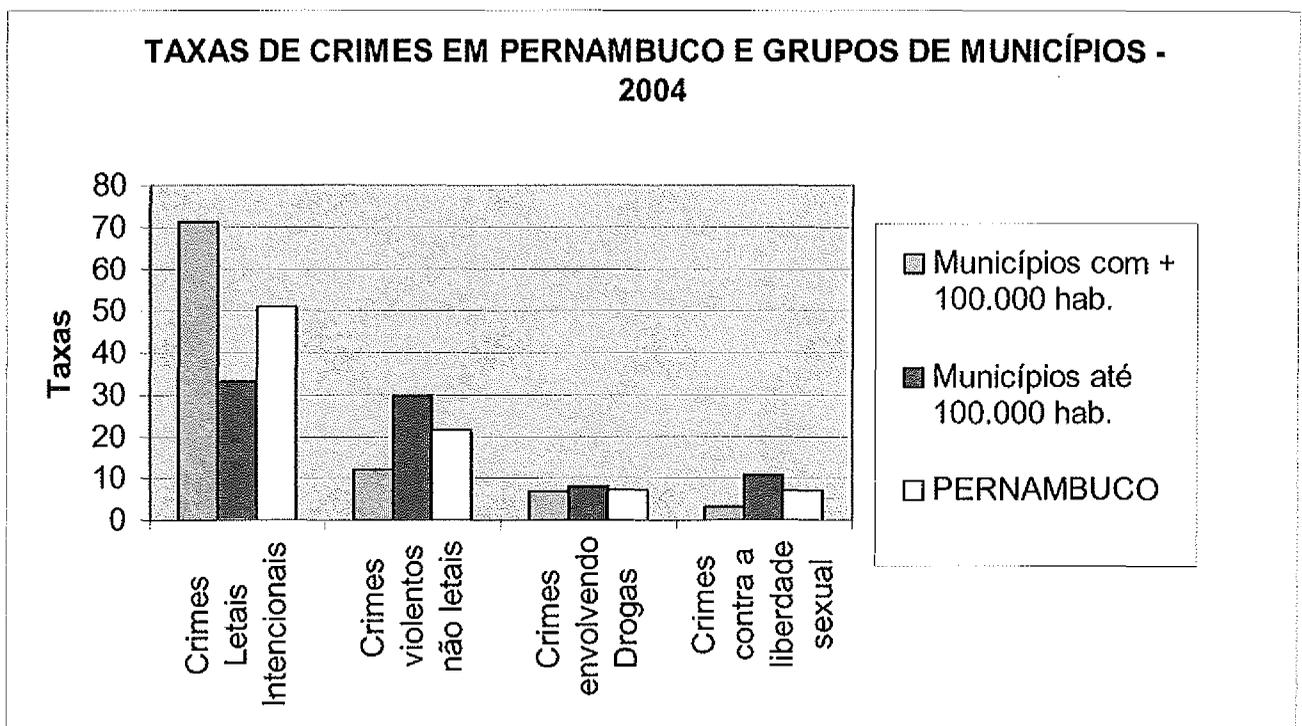
Além disso, em 2004 também ocorreram 4.194 crimes violentos letais intencionais (que já foram analisados como mortes violentas, ao agregar os

homicídios dolosos, os latrocínios e as lesões corporais seguidas de morte) e 1.776 crimes violentos não letais contra a vida (indicador que inclui tentativa de homicídio, estupro, atentado violento ao pudor e torturas).

Em conseqüência, a taxa de crimes violentos letais intencionais foi de 50,8/100.000 (ver também, gráfico 7) e a de crimes violentos não letais, 21,56/100.000 (menos da metade). Ao separar os municípios em dois grandes grupos (de mais de 100.000 habitantes e de até 100.000), observa-se uma curiosa associação: enquanto a chance de sofrer um crime violento letal é 2,1 vezes maior nos grandes municípios (mais de 100.000 habitantes), há uma chance 2,5 vezes maior de sofrer um crime violento não letal num município pequeno (até 100.000), o que demonstra uma inversão nas taxas de cada lugar.

Nos municípios grandes, a taxa de crimes violentos letais foi de 70/100.000 e nos municípios menores, foi de 33,25/100.000. Em relação aos crimes não letais, a taxa nos municípios pequenos foi de 29,64/100.000 e nos grandes, 12,19/100.000. Isso se explica, em parte, pela maior freqüência de crimes sexuais nos municípios de até 100.000 habitantes, como será visto a seguir. (Gráfico 18).

Gráfico 18



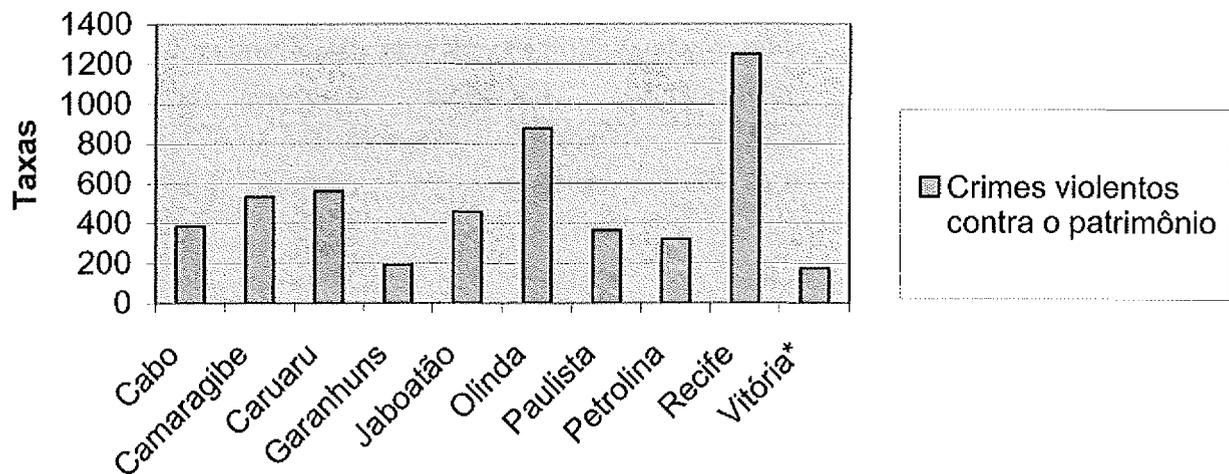
Nota: por 100.000 habitantes / Fonte: SENASP/MJ

Os crimes sexuais (que não incluem só os estupros e atentados violentos ao pudor, mas também as tentativas em cometê-los), alcançaram em 2004 a cifra de 592 casos denunciados. Contudo, deve-se ressaltar a sub-notificação destes casos nos quais, devido aos constrangimentos envolvidos, a vítima pode optar por não procurar a polícia. Em todo caso, os dados existentes significam que a taxa populacional em Pernambuco foi de 7,2/100.000. E, aqui, novamente, em sintonia com os crimes não letais, houve um claro desequilíbrio na ocorrência desses crimes a favor dos municípios de até 100.000 habitantes: a taxa nestes municípios foi de 10,7/100.000, e, nos municípios maiores 3,1/100.000 (gráfico 18). A chance, portanto, de sofrer um crime sexual foi de 3,2 vezes maior para quem mora em municípios pequenos, em relação aos moradores de municípios grandes.

Já os crimes envolvendo drogas alcançaram o número de 612 ocorrências em 2004 (7,4/100.000). Diferentemente dos outros tipos de crime, não se detecta nenhum desequilíbrio na ocorrência deste evento com relação aos dois grandes grupos de municípios aqui considerados (gráfico 18).

Gráfico 19

**TAXA DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO EM
MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 habitantes.
PE /2004**



*Dados de Vitória com 50% das delegacias cobertas.
Nota: por 100.000 habitantes
Fonte: SENASP/MJ

A seguir, será analisado o comportamento das taxas destas cinco grandes modalidades de crime nas dez cidades pernambucanas com mais de 100.000 habitantes. Os dados para Vitória de Santo Antão somente alcançaram uma cobertura de 50%, por isso devem ser lidos cautelosamente. Apenas para o dado sobre a taxa de crimes letais intencionais, teve-se acesso a informações complementares que corroboraram a frequência deste evento no município de Vitória de Santo Antão.

Em relação aos crimes violentos contra o patrimônio, Recife destaca-se com os maiores índices. Com 18.383 casos denunciados em 2004 (49,96% do total do Estado), a capital do Estado obtém uma taxa de 1.248 casos por cada 100.000 habitantes. Já Olinda ocupa a segunda posição, com uma taxa de 876/100.000. Logo depois, Caruaru, Camaragibe e Jaboatão, despontam em torno das 500 ocorrências por 100.000 habitantes. Os outros municípios se situam

abaixo da média das taxas dos municípios grandes, que foi de 446/100.000 (gráfico 19; tabela 11).

Tabela 11: Taxas de crimes (tipos principais) nas cidades com mais de 100.000 habitantes. Pernambuco, 2004.

	Crimes violentos		Crimes		
	contra o patrimônio	Crimes Letais Intencionais	Crimes violentos não-letais	envolvendo Drogas	Crimes contra a liberdade sexual
Cabo	385,34	80,13	26,30	6,12	6,12
Camargibe	532,09	39,12	12,09	0,71	5,69
Caruaru	560,73	67,45	21,13	25,20	8,90
Garanhuns	190,95	71,20	26,70	14,56	8,90
Jaboatao	458,82	94,06	5,00	2,58	1,45
Olinda	876,01	87,94	12,94	5,55	2,91
Paulista	364,55	54,45	6,01	3,89	2,12
Petrolina	320,37	48,08	28,18	17,41	0,83
Recife	1248,29	68,34	9,57	4,95	2,51
Vitória*	172,99	60,67	7,38	0,82	0,82
Municípios + 100.000 hab	778,30	71,37	12,19	6,84	3,12
Municípios – 100.000 hab	160,92	33,26	29,64	7,94	10,69
PE	446,83	50,89	21,56	7,43	7,19

Nota: por 100.000 habitantes

* Dados de Vitória com 50% das delegacias cobertas, exceto crimes violentos letais intencionais.

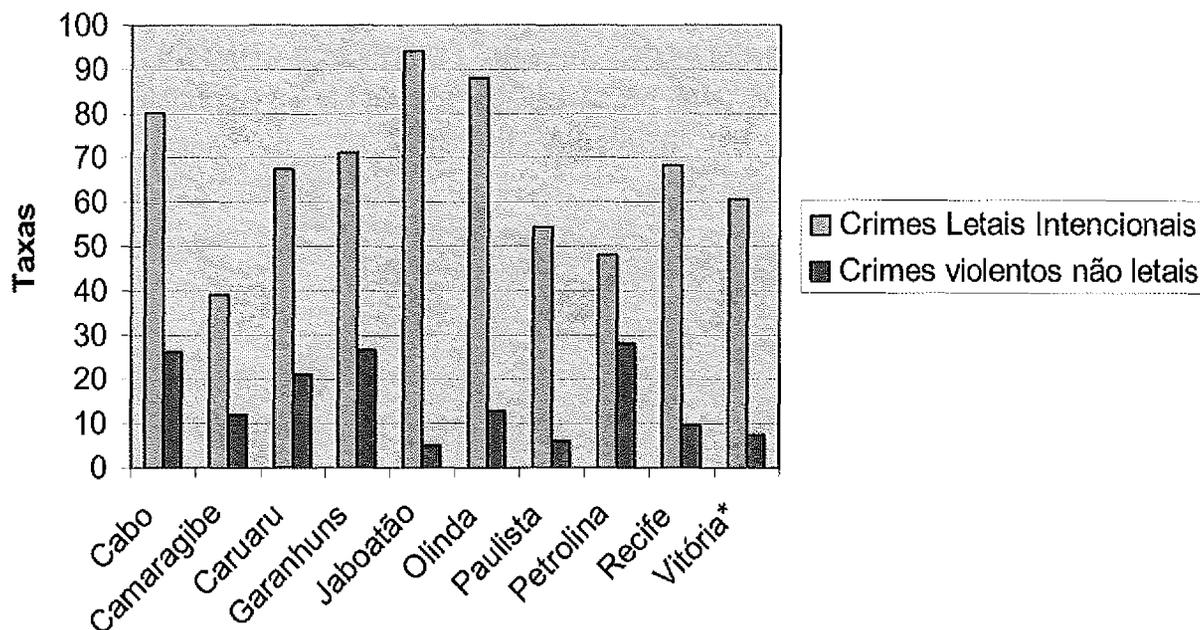
FONTE: SENASP/MJ

Em relação à proporção de crimes letais intencionais e crimes violentos não-letais, no gráfico 20 é possível observar como três dos municípios com as taxas de crimes letais mais elevadas (Jaboatão, Olinda e Recife) apresentam, também, taxas baixas de violência não-letal (inferiores a 10/100.000).

Entretanto, o Cabo apresenta um padrão criminológico diferenciado, ao registrar números elevados em ambas as taxas. A sua situação encontra-se bem próxima a das capitais do interior (Caruaru, Petrolina, Garanhuns), que, inclusive, tendem a mostrar taxas letais sensivelmente menores em relação ao grupo de Jaboação, Olinda e Recife; e taxas não-letais maiores (gráfico 20).

Gráfico 20

TAXA DE CRIMES LETAIS INTENCIONAIS E CRIMES VIOLENTOS NÃO LETAIS EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 habitantes - PE /2004



Nota: por 100.000 habitantes

*Dados de Vitória para crimes violentos não-letais com 50% das delegacias cobertas.

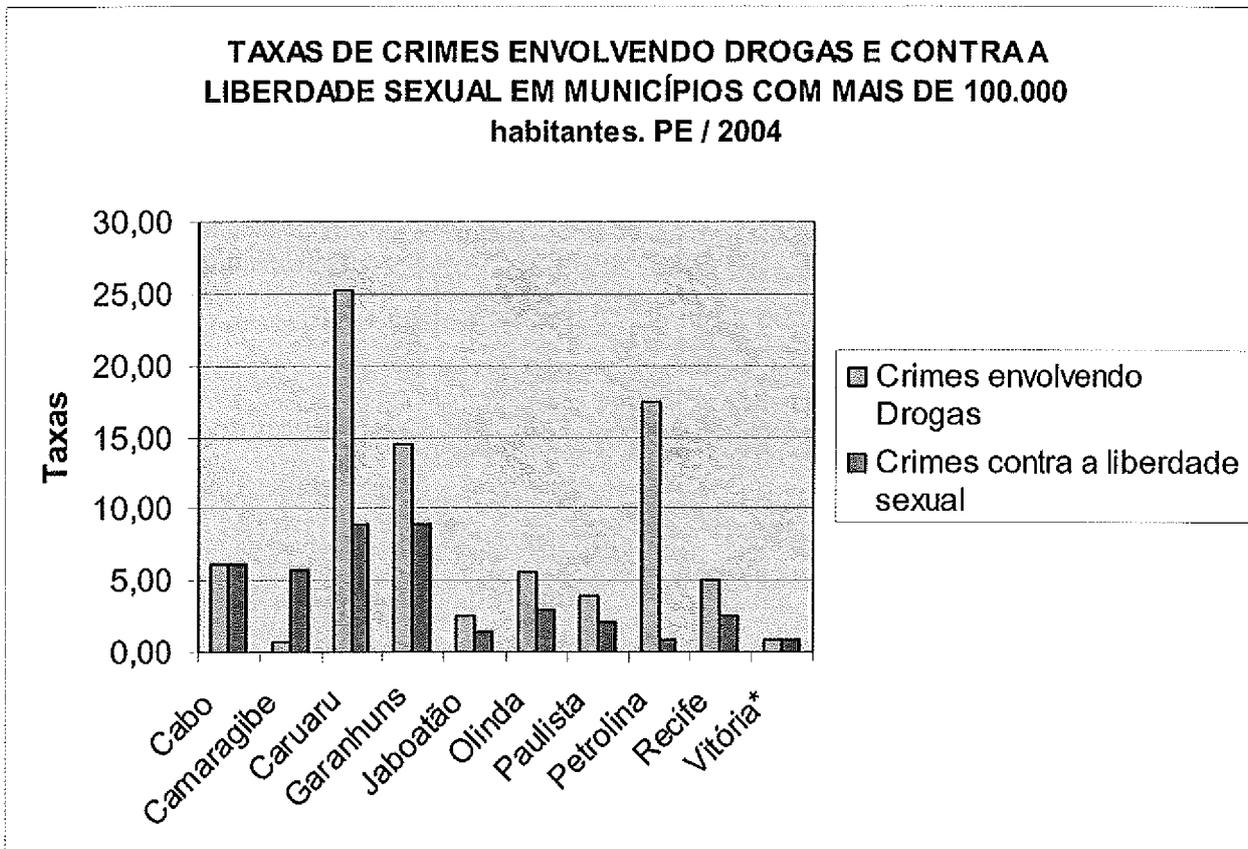
Fonte: SENASP/MJ

No que diz respeito aos crimes sexuais e aos crimes envolvendo drogas (gráfico 21; tabela 11), ambos comportam-se de forma mais insidiosa nos grandes municípios do interior. No Agreste, Caruaru e Garanhuns despontam como as principais cidades de Pernambuco em que se registram ocorrências deste tipo: Caruaru registra 25 casos envolvendo drogas por cada 100.000 habitantes (o principal registro) e 8,9 crimes sexuais/100.000 (o principal registro também, junto com Garanhuns).

Petrolina alcança a segunda posição em relação aos crimes que envolvem drogas (17,4/100.000), o que pode ser explicado pela sua proximidade com o conhecido *polígono da maconha*. No tocante aos crimes sexuais, no entanto, Petrolina detém o mais baixo registro das dez cidades (0,83/100.000). Além disso, Cabo e Camaragibe aparecem como municípios com destacada incidência de

casos de violência sexual, com desempenhos da ordem de 6/100.000 (tabela 11; gráfico 21).

Gráfico 21



Nota: por 100.000 habitantes

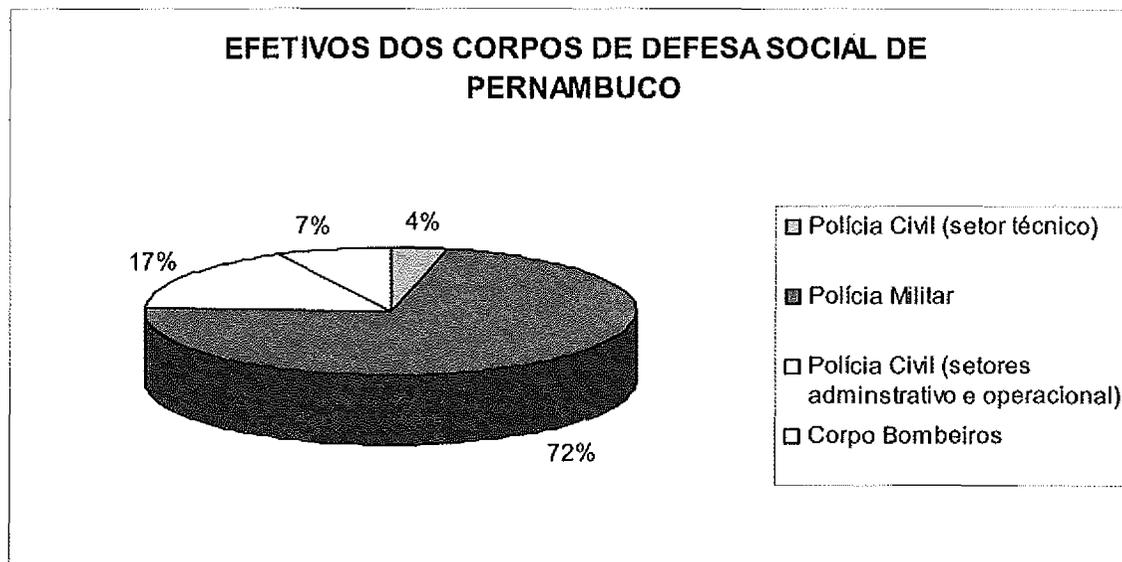
* Dados de Vitória para crimes violentos não-letais com 50% das delegacias cobertas

Fonte: SENASP/MJ

2.5 ORGANIZAÇÕES DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL

A Defesa Social em Pernambuco é composta pelas corporações da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Em 2003, estas instituições somaram 26.282 profissionais, que se distribuem da seguinte forma: 18.927 policiais militares (72%), 5.389 policiais civis (21%) – dos quais 4.418 eram dos setores administrativo e operacional e 971 do setor técnico –, e 1.966 bombeiros (7%) (gráfico 22).

Gráfico 22



Fonte: SENASP/MJ

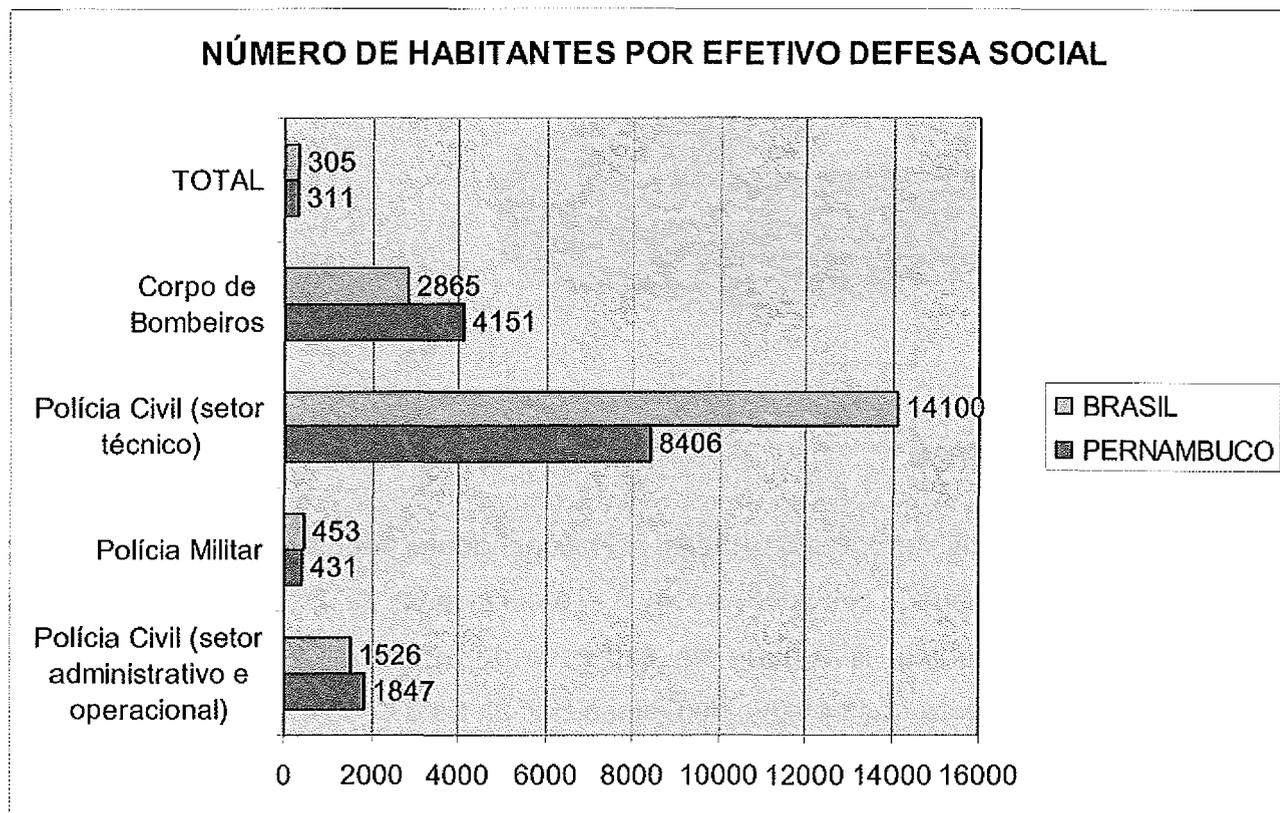
Relativizando estes dados pelo contingente populacional, observa-se que, em Pernambuco, em 2003, havia 3,2 profissionais da Defesa Social para cada 1.000 habitantes. Isso pode ser expresso de modo inverso, ou seja, havia 311 habitantes para cada efetivo de Defesa Social. Este dado coloca o Estado em uma situação bem próxima, embora ligeiramente desfavorável, do registro nacional, que foi de 305 habitantes por efetivo (gráfico 23).

Prosseguindo com a comparação entre Pernambuco e o Brasil, observam-se diversas situações ao analisar cada corporação separadamente. Em primeiro lugar, destaca-se o caso do setor técnico da Polícia Civil. Pernambuco mostrou, em 2003, uma melhor proporção de habitantes por policiais técnicos com relação ao Brasil. Se havia um policial técnico para 14.100 brasileiros, aqui no Estado se registrava um técnico para cada 8.406 pernambucanos. Em segundo lugar, a Polícia Militar também esteve melhor representada no Estado: 453 habitantes por cada policial militar no Brasil, contra 431 habitantes em Pernambuco (gráfico 23).

Por outro lado, a situação revelou-se inversa nas outras duas corporações. A maior disparidade deu-se no Corpo de Bombeiros, que estava em franca desvantagem em Pernambuco, com apenas um bombeiro para 4.151 habitantes, em 2003, contra 2.865 para todo o Brasil. Finalmente, o caso dos setores operacional e administrativo da Polícia Civil revela um desequilíbrio desfavorável

para Pernambuco. Se, em 2003, havia no Brasil um policial civil (desses setores) para 1.526 habitantes, tal contingente em Pernambuco foi de um para 1.847.

Gráfico 23



Nota: número de habitantes por 1 policial
 Fonte: SENASP/MJ

2.6 SISTEMA PRISIONAL EM PERNAMBUCO

O sistema prisional em Pernambuco vem experimentando nos últimos anos um aumento de sua população carcerária. Em 1999, existiam 7.533 presos em Pernambuco, tendo esta cifra dobrado em 2006 para 15.777 e, em março do presente ano de 2007, chegou ao número de 16.155 presos²².

A maior unidade prisional de Pernambuco é o Presídio Professor Aníbal Bruno, no Recife, que atualmente abriga 3.605 reclusos (22,32% do Estado). Em seguida vem a Penitenciária Professor Barreto Campelo, com 1.350 presos, o Presídio de Igarassu (1.229) e a Penitenciária Agroindustrial de São João (1.061).

²² FONTE: SERES/GOS/GERAD

Estas três unidades encontram-se na microrregião de Itamaracá e são responsáveis por 22,53% da população carcerária do Estado. Cabe mencionar, ainda, que as cadeias públicas, nas gerências regionais, abrigam 2.730 reclusos (16,90%). As outras 13 unidades prisionais de Pernambuco, com uma média de 475 presos cada, responsabilizam-se por 38,25% da população encarcerada. Uma delas, a Colônia Penal Feminina do Recife, é a que acolhe o maior número de presas do Estado (405)²³.

O aumento do número de presos em Pernambuco vem acontecendo de forma desproporcional em relação ao crescimento demográfico da população. As taxas saltaram de 99 presos por 100.000 habitantes, em 1999, para 188/100.000 em 2007. Isso significa que a população penitenciária registrou um aumento de quase 90% em relação ao crescimento da população de Pernambuco. Tal tendência faz com que, em datas recentes, Pernambuco se situe em posições próximas à taxa nacional, que em 2005 foi de 197 presos/100.000 habitantes, e venha ocupando posições intermediárias quando comparado a outras unidades da Federação.²⁴

Da mesma forma, o aumento da população carcerária acontece de modo a tornar a capacidade das unidades prisionais do Estado insuficiente. Este fenômeno comportou-se irregularmente ao longo dos primeiros anos do século XXI. Enquanto no período de 2000 a 2003 a capacidade de lotação passou de 4.835 a 8.606 vagas, entre 2003 e 2006 houve uma tendência à redução. Isso fez com que, neste último período, o déficit de vagas no Estado venha aumentando. Assim, em 2006 foi computada carência de 7.467 vagas (gráfico 24).

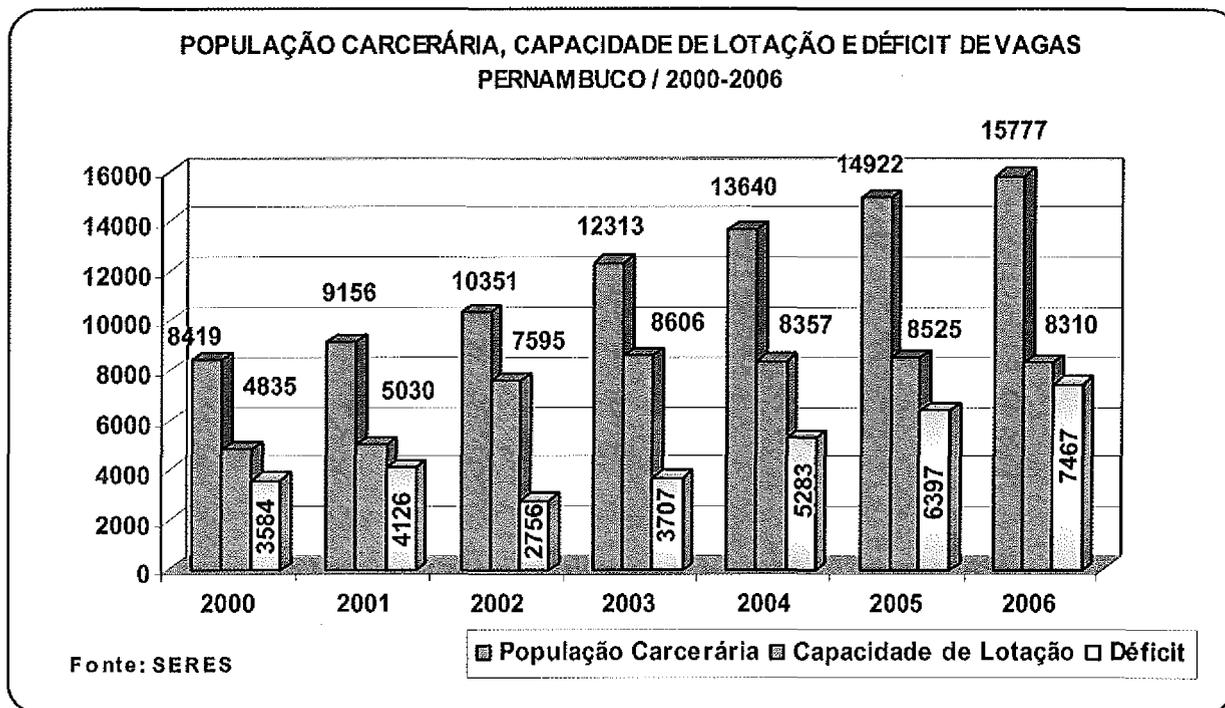
O perfil sócio-demográfico da população carcerária de Pernambuco revela que ela é eminentemente masculina, juvenil e de baixa escolaridade. Em 2006, as prisões do Estado contabilizavam 15.098 homens (95,7%) contra 679 (4,3%) mulheres. É importante ressaltar que a proporção de mulheres foi sensivelmente superior à média nacional, que para aquele ano foi de 3,6%. Em relação à idade,

²³ FONTE: GOS / SERES.

²⁴ FONTE: DEPEN / IBGE.

46% da população carcerária possuía entre 22 e 30 anos; 23% entre 31 e 40 anos; 15% entre 18 e 21 anos e 15% com mais de 40 anos.²⁵

Gráfico 24



A escolaridade dos reclusos em 2006 mostrou-se especialmente baixa: a maioria deles (88%) tinha cursado, no máximo, o ensino fundamental e dentre estes, 26% eram analfabetos. Do restante, 3% cursaram o ensino médio; 1% o ensino superior e 8% possuíam grau de escolaridade ignorado. Em datas recentes foram efetuados esforços no interior das Unidades Prisionais para matricular alunos e elevar o grau de escolaridade da população carcerária. Assim, entre 2003 e 2005 houve um aumento substancial no número de presos matriculados, alcançando a cifra de 3.632 (24,3% do total). No entanto, no ano seguinte essa cifra diminuiu para 3.008 presos matriculados (19,1%).²⁶

No que diz respeito à aplicação de atividades de laborterapia nos cárceres de Pernambuco, tem-se que, em 2006, apenas 8% da população carcerária (1.223

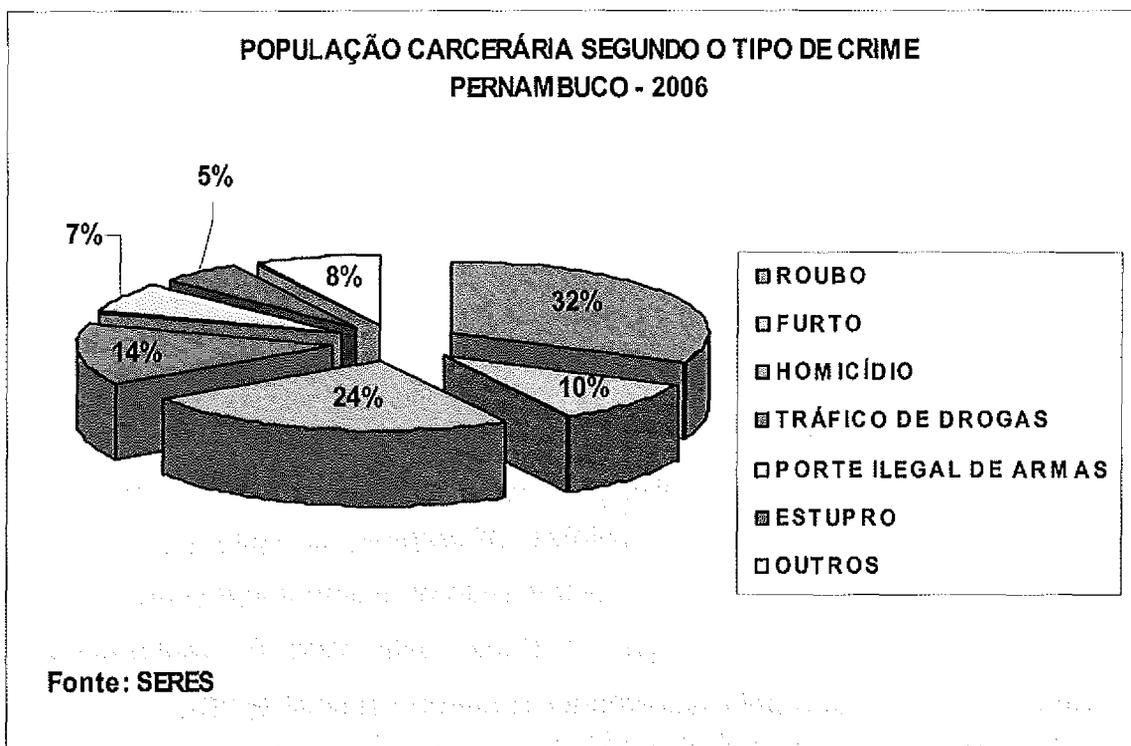
²⁵ FONTE: SERES

²⁶ FONTE: SERES/GERAD/GEQP.

pessoas) trabalhava. A maioria (1.054) exercia atividades profissionalizantes em órgãos do Estado. Somente 169 trabalhavam em empresa privada.²⁷

Em relação ao perfil dos presos de Pernambuco, no ano 2006, foi observado um predomínio dos que cumprem pena por roubo (32%), seguidos dos casos de homicídio (24%), dos condenados por tráfico de drogas (14%), furto (10%) e porte ilegal de armas (7%). A prática de estupro representou 5% desta população (gráfico 25).

Gráfico 25



Em relação à situação jurídica da população carcerária, destacam-se os condenados a regime fechado (40%) e os que se encontram presos em situação provisória (38%). Beneficiam-se do regime semi-aberto 13% e gozam do regime aberto 7%. Apenas 2% encontram-se sob medida de segurança.

²⁷ FONTE: SERES.

2.7 CONCLUSÕES

O diagnóstico descrito acima revela que, nos últimos 30 anos, o estado de Pernambuco consolidou um patamar de criminalidade violenta dos mais elevados do Brasil. A explicação para tal fenômeno tem origens históricas longínquas e é resultado de um conjunto de causas de diversas naturezas, tais como:

- a) Fraqueza das instituições estatais nas regiões de maior vulnerabilidade social;
- b) Elevado grau de desorganização social urbana;
- c) Modernização da atividade econômica, inclusive da atividade econômica ilegal, criando novas possibilidades de expansão da criminalidade, como o mercado de drogas;
- d) Observância de padrões rurais de honra e valorização da masculinidade e da virilidade na resolução privada de conflitos;
- e) Alta disponibilidade de armas de fogo sem controle;
- f) Incapacidade de formulação e execução de políticas de segurança pública eficientes, transversais e integradas.

A redução da violência em Pernambuco só será alcançada através de um grande movimento aglutinador que envolva um conjunto de organizações do Estado e da sociedade, em torno de projetos estruturadores e permanentes de prevenção e controle da criminalidade violenta. O Pacto pela Vida é, exatamente, este movimento, coordenado pelo Governador Eduardo Campos e articulando o Poder Executivo Estadual com os municípios e a União, com os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, bem como com a sociedade civil organizada. Tal política de Estado, mais que de governo, será agora detalhada através dos inúmeros projetos produzidos pelas câmaras técnicas e aglutinados em torno das linhas de ação do Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco (PESP-PE 2007).

LINHAS DE AÇÃO

1. REPRESSÃO QUALIFICADA DA VIOLÊNCIA

Nas democracias constitucionais, o monopólio da violência pelo Estado é um meio legítimo de assegurar os direitos individuais. Nesse contexto, o uso da coerção figura como uma possibilidade - sob o manto da lei - de alcançar esse objetivo, caracterizando uma dimensão inescapável das sociedades complexas, plurais e democráticas. Em outros termos, não existem sociedades contemporâneas que possam prescindir das organizações policiais e prisionais.

É exatamente por este motivo que a coercitividade está incorporada como eixo central do PESP-PE e está diretamente relacionada à garantia da realização dos direitos humanos, especialmente dos direitos à vida e à liberdade. Contudo, a repressão em condições da criminalidade moderna e sofisticada não deve ser reativa, mas pró-ativa. Sua atuação qualificada deve compreender, necessariamente, as dimensões da **Inteligência**, da **Informação**, da **Tecnologia** e da **Gestão**.

Se os aspectos repressivos das organizações estatais de controle da violência e do crime operam de forma eficiente e eficaz, o efeito resultante é a obtenção da segurança como um bem público universalizado. Isto se dá através da redução da impunidade, com impacto direto sobre os coeficientes de criminalidade violenta. Por outro lado, a eficácia da repressão e a conseqüente redução da impunidade só serão possíveis se construídas dentro de uma Política de Estado que garanta a articulação entre os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a integração do sistema de segurança pública, o que contribui tanto para a redução do crime violento, quanto para a alteração positiva da percepção da população sobre a capacidade de resposta estatal ao problema da violência. Assim, os projetos que serão apresentados nesta linha de ação dizem respeito à qualificação da repressão em seu sentido mais amplo.

1.1 PROGRAMA: POLÍCIAS

A participação efetiva das polícias no combate à criminalidade exige que um conjunto de problemas seja superado. Entraves como os déficits de efetivo policial, a ausência de um modelo de gestão, a incapacidade de planejamento e avaliação, a baixa efetividade dissuasória e investigativa, a falta de mecanismos internos de controle dos desvios organizacionais, além da fraqueza da articulação com as comunidades e entre as próprias corporações são alguns dos pontos fundamentais a serem resolvidos para que as organizações policiais desempenhem de forma eficiente e cidadã sua missão de repressão (qualificada) à criminalidade.

1.1.1 Subprograma: Polícia Civil

A. Projeto: Criação e fortalecimento de delegacias especializadas para mulheres

Destina-se a diminuir os altos índices de violência contra a mulher e reduzir a impunidade, por meio da criação de novas delegacias especializadas em diversos municípios do Estado.

Objetivos: Criar delegacias especializadas na repressão a violência contra as mulheres e fortalecer as já existentes (especializadas e comuns).	
Órgão governamental Gestor: Secretaria Especial da Mulher	
Principais Resultados Esperados: Criação e implantação de quinze delegacias, sendo: <ul style="list-style-type: none">• Dez delegacias (até o fim dos três primeiros anos de governo): Cabo de Santo Agostinho, Macaparana, Vitória de Stº Antão, Belo Jardim, Afogados da Ingazeira, Serra Talhada, Floresta, Araripina, Cabrobó, Salgueiro.• Cinco delegacias (até o fim do quarto ano): Palmares, Nazaré da Mata, Tamandaré, Paulista, Goiana.• Fortalecimento de 35 (trinta e cinco) delegacias comuns para o atendimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: 04 anos
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Secretaria de Defesa Social	1.
2. SENASP	2. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, Governo Estadual e Organismos da Cooperação Internacional.	

B. Projeto: Criação de delegacia especializada para idosos(as)

Projeto que objetiva combater a violência contra a pessoa idosa através da criação de delegacia especializada.

Objetivos: Criar e implantar delegacia especializada na repressão à violência contra a pessoa idosa.	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Criação e implantação de delegacia especializada na repressão à violência contra a pessoa idosa.• Atendimento adequado para pessoa idosa vítima de violência e identificação de casos de violências, além de encaminhamento às redes de atendimento.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. SDSDH	1. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual e SENASP.	

C. Projeto: Efetivo da Polícia Civil de Pernambuco.

Projeto que procura sanar o problema do déficit operacional da Polícia Civil de Pernambuco, criando uma Lei para a fixação do efetivo da PCPE e realizando concursos públicos no intuito de atingir a quantidade ótima de policiais civis.

Objetivos: Atingir a quantidade ótima do efetivo da Polícia Civil de Pernambuco.	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Lei que fixa o efetivo da Polícia Civil de Pernambuco. • Realização de concursos para contratação de policiais civis, como previsto na Lei. • Adoção de mecanismos gerenciais que possibilitem o aumento do efetivo da Polícia Civil. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual.	

D. Projeto: Centros Especializados em Prevenção e Repressão de delitos.

Objetiva a implantação de Centros Especializados na Prevenção e Repressão de delitos praticados contra Crianças e Adolescentes, Mulheres, População Negra, Idosos, LGBTTT e relativos a entorpecentes, em pelo menos 10% das Seccionais do Estado.

Objetivos: Criar centros especializados na prevenção e repressão de delitos contra Crianças e Adolescentes, Mulheres, Populações Negras, Idosos, LGBTTT e relativos a entorpecentes.	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de projeto específico para cada seccional, estabelecendo parcerias para implantação dos centros especializados. 	
Prazo para implementação: 01 ano	Tempo de vigência: Permanente
Parcelas:	Atividade principal:
1. Secretaria da Mulher	1. Acompanhamento
2. Secretaria da Juventude e Emprego	2. Acompanhamento
3. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	3. Acompanhamento
4. Secretaria de Esportes	4. Acompanhamento
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual.	

E. Projeto: Melhoria da infra-estrutura da Polícia Civil de Pernambuco:

Projeto que propõe melhorar gradativamente a estrutura das Delegacias de Polícia de Nível 1 (População superior a 29.001 habitantes), priorizando aquelas que atendem áreas de maior incidência criminal, com o objetivo de garantir a celeridade dos Procedimentos Policiais. Inicialmente, pretende-se atender, até dezembro de 2008, no mínimo 10% das Delegacias de Nível 1, mantendo essa meta para os anos subsequentes.

Objetivos: Melhorar a infra-estrutura das delegacias da Polícia Civil de Pernambuco
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social

Principais Resultados Esperados:

- Desenvolvimento de ações relativas à otimização dos gastos das delegacias de Nível 1.
- Desenvolvimento de ações relativas ao aumento das verbas destinadas às delegacias de Nível 1 de forma a compatibilizar os recursos orçamentários às necessidades da Instituição.
- Adequação das instalações físicas e mobiliárias das delegacias às necessidades de trabalho, adquirindo equipamentos e viaturas necessários ao exercício da atividade-fim (informática, armamento, telecomunicação).
- Garantia da manutenção preventiva e corretiva da estrutura operacional.
- Fortalecimento da área de desenvolvimento e suporte da Unidade de Tecnologia da Informação – UTI (pessoal, equipamentos e logística).

Tempo para implementação: 1 ano**Tempo de vigência:** Permanente**Fontes possíveis de recursos ou financiamento:** Governo Estadual e SENASP.**F. Projeto: Delegacia de Prevenção e Repressão aos Crimes Eletrônicos**

Trata-se da criação de uma Delegacia direcionada à prevenção e repressão dos crimes eletrônicos cometidos no Estado de Pernambuco.

Objetivos: Criar, na capital, uma Delegacia de Prevenção e Repressão aos Crimes Eletrônicos.**Órgão governamental Gestor:** Secretaria de Defesa Social**Principais Resultados Esperados:**

- Estruturação material e humana de uma Delegacia de Prevenção e Repressão aos crimes eletrônicos.
- Estabelecimento de parcerias com empresas privadas (PPP) para fins de troca de informação, financiamento e ações preventivas e repressivas.
- Estabelecimento de parcerias com universidades públicas para fins de troca de informação e uso de pessoal especializado.

Tempo para implementação: 06 meses**Tempo de vigência:** Permanente**Parceiros:**

1. Empresas Privadas e Instituições Financeiras

2. Universidades Públicas de Pernambuco

3. ONG's

Atividade Principal:

1. Fornecimento de informações e tecnologia.

2. Fornecimento de informações e pessoal especializado

3. Apoio técnico

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual, empresas privadas, instituições financeiras, SENASP.**G. Projeto: Criação da Delegacia Policial de Prevenção e Repressão aos Crimes contra a Propriedade Intelectual.**

Projeto destinado à prevenção e repressão dos crimes contra a Propriedade Intelectual cometidos no Estado de Pernambuco, através da criação de uma delegacia especializada.

Objetivos: Criar, na capital, uma Delegacia Policial de Prevenção e Repressão aos Crimes contra a Propriedade Intelectual.**Órgão governamental Gestor:** Secretaria de Defesa Social

Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação material e humana de uma Delegacia de Prevenção e Repressão aos Crimes contra a Propriedade Intelectual. • Estabelecimento de parcerias com universidades públicas para fins de troca de informações e uso de pessoal especializado. • Estabelecimento de parcerias com empresas privadas (PPP) para fins de troca de informação, financiamento e ações preventivas e repressivas. • Criação de um programa com o objetivo de gerar alternativas de acesso à propriedade intelectual compatíveis com as possibilidades financeiras das instituições (em particular dos centros de formação). 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Empresas Privadas e Instituições Financeiras	1. Fornecimento de informações e tecnologia.
2. Universidades Públicas de Pernambuco	2. Fornecimento de informações e pessoal especializado

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual, empresas privadas, SENASP e órgãos internacionais.

H. Projeto: Criação de Novas Delegacias

Objetivos: Criar novas delegacias no Estado.	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Delegacia da Muribeca que atuará também em Marcos Freire e em Dois Carneiros, atendendo a uma população de 80mil habitantes. • Criação das 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª delegacias de plantão. As três primeiras já funcionam com efetivo da Jornada Extra de Segurança(J.E.S); a 10ª atenderá questões relacionadas à mulher; a 11ª e a 12ª atuam em Itamaracá e Porto de Galinhas, nessa ordem; a 13ª em Camaragibe e a 14ª em Jaboatão. • Criação da Delegacia do Pina, com o intuito de reduzir o montante de trabalho da delegacia de Boa Viagem. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual, SENASP/MJ.

I. Projeto: Atuação Integrada da Polícia Civil

Destina-se a garantir a permanente atuação integrada entre as instâncias componentes da Polícia Civil em todo o Estado de Pernambuco. Trata-se de assegurar a articulação entre aquelas através da consolidação do modelo de compatibilização de áreas e responsabilidade territorial, além da criação e implementação de um novo modelo de delegacias integradas na capital e interior.

Objetivos: Garantir a permanente atuação integrada da Polícia Civil em todo Estado de Pernambuco.	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação do modelo de compatibilização de áreas e responsabilidade territorial. • Criação e implementação de um novo modelo de Delegacias integradas na capital e no interior. • Aumento da eficiência e articulação operacional e institucional da PCPE 	
Tempo para implementação: 01 ano	Tempo de vigência: Permanente

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual

J. Projeto: Controle e eliminação do plantio de drogas no Estado.

Objetiva a adoção de novas tecnologias no combate ao plantio de drogas no Estado.

Objetivos: Criar mecanismos de controle e eliminação do plantio de drogas baseados em novas tecnologias capazes de facilitar o combate ao narcotráfico tanto do ponto de vista operacional como econômico.

Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social

Principais Resultados Esperados:

- Adoção de tecnologias (por exemplo, UAV's - Unmanned Aerial Vehicles) capazes de monitorar, continuamente e a baixo custo, o território do Estado a fim de identificar o mais cedo possível o aparecimento de plantações de droga.
- Capacitação de pessoal especializado no âmbito da Delegacia de Entorpecentes para determinação e uso das novas tecnologias.
- Realização de ações voltadas para atrair a produção dessas novas tecnologias para o Estado de Pernambuco.

Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas do Estado	1. Apoio Técnico
2. ATI	2. Apoio Técnico
3. Polícia Federal	3. Apoio Técnico / Monitoramento
4. Forças Armadas	4. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamentos: Governo Estadual, SENASP/MJ, Convênios para compras de imagens com outras empresas usuárias do sistema como CHESF, CELPE, Petrobrás, Compesa, DNIT e IBGE.

K. Projeto: Criação do Departamento de Repressão ao Narcotráfico (DENARC)

Dado o crescimento gradual do mercado de drogas em Pernambuco, este projeto tem por objetivo a criação do Departamento de Repressão ao Narcotráfico (DENARC), a fim de garantir o combate ao tráfico de drogas na produção (Sertão), atacado (Agreste/Zona da Mata/RMR) e Varejo (Recife/RMR).

Objetivos: Criar o Departamento de Repressão ao Narcotráfico (DENARC)	
Órgão Governamental Gestor: SDS	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Criação do Departamento de Repressão ao Narcotráfico (DENARC), composto por:<ol style="list-style-type: none">a) Uma Divisão de Inteligência, subdividida em duas seções: Análise e Operações de Inteligência.b) Uma Divisão de Prevenção e Educação, responsável pela realização de palestras educacionais em escolas públicas e privadas, bem como nas comunidades, clubes sociais, entre outros, alertando sobre os perigos da droga, o tratamento para com o usuário e a política de redução de danos.c) Uma Divisão Administrativa, subdividida em quatro seções: Canil, Recepção e Carceragem, Pessoal, e Patrimônio.d) Uma Divisão de Perícia Criminal, composta por pessoal especializado, responsável pelas perícias sobre drogas.e) Uma Divisão de Apoio Operacional Aéreo, responsável pelo auxílio no combate à produção de drogas no Sertão do Estado.f) Três Delegacias Especializadas que atuarão por regiões: Recife Capital e RMR; Zona da Mata/Agreste e Sertão.	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual e MJ/SENASP.

L. Projeto: Criação de Delegacia Policial Antidiscriminação.

Projeto destinado à prevenção e repressão à discriminação ou preconceito social, de raça, cor, crença religiosa, idade, deficiência, convicção filosófica ou política, ideologia, sexo ou opção sexual, etnia ou procedência nacional ou regional e outras, reconhecidas como uma forma de imposição de limites ou negativa de direitos e oportunidades às pessoas a ela submetidas.

Objetivos: Criar uma Delegacia Policial Antidiscriminação.	
Órgão Governamental Gestor: SDS	
Principais resultados esperados: <ul style="list-style-type: none">• Estruturação material e humana de uma Delegacia Policial Antidiscriminação – DPAD;• Estabelecimento de parcerias com universidades públicas para fins de troca de informação e uso de pessoal especializado;• Estabelecimento de parcerias com empresas privadas (PPP), para fins de troca de informação, financiamento e ações preventivas e repressivas.• Fortalecimento da proteção dos direitos fundamentais e garantia da sua inviolabilidade absoluta, sobretudo da dignidade do indivíduo;• Promoção da igual assistência da lei a todas as pessoas submetidas a tratamento preconceituoso e discriminatório.	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros: 1. Empresas Privadas e Instituições Financeiras 2. Universidades Públicas	Atividade Principal: 1. Fornecimento de informações e tecnologia 2. Fornecimento de informações e pessoal especializado.

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Empresas privadas, SENASP e órgãos internacionais.

M. Projeto: Construção e Reforma de Delegacias da PCPE

Objetivos: Construir e reformar delegacias da PCPE	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Construção de novas sedes das delegacias em Petrolina, Caruaru, Camaragibe, Prazeres, Jordão, Jaboatão e Joana Bezerra.• Construção da nova sede da Delegacia de Roubos e Furtos.• Reforma das delegacias de Garanhuns, Piedade e Boa Viagem.	
Tempo para implementação: 03 meses.	Tempo de vigência: Junho de 2009

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Convênios MJ/SENASP e Tesouro estadual.

1.1.2 Subprograma: Polícia Militar

A. Projeto: Pronta Resposta Eficiente

Projeto elaborado no intuito de aprimorar e racionalizar os mecanismos de pronta resposta da Polícia Militar de Pernambuco, por meio de monitoramento eletrônico em áreas de risco, bem como de investimento em equipamentos necessários à atividade policial ostensiva.

Objetivos: Aprimorar e racionalizar os mecanismos de pronta resposta da Polícia Militar de Pernambuco

Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social / PMPE	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Compra de rádios HT, motos e câmeras (monitoramento eletrônico em áreas de risco). • Renovação em tempo ótimo da frota motorizada. • Definição e proposição de modelos de veículos com características adequadas às atividades de polícia ostensiva. • Consolidação do processo de repasse à Polícia Militar de Pernambuco de recursos decorrentes da realização de leilões de veículos inservíveis da Corporação, para aplicação na manutenção e aquisição da frota. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Empresas Privadas	1. Terceirização da frota
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual, SENASP/MJ, Empresas Privadas/CDL.	

B. Projeto: Efetivo da Polícia Militar e Guarda Patrimonial de Pernambuco

Projeto que visa solucionar o problema do déficit operacional, atingindo a quantidade ótima dos efetivos da Polícia Militar e da Guarda Patrimonial de Pernambuco, através da realização de concursos públicos.

Objetivos: Aumentar o efetivo da PMPE e da Guarda Patrimonial de Pernambuco.	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social / PMPE	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar concurso público para incorporação de, no mínimo, 1.500 policiais militares por ano; • Elaborar cronograma de ingresso de policiais na Corporação em nível de Soldados, Graduados e Oficiais; • Adoção de outros mecanismos gerenciais que possibilitem o aumento do efetivo da Polícia Militar. • Aumento do efetivo da Guarda Patrimonial. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual	

C. Projeto: Programa de Inteligência/Contra-Inteligência da Polícia Militar de Pernambuco

Tem por objetivo fortalecer os serviços de inteligência desenvolvidos pela Corporação, através do investimento em tecnologia e equipamentos relacionados à atividade.

Objetivos: Investir mensalmente em tecnologias voltadas para as ações de inteligência desenvolvidas pela Corporação.	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social / PMPE	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Investimento de, no mínimo, R\$ 50 mil (Cinquenta mil reais), mensalmente, em tecnologias voltadas para as ações de Inteligência desenvolvidas pela Corporação. • Desenvolvimento de projetos de captação de recursos visando dotar as agências do SIPOM com equipamentos de tecnologia avançada, para utilização nas ações de inteligência. • Consolidação da política de locação de viaturas de pequeno porte para as atividades de representação e de inteligência. • Dinamização da integração do sistema de inteligência da Polícia Militar com o Subsistema Nacional de Inteligência (SISBIN). • Capacitação continuada das equipes de inteligência, visando o pleno exercício de suas atividades. 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual, SENASP e Agências Internacionais.	

D. Projeto: Presença Ostensiva da Polícia Militar de Pernambuco

Projeto que visa ampliar a presença policial ostensiva, prioritariamente nas áreas que apresentam maiores índices de violência.

Objetivos: Desenvolver e implementar ações destinadas a aumentar em no mínimo 30% a presença ostensiva da Polícia Militar.	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social / PMPE	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Fortalecimento das operações policiais com base em dados estatísticos, adequando-as ao Plano de Articulação e Desdobramento.• Realização de ações operacionais em conjunto com os demais órgãos operativos de Defesa Social do Estado, Polícias Militares de outros estados e demais órgãos do Sistema Nacional de Segurança Pública.• Viabilização, através da DGOPM, elaboração e o cumprimento dos planos tático-operativos dos Comandos Territoriais de Áreas.• Prática da doutrina de Polícia Comunitária em todos os níveis da Corporação.• Implementação de medidas destinadas a reduzir os efetivos da atividade-meio nas OME's.• Adoção das medidas legais destinadas a evitar desvios de função.	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual	

E. Projeto: Construção de Batalhões da PMPE

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Convênios MJ/SENASP e Tesouro estadual.

Objetivos: Construir as sedes do 11º, 12º e 13º Batalhões da PMPE	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Construção das sedes do 11º, 12º e 13º Batalhões da PMPE.• Construção da Companhia Independente de Limoeiro	
Tempo para implementação: 03 meses.	Tempo de vigência: Junho de 2009

1.1.3 Subprograma: Integração Polícia Militar e Polícia Civil

A. Projeto: Criação de uma força-tarefa de combate às milícias privadas e grupos de extermínio no campo em Pernambuco.

Trata-se da criação de uma força-tarefa destinada a eliminar a atuação de milícias privadas e grupos de extermínio em conflitos relativos à questão agrária.

Objetivos: Desmontar os grupos de extermínio e milícias privadas com foco na diminuição dos índices de violência relativos a conflitos agrários.
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Gabinete do Governador.

Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção e repressão da formação de milícias privadas e a contratação de pistoleiros; • Desmantelamento dos grupos de extermínio e milícias privadas; • Punição dos agentes do estado envolvidos nos grupos de extermínio e milícias privadas; • Punição dos formadores e contratantes dos grupos de extermínio e das milícias privadas; • Redução de crimes cometidos contra os trabalhadores rurais. 	
Tempo para implementação: 3 meses	Tempo de vigência: Permanente
Possíveis parceiros:	Atividade Principal:
1. ONGs (entidades dos direitos humanos e movimentos sociais)	1. Controle e acompanhamento.
2. Ministério Público estadual	2. Fiscalização da ação policial;
3. INCRA	3. Controle e acompanhamento
4. Ouvidoria agrária	4. Controle e acompanhamento
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual	

B. Projeto: Toda Violência Contra a Mulher será Punida

Busca assegurar a punição de toda a violência contra a mulher por meio da implantação de uma força-tarefa integrada com os poderes judiciário e executivo.

Objetivos: Reduzir a impunidade dos crimes de violência contra a mulher.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social e Secretaria Especial da Mulher	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Força Tarefa formada pela integração dos seguintes órgãos: Secretaria Especial da Mulher, Secretaria de Defesa Social - Polícia Civil e Polícia Militar; Ministério Público Estadual - Promotoria Criminal e Tribunal de Justiça; • Instituição, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, da Força Tarefa para investigar e punir os autores dos crimes de homicídio contra a mulher, na Capital, Região Metropolitana, Zona da mata, Agreste e Sertão, por decreto estadual; • Celeridade nas investigações e punições dos autores dos crimes de homicídio contra a mulher. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Secretaria Especial da Mulher	1. Monitoramento da ação.
2. Ministério Público Estadual	2. Execução
3. Tribunal de Justiça	3. Execução
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual	

C. Projeto: Eficácia Policial

Projeto que visa aumentar a resolutividade de crimes, por meio de melhoria no Inquérito Policial, da implantação de serviços de inteligência e da realização de ações integradas entre as diversas seccionais do Estado.

Objetivos: Aumentar em 10%, no mínimo, a resolutividade de crimes em Pernambuco.	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Defesa Social.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Melhora na qualidade do Inquérito Policial, através da interligação de todas as delegacias e com os demais órgãos do Sistema de Defesa Social. • Implantação de serviço de inteligência nas seccionais localizadas no interior do Estado. • Realização de ações integradas (PC/BM/PM/IC/IML/ITB/SERES e outras secretarias). 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual e SENASP/MJ.	

D. Projeto: Projeto de Cooperação Interna da Secretaria de Defesa Social

Projeto que procura atingir um maior nível de cooperação entre órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social, por meio da articulação das ações, compartilhamento de dados e informações integradas.

Objetivos: Melhorar a cooperação entre os órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social.	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Intensificação das operações de combate à criminalidade em conjunto com órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social.• Realização de seminários conjuntos entre as instâncias da Secretaria de Defesa Social, voltados para maior esclarecimento das atividades e procedimentos de todas as instâncias envolvidas.• Ampliação do nível de compartilhamento das bases de dados operacionais entre os órgãos operativos.	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual.	

E. Projeto: Repressão ao porte e ao comércio ilegal de arma de fogo

Projeto que tem por objetivo a repressão ao porte e ao comércio ilegal de armas de fogo e munições, reduzindo a impunidade e, conseqüentemente, futuros delitos.

Objetivos: Reprimir o porte e o comércio ilegal de armas de fogo e munições.	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Redução do número de armas de fogo em circulação.• Aumento da realização de blitz's em busca de armas e punição de acordo com a lei.• Promoção de ação conjunta com o poder judiciário para adoção de medidas que reduzam a permanência de armas de fogo no judiciário, cartórios e delegacias.• Realização de ações de <i>marketing</i> estratégico e operacional visando difundir uma mentalidade de que o crime para o porte ilegal de armas não ficará impune.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Polícia Federal	1. Fiscalização e Controle
2. Ministério Público Estadual	2. Apoio Técnico
3. Ministério Público Federal	3. Apoio Técnico
4. Justiça Estadual (Varas Criminais)	4. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual e Fundo Nacional de Segurança Pública.	

F. Projeto: Sistema de Segurança e Proteção da Pessoa Idosa (P.I.) e da Pessoa Deficiente (P.D.).

Destina-se à criação de um Sistema de Segurança e Proteção da Pessoa Idosa (P.I.) e da Pessoa Deficiente (P.D.), por meio da instalação de delegacias

especializadas regionais com sede nas cidades que existem seccionais, bem como capacitação continuada para os profissionais das Delegacias Especiais (D.E.) e das demais delegacias de cada seccional, além da criação de casas-abrigo, de forma que fique assegurada guarida aos PI's e PD's vítimas de violência.

Objetivos: Criar mecanismos de enfrentamento à violência contra pessoas deficientes e pessoas idosas.	
Órgão governamental Gestor (es): Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Centro de Notificação de Violência contra os PIs e PDs • Aumento do número de encaminhamentos de casos de violência contra PIs e PDs à justiça. • Diminuição da violência praticada contra P.I e P.D. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Conselho Municipal Estadual (P.I) e (P.D)	1. Acompanhamento e controle
2. Ministério Público.	2.
3. Poder Judiciário	3.
4. SES (Secretaria Estadual de Saúde)	4. Fornecimento de Informação
5. Secretaria de Educação	5. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governos Federal, Estadual e Municipal.

G. Projeto: Otimização da Distribuição Espacial do Efetivo Policial

Projeto que tem por objetivo a criação de um sistema de avaliação espacial que permita a alocação adequada dos efetivos policiais.

Objetivos: Criar um sistema de avaliação espacial para alocação dos efetivos.	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de sistema de avaliação da distribuição do efetivo policial que possibilite o mapeamento dos locais mais vulneráveis a criminalidade; • Otimização da alocação de recursos; • Melhoria da qualidade da obtenção de provas. 	
Tempo para implementação: 01 ano	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ATI	1. Criação e Gestão técnica do sistema

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: SENASP/MJ, Governo do Estado.

H. Projeto: Criação do Comitê de Gestão Integrada das Polícias Militar e Civil de Pernambuco.

Destina-se a integrar às Áreas de Ensino e Pesquisa, Gestão de Pessoas, Logística, Finanças, Inteligência e Contra-inteligência, Análise Estatística, Gestão Operacional e Gestão Correccional, das Polícias Militar e Civil propiciando acessibilidade a dados e informações para definição de políticas internas voltadas para as ações e atuações conjuntas das Polícias do Estado de Pernambuco.

Objetivos: Criar o Comitê de Gestão Integrada das Polícias Militar e Civil de Pernambuco.
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social.

Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação e implantação do Comitê de Gestão Integrada das polícias Militar e Civil do Estado de Pernambuco visando à proposição de Projetos e Programas para integração das polícias de Pernambuco na formação, aperfeiçoamento, pós-graduação de seus recursos humanos; • Construção de base de dados para o controle e acessibilidade quanto a dados e informações nas áreas de pessoal, logística, e finanças; • Aperfeiçoamento da base de dados dos sistemas já disponíveis na área de inteligência e contra-inteligência; • Otimização da base de alimentação e análise de dados estatísticos, na área criminal, para utilização na definição de políticas internas para o planejamento de operações integradas; e • Avanço do controle interno na atuação da Corregedoria a partir da utilização de dados e informações válidas. 	
Prazo para implementação: 1 ano	Tempo de vigência: 08 anos
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ATI	1. Planejamento e Implantação
2. Governo Estadual	2. Financiamento
3. Governo Federal - SENASP	3. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal e Estadual, Organismos da Cooperação Internacional.	

1.1.4 Sub-Programa: Controle Externo e Interno das Polícias

A. Projeto: Modernização do Sistema de Controle da Atividade Policial

Projeto que moderniza e estabelece novos mecanismos de controle das atividades das Polícias Militar e Civil de Pernambuco, proporcionando maior visibilidade dos procedimentos policiais.

Objetivos: Estabelecer novos mecanismos de controle das polícias civil e militar	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de inquéritos policiais eletrônicos (para fins de registro e alimentação de base de dados). • Instalação de tecnologia para gravação em vídeo, com transmissão em tempo real para servidor da SDS, de todos os interrogatórios nas delegacias de polícia. • Implantação de tecnologia para transmissão em tempo real para servidor da SDS das imagens do interior e exterior da viatura, para segurança do policial e um maior acompanhamento da sua atividade. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ATI	1. Gestão de servidor de vídeo e de base de dados para a SDS
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: SENASP, Governo Estadual.	

B. Projeto: Publicidade das ações institucionais

Projeto que visa maior transparência dos gastos em segurança pública por meio de visibilidade na aplicação do orçamento e transparência nos convênios e acordos firmados neste âmbito.

Objetivos: Dar transparência ao orçamento e aos convênios/acordos firmados no âmbito da segurança pública.
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social

Principais Resultados Esperados: Maior transparência nas ações da SDS por meio da divulgação em mídia eletrônica dos convênios/acordos e gastos do Estado.	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ATI	1. Montagem do sistema
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: SENASP, Governo do Estado.	

C. Projeto: Ouvidoria participativa

Destina-se a garantir maior eficácia no controle externo das Polícias (ouvidoria), por meio da participação efetiva da sociedade civil e da descentralização do atendimento.

Objetivos: Estabelecer uma participação mais efetiva da sociedade civil na Ouvidoria.	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Defesa Social / Gabinete do Governador	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Descentralização e aumento da cobertura das atividades de Ouvidoria; • Articulação das atividades da Ouvidoria com as atividades da Corregedoria; • Acompanhamento das queixas prestadas na Ouvidoria por um número de telefone (no modelo disque denúncia) e internet; • Constituição de quadro técnico de funcionários da Ouvidoria. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Ministério Público de Pernambuco	1. Cadeira permanente nos conselhos de ouvidoria
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: SENASP, Governo do Estado.	

1.2 SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

A atuação do Sistema de Justiça Criminal visa a criação de leis que aperfeiçoem a estrutura do Sistema de Defesa Social. Nesse sentido, a diminuição da burocracia em certas áreas e a atuação de forma conjunta e integrada com as polícias são os elementos fundamentais da efetividade do Sistema de Justiça Criminal.

1.2.1 Subprograma: Polícia e Judiciário

A. Projeto: Inteligência pela Vida – Depósito de Armas e Munições

O projeto objetiva estabelecer uma política de depósito Zero de Armas nas delegacias de polícia, levantando as suas condições de estoque no estado (hoje guardadas para fins de inquérito), e pleiteando junto ao Poder Judiciário a redução para 5 anos do tempo de guarda.

Objetivos: Criar uma Política de Depósito Zero de Armas nas delegacias, cartórios e tribunais de justiça.
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social e Exército.

Principais Resultados Esperados:

- Realização de convênio com o Exército e Polícia Federal para início da fiscalização da situação das munições;
- Realização de convênio/protocolo com o Poder Judiciário para redução do tempo de guarda das armas pelos tribunais de justiça de forma que elas possam ser mais rapidamente encaminhadas para destruição;
- Investimentos na concentração e na melhoria da segurança dos estoques de armas que estão sob poder das delegacias e cartórios;
- Promoção de ação conjunta com o poder judiciário para adoção de medidas que reduzam a permanência de armas de fogo no judiciário, cartórios e delegacias;
- Organização e realização de destruição pública de armas coordenada pela SDS juntamente com o Exército.

Tempo para implementação: 06 meses**Tempo de vigência:** Permanente**Parceliros:****Atividade Principal:**

1. Exército

1. Fiscalização inicial e destruição pública de armas

2. Polícia Federal

2. Fiscalização e informações

3. Tribunais de Justiça

3. Redução do tempo de guarda

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual e Fundos para segurança e empresas de armas. Neste último caso o Governo poderia propor, através de legislação enviada à Câmara de Deputados, que se faça com as armas o que se fez com o meio ambiente onde cada empresa tem que pagar para a "reciclagem" das armas que colocar no mercado de PE (a exemplo de Fost Plus na Europa – considerando que toda arma sem finalidade legal e adequada é "poluição" ou externalidade negativa para a sociedade). Neste caso todo o programa seria autofinanciado.

1.2.2 Subprograma: Sistema Prisional – Infra-estrutura e Gestão

A melhoria da estrutura do Sistema de Justiça Prisional incide no aumento da segurança e da qualidade dos processos de reclusão e ressocialização. Trata-se, portanto, de proporcionar uma estrutura de qualidade nas unidades prisionais a partir da redução do seu déficit de vagas, da melhoria na distribuição dos internos e da assistência aos familiares, garantindo a eficácia do processo de ressocialização dos apenados e o conseqüente aumento da segurança da população.

A. Projeto: Aumento de vagas nas Unidades Prisionais

Objetiva a redução do déficit de vagas nas unidades prisionais, diminuindo a superlotação e melhorando a distribuição dos internos, através da construção de presídios, penitenciárias, Hospital Penitenciário de Custódia e tratamento psiquiátrico, cadeias públicas e casa de albergados.

Objetivos: Garantir a diminuição do déficit de vagas no sistema penitenciário, viabilizando o processo de ressocialização.

Órgãos governamentais Gestores: Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e Prefeituras.

Principais Resultados Esperados:

2º Ano: Dois Presídios (um na zona da mata norte e um no agreste) com capacidade de 400 presos
Total de vagas: 800

3º Ano: Duas Penitenciárias (uma para o Regime fechado e uma para o semi-aberto) e Um Hospital Penitenciário de Custódia e Tratamento Penitenciário – na Região Metropolitana do Recife, com capacidade de 400 presos cada. Total de vagas: 1.200

4º Ano: Um presídio – Na zona da mata sul, duas Penitenciárias (Uma na Região Metropolitana do Recife e uma no sertão) e Quinze cadeias públicas (07 na Zona da Mata, 05 no agreste e 03 no sertão), uma Casa de Albergados, uma penitenciaria (Regime fechado) e um presídio na (Região Metropolitana do Recife), total de 3.150 vagas.

Total de vagas criadas 5.150

- Viabilizar a venda da área do complexo penitenciário da Ilha de Itamaracá que abriga atualmente 2.757 detentos, retirando a Penitenciária Professor Barreto Campelo, a Penitenciária Agro-Industrial São João e o Hospital Penitenciário de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do complexo;
- Garantir espaço para a realização de atividades de ressocialização;
- Adotar a engenharia e arquitetura definida pelo Departamento Penitenciário Nacional;
- Garantir mais segurança para os presos, familiares e consecutivamente a população;
- Redistribuir a população carcerária para que possa cumprir sua pena próximo da família;
- Diminuir o déficit de vagas;
- Separar os detentos por faixa etária, tipo de crime, reincidência e deficiência;
- Promover parcerias com as prefeituras para adotar política de administração compartilhada;
- Criação de patronatos públicos e privados.
- Reclassificação dos presos por idade e primariedade tipologia criminal e reincidência, local do delito e residência (apenados)
- Elaboração e implantação de Projeto de Gestão Compartilhada entre Estado e Município.

Tempo para implementação: Imediato	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. DEPEN	1. Captação e Liberação de recursos
2. Prefeituras	2. Doação de Terreno/mecanismos de compensação fiscal
3. Iniciativa Privada	3. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: DEPEN, Governo Estadual, Iniciativa Privada e Administração compartilhada.

B. Projeto: Reestruturação do Parque de Equipamentos de Segurança e Tecnológicos nas Unidades Prisionais

Equipar as Unidades Prisionais substituindo parte do armamento letal por armamento não-letal e implementando o Sistema de Inteligência Prisional, para garantir mais segurança aos internos, funcionários e familiares dos detentos, além do monitoramento das movimentações no interior das unidades, dificultando assim as tentativas de fuga.

Objetivos: Equipar as Unidades Prisionais

Órgãos governamentais Gestores: SERES, DEPEN, SDS, ATI-PE

Principais Resultados Esperados:

- Substituição do armamento letal pelo armamento não letal em 80% no interior das Unidades Prisionais;
- Diminuição dos acidentes com armamento letal;
- Aumento no controle da ordem e disciplina no interior das Unidades Prisionais;
- Aumento na prevenção de violência e transgressões;
- Prevenção e controle da criminalidade nos eventos "pós-muro" em que existe participação de detentos, com a utilização de recursos de tecnologia e inteligência prisional;
- Regularização do porte de armas do Agente de Segurança Penitenciária;
- Aquisição do Sistema de Inteligência Prisional.

Prazo para implementação: 06 meses

Parceiros:	Atividade Principal:
1. DEPEN	1. Recursos
2. SDS	2. Espaço e Treinamento
3. SENASP/MJ	3. Recursos

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: DEPEN, SENASP/MJ e Governo Estadual.

C. Projeto: Suporte à Gerência de Penas Alternativas e Integração Social do estado de Pernambuco.

Esse projeto visa dar suporte ao trabalho que vem sendo realizado pela Gerência de Penas Alternativas e Integração Social – GEPAIS, órgão integrante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e que atua no sentido de desenvolver, no âmbito do Estado, uma política pública criminal de combate à violência e à impunidade, através da estruturação e manutenção do suporte técnico-operacional oferecido pelas Centrais de Apoio às Medidas e Penas Alternativas – CEAPAS, do Sistema de Justiça.

Objetivos: Manter e Expandir a Política Pública Criminal voltada para a aplicação e monitoramento das medidas e penas alternativas no Estado**Órgãos governamentais Gestores:** Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos**Principais Resultados Esperados:**

- Atuação, de forma integrada e descentralizada, nas Comarcas situadas nas doze regiões de desenvolvimento do Estado de Pernambuco, inclusive região metropolitana do Recife, de forma a prevenir que pequenos delitos se transformem em crimes de maior gravidade
- Redução do ingresso de pessoas que cometeram delitos de menor potencial ofensivo no sistema penitenciário
- Contribuir para a ressocialização dos apenados, fornecendo suporte técnico ao sistema de justiça.

Prazo para implementação: Imediato**Tempo de vigência:** Permanente

Parceiros:	Atividade Principal:
1. Poder Judiciário	1. Apoio Técnico
2. Ministério Público	2. Apoio Técnico
3. Prefeituras	3. Apoio Técnico
4. Universidades Públicas Estaduais	4. Apoio Técnico
5. ONG's	5. Apoio Técnico

1.3 PROGRAMA: FUNDAC

A reorganização da FUNDAC deve promover o aperfeiçoamento do sistema de aplicação de medidas sócio-educativas, direcionando-o tanto para a garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes e jovens quanto para a construção de processos de inclusão social dos mesmos.

A. Projeto: Estruturação do sistema sócio-educativo com a implementação Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

Projeto destinado a tornar eficiente as ações de promoção dos direitos dos(as) adolescentes e jovens, aperfeiçoando o atendimento socioeducativo prestado pela FUNDAC, adequando-o ao modelo definido pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo), além de considerar faixa etária, tipo de ato infracional praticado e compleição física.

Objetivos: Aperfeiçoar o atendimento socioeducativo prestado atualmente pela FUNDAC.	
Órgãos governamentais Gestores: Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC e Órgãos Municipais	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e execução dos planos/sistemas de atendimento socioeducativo municipal e estadual; • Elaboração e execução de programa de atendimento a egressos; • Municipalização do atendimento socioeducativo para as Medidas em Meio Aberto; • Construção de casas de semiliberdade e centros socioeducativo com estruturação do atendimento segundo os parâmetros do SINASE; • Integração dos programas e serviços de atendimento socioeducativo em Pólos Regionais; • Inclusão Sócio-familiar dos jovens egressos. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	1. Articular e viabilizar projetos para atendimento Socioeducativo.
2. Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.	2. Articular e viabilizar projetos para atendimento Socioeducativo.
3. Tribunal de Justiça de Pernambuco.	3.
4. Secretaria de Educação	4. Garantir a escolaridade formal para os adolescentes em situação de aplicação de medidas sócio educativas
5. Ministério Público de Pernambuco	5. Apoio Técnico
6. Defensoria Pública	6. Apoio Técnico
7. ONG's, Igrejas, OAB, Sociedade Civil	7. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual, Governo Federal (Ministérios da Justiça), Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, BNDES, CHESF, Petrobrás, Fundos (Municipais, Estaduais e Federais), Consórcios Intermunicipais e Convênios.

1.4 PROGRAMA: INTELIGÊNCIA

Os Sistemas de Inteligência são fundamentais para a eficiência nas atividades de Segurança Pública. A integração e o compartilhamento das informações do estado e da região, além da criação de bancos de dados a serem também compartilhados, visam otimizar e qualificar essas atividades.

A. Projeto: Sistema Regional de Inteligência de Segurança Pública do Nordeste

Este projeto tem por objetivo promover a integração dos Sistemas de Inteligência do Nordeste e compartilhamento de bancos de dados para a realização de operações integradas eficientes.

Objetivos: Promover a Integração dos Sistemas de inteligências do NE e o compartilhamento dos bancos de dados.	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social e os demais Estados do Nordeste	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Integração das inteligências de todo o Nordeste • Capacitação das inteligências do NE • Realização de operações integradas 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Inteligências do NE	1. Articulação para viabilização do projeto
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual, ONU, Governo Federal, Petrobás, CHESF, BNDS, Órgãos Internacionais.	

B. Projeto: Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública.

Este projeto tem por objetivo elaborar o Plano Estadual de Inteligência de Segurança Pública que viabilize a reestruturação dos subsistemas da Polícia Civil e Polícia Militar, da GNIT e da UNINTEPOL.

Objetivos: Elaborar o Plano Estadual de Inteligência de Segurança pública.	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Sistema estadual de Inteligência de Segurança pública; • Criação do Subsistema de Inteligência da Polícia Civil; • Normalização e ampliação do Subsistema de Inteligência da Polícia Civil; • Aumento das unidades de inteligência da Polícia Civil; • Reestruturação do Subsistema de inteligência da Polícia Militar; • Normalização e ampliação do Subsistema de Inteligência do Sistema Penitenciário; • Reestruturação da Gerência de Inteligência – GINT, transformando em Centro Integrado de Inteligência de Defesa Social; • Reestruturação da Unidade de Inteligência Policial –UNINTEPOL. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Gerência de Inteligência	1. Disponibilização das informações/dados.
2. UNINTEPOL – PC	2. Disponibilização das informações/dados.
3. 2º. SEÇÃO/PM	3. Disponibilização das informações/dados.
4. Gerência de Segurança Orgânica – SERES	4. Disponibilização das informações/dados.
5. Inteligência do CBM	5. Disponibilização das informações/dados.
6. Casa militar	6. Disponibilização das informações/dados.
7. Ministério Público	7. Disponibilização das informações/dados.
8. Poder Judiciário	8. Disponibilização das informações/dados.
9. SENASP / Ministério da Justiça	9.
Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual, ONU, Governo Federal, Petrobrás, CHESF e BNDES.	

C. Projeto: Bancos de Dados Estaduais de Inteligência de Segurança pública

Este projeto visa a criação de Bancos de Dados de Inteligência e Contra-inteligência, além de Banco de Dados de Imagens e de Recursos Humanos,

promovendo integração entre as informações produzidas, com o objetivo de assessorar a atividade da polícia.

Objetivos: Criar Bancos de Dados Estaduais de Inteligência de Segurança Pública.	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um Banco de Dados de Inteligência; • Criação de um banco de Dados de Contra-inteligência; • Criação de um Banco de dados de Imagens com acesso a toda a polícia; • Criação de um Banco de Dados de recursos humanos; • Integração da informação; • Difusão da informação; • Assessoramento da atividade da polícia. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Gerência de Inteligência	1. Disponibilização das informações/dados.
2. UNINTEPOL – PC	2. Disponibilização das informações/dados.
3. 2º.SECÇÃO/PM	3. Disponibilização das informações/dados.
4. Gerência de Segurança Orgânica – SERES	4. Disponibilização das informações/dados.
5. Inteligência do CBM	5. Disponibilização das informações/dados.
6. Casa militar	6. Disponibilização das informações/dados.
7. Ministério Público	7. Disponibilização das informações/dados.
8. Poder Judiciário	8. Disponibilização das informações/dados.

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual, ONU, Governo Federal, Petrobrás, CHESF, BNDES.

D. Projeto: Estruturação humana e material do Sistema de Inteligência do Estado

Propõe a estruturação do Sistema de Inteligência com critérios de ingresso, permanência e saída, gratificação para a atividade, estruturação material e humana, cursos sistemáticos, além do aumento de redes tecnológicas.

Objetivos: Estruturar o Sistema de Inteligência de Pernambuco	
Órgãos governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Normalização do sistema com critérios de ingresso, permanência e saída; • Criação de uma gratificação para a atividade de inteligência; • Estruturação material e humana; • Cursos sistemáticos de Inteligência de Segurança pública; • Aumento de redes tecnológicas de inteligência. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Gerência de Inteligência	1. Disponibilização das informações/dados.
2. UNINTEPOL – PC	2. Disponibilização das informações/dados.
3. 2º.SECÇÃO/PM	3. Disponibilização das informações/dados.
4. Gerência de Segurança Orgânica – SERES	4. Disponibilização das informações/dados.
5. Inteligência do CBM	5. Disponibilização das informações/dados.
6. Casa militar	6. Disponibilização das informações/dados.
7. Ministério Público	7. Disponibilização das informações/dados.
8. Poder Judiciário	8. Disponibilização das informações/dados.

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual, ONU, Governo Federal, Petrobrás, CHESF, BNDES, Fundos (Municipais, Estaduais e Federais), Consórcios Intermunicipais e Convênios.

2. APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL

A reorganização do Sistema de Segurança Pública figura como exigência indispensável para a qualificação da prevenção e da repressão à criminalidade. O aperfeiçoamento das organizações policiais e prisionais deve ser conduzido de forma a garantir a readequação e modernização de processos, protocolos e rotinas diretamente relacionados à capacidade técnica operacional das organizações policiais e do Sistema de Justiça Criminal, bem como a compatibilização das atribuições e funções organizacionais para a atividade policial integrada. Desta maneira, podem ser incorporados às organizações do Sistema de Segurança Pública estratégias e mecanismos que sejam capazes de lidar com os elementos de modernização societária, inclusive no mundo do crime e da violência.

2.1 PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Reconhecer o trabalho do profissional de Segurança Pública, através de programas de valorização profissional que incentivem e fortaleçam as carreiras, é uma das estratégias para dar eficiência às organizações policiais e prisionais, além de aperfeiçoar continuamente os serviços prestados à população.

2.1.1 Subprograma: Valorização Profissional da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE)

E. Projeto: Política de Recursos Humanos da PCPE

Este projeto tem por objetivo a criação e implantação de uma política de recursos humanos (recrutamento, seleção e formação de efetivo) da PCPE que atenda aos requisitos e necessidades das atividades de policiamento, articulando-a com prioridades de gestão e planejamento.

Objetivos: Criar e Implantar uma política de recursos humanos da PCPE.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Criação de uma política de recursos humanos para a Polícia Civil;• Elaboração de um sistema de avaliação de desempenho;• Realização de levantamento das necessidades de treinamento do efetivo policial civil;• Elaboração de projetos de treinamento em consonância com a necessidade do efetivo policial civil;• Criação de um programa de capacitação permanente do profissional nas áreas técnica e operacional para garantia da qualidade dos serviços;• Estabelecimento e implementação de programas de melhoria do relacionamento entre o policial civil e a comunidade;• Criação de mecanismos de identificação, prevenção e combate ao racismo institucional;• Criação de serviço de acompanhamento para os policiais lesionados.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros	Atividade Principal
1. Ong's	1. Apoio técnico

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual

B. Projeto: Plano de cargos, carreiras, vencimentos e recompensas – PCPE.

Projeto voltado para a elaboração do Plano de cargos, carreiras, vencimentos e recompensas da PCPE, com o objetivo de estabelecer critérios mais objetivos de promoção, bem como um programa adequado de recompensas através da gratificação individual e/ou por equipe.

Objetivos: Criar um plano de cargos, carreiras, vencimentos e recompensas para a PCPE.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Elaboração e implantação do plano de cargos, carreiras, vencimentos e recompensas para a PCPE.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

C. Projeto: Modelo de Assistência Social da PCPE.

Projeto que tem por objetivo a criação e implantação de um novo modelo de assistência social da PCPE, a partir da elaboração de um diagnóstico dessa área, a fim de fornecer uma melhor qualidade de vida para os policiais e seus familiares.

Objetivos: Implantar um modelo de assistência social para a família e integrantes da PCPE.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Implantação de um novo modelo de Assistência Social conforme as seguintes etapas:• Elaboração de diagnóstico detalhado da atual situação da área de assistência social da PCPE;• Definição de um novo modelo de assistência social da PCPE;• Capacitação dos efetivos para atuar no novo modelo;• Elaboração de mecanismos de avaliação, acompanhamento e controle do processo de implantação do novo modelo.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Elaboração de Diagnóstico e assistência na elaboração do modelo.

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual

2.1.2 Subprograma: Valorização Profissional da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE)

A. Projeto: Política de Recursos Humanos da PMPE.

Este projeto tem por objetivo a criação e implantação de uma política de recursos humanos (recrutamento, seleção e formação de efetivo) da PMPE que atenda aos requisitos e necessidades das atividades de policiamento, articulando-a com prioridades de gestão e planejamento.

Objetivos: Melhorar a política de recursos humanos (recrutamento, seleção e formação) da PMPE buscando atender aos requisitos e necessidades das atividades de policiamento.

Órgão Governamental Gestor: SDS / PMPE

Principais Resultados Esperados:

- Otimização da política de recursos humanos da PMPE;
- Elaboração do sistema de avaliação de desempenho;
- Realização de levantamento das necessidades de treinamento do efetivo policial militar;
- Elaboração de projetos em consonância com a necessidade do efetivo policial militar;
- Estabelecimento e implementação de programas de desenvolvimento comportamental;
- Aprovação do projeto de transformação da atual Diretoria de Pessoal em Diretoria de Gestão de Pessoas;
- Implementação de um sistema tecnológico de controle e captação de dados que possa ser atualizado "on-line" pelos operadores e consultado pelo pelos profissionais de recursos humanos e gestores, objetivando otimizar o processo de gestão;
- Implementação de um programa de educação continuada nas OME's atingindo anualmente 1/3 do efetivo;
- Implementação de um programa de educação continuada pela Academia de Polícia Militar de Paudalho para oficiais;
- Realização de cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado, para os profissionais da PMPE;
- Fornecimento às Unidades de Ensino dos meios materiais e humanos adequados à formação dos Policiais Militares incluídos;
- Elaboração do cronograma de ingresso de policiais na Corporação em nível de Soldados, Graduados e Oficiais;
- Implementação da filosofia de "gestão de pessoas" visando à humanização, desburocratização e racionalização dos recursos humanos;
- Criação de mecanismos de identificação, prevenção e combate ao racismo institucional.

Prazo para implementação: 06 meses

Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:

Atividade Principal:

1. Universidades Públicas de Pernambuco

1. Curso de formação e convênios de especialização

2. ONGs

2. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual

B. Projeto: Modelo de Assistência Social da PMPE.

Projeto que tem por objetivo a criação e implantação de um novo modelo de assistência social da PMPE, a partir da elaboração de um diagnóstico dessa área, a fim de fornecer uma melhor qualidade de vida para os policiais e seus familiares.

Objetivos: Implantar um modelo de assistência social para a família e integrantes da PMPE.

Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social

Principais Resultados Esperados:

- Elaboração de diagnóstico detalhado da atual situação da área de assistência social da PMPE;
- Definição de um novo modelo de assistência social da PMPE;
- Capacitação dos efetivos para atuar no novo modelo;
- Elaboração de mecanismos de avaliação, acompanhamento e controle do processo de implantação do novo modelo.

Prazo para implementação: 06 meses

Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:

Atividade Principal:

1. Universidades Públicas de Pernambuco

1. Elaboração de Diagnóstico

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual

2.1.3 Subprograma de Valorização Profissional do Sistema Prisional

A. Projeto: Composição de cargos e implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Secretaria Executiva de Ressocialização.

Este projeto tem por finalidade a composição de cargos e implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Secretaria Executiva de Ressocialização - SERES.

Objetivos: Compor o quadro de servidores da SERES e estimular a valorização profissional através da implantação do plano de cargos, carreiras e vencimentos.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Defesa Social, Secretaria Executiva de Ressocialização.	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Composição do quadro funcional;• Implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Secretaria Executiva de Ressocialização.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

2.2 PROGRAMA: REFORMA INSTITUCIONAL

O aperfeiçoamento das instituições do Sistema de Defesa Social passa necessariamente por mudanças que visem a melhoria de sua estrutura, sendo estas relacionadas tanto à racionalização dos processos internos quanto ao desenvolvimento de uma legislação adequada.

2.2.1 Subprograma: Reforma Institucional da PCPE

A. Projeto: Lei Orgânica da PCPE

Projeto que instaura a Lei Orgânica da PCPE, que estabelece os critérios de funcionamento, organização e atuação profissional da corporação.

Objetivos: Criar uma Lei Orgânica da PCPE e regulamentar a Lei Complementar nº 66/2005	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Elaboração minuta do Projeto de Lei Orgânica da PCPE;• Aprovação e consolidação do Projeto da Lei orgânica da PCPE;• Nova regulamentação da Lei Complementar nº 66/2005, no tocante a inamovibilidade dos delegados de polícia.	
Prazo para implementação: 06 Meses.	Tempo de vigência: Permanente

B. Projeto: Desconcentração da Gestão Financeira da PCPE

Projeto que visa descentralizar a gestão financeira e orçamentária da PCPE, atribuindo a cada delegacia uma parcela específica do orçamento e sua respectiva prestação de contas.

Objetivos: Desconcentrar a gestão financeira das delegacias de polícia.	
Órgão Governamental Gestor: Gabinete do Governador	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">Desconcentração da gestão financeira e orçamentária no âmbito da Polícia Civil (suprimento de fundo institucional), atribuindo a cada delegacia de polícia uma parte específica do orçamento e sua respectiva responsabilidade na prestação de contas.	
Prazo para implementação: 06 Meses.	Tempo de vigência: Permanente

C. Projeto: Lei de Reestruturação e Regionalização da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA)

O projeto objetiva reestruturar a GPCA através da descentralização do atendimento policial no intuito de otimizar os serviços especializados, e, conseqüentemente, aumentar a resolutividade dos casos que envolvam crianças e adolescentes vítimas de violência ou em conflito com a lei.

Objetivos: Reestruturar a GPCA	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">Celeridade nos procedimentos operacionais de apuração da violência cometida contra e por crianças e adolescentes;Redução dos níveis de violência a partir do desenvolvimento de ações preventivas;Melhoria na relação polícia/comunidade buscando maior eficiência das intervenções policiais e o envolvimento da sociedade na política de segurança e combate à violência;Aumento da resolutividade dos casos que envolvam crianças e adolescentes vítimas de violência ou em conflito com a lei;Fortalecimento do sistema de segurança a partir da descentralização do atendimento policial para melhor prestação dos serviços especializados;Otimização dos procedimentos operacionais.	
Prazo para implementação: 06 meses.	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	
1. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da criança e do adolescente	
2. Poder Judiciário	
3. Ministério Público	
4. OAB-PE	
5. Fórum DCA-PE	
6. Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de PE	

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério da Justiça, SENASP/MJ, SENAD, Governo Estadual.

2.2.2 Subprograma: Reforma Institucional da PMPE

A. Projeto: Aprovação e Implementação do Sistema de Saúde da PMPE (SISMEPE).

Projeto que tem por objetivo aprovar o projeto de Lei que visa implantar o SISMEPE após 180 dias de sua aprovação, e capacitar efetivos para atuarem no modelo a fim de garantir assistência em saúde para os policiais militares.

Objetivos: Aprovar e implementar o SISMEPE.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto de Lei do Sistema de Saúde da PMPE (SISMEPE);• Implementação do SISMEPE 180 dias após a sua aprovação;• Capacitação dos efetivos para atuar no novo modelo;• Definição e implantação do suporte logístico e tecnológico necessário ao novo modelo.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros: 1. Secretaria de Saúde do Estado.	

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual

B. Projeto: Extensão do NADEQ – Núcleo de Apoio ao Dependente Químico

Projeto que tem como objetivo estender a ação do NADEQ aos policiais militares do interior do Estado dependentes de substâncias químicas e fornecer apoio aos seus familiares.

Objetivos: Estender o NADEQ aos policiais militares do interior do estado de Pernambuco.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social.	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Promoção de assistência aos policiais militares dependentes de substâncias psicoativas, bem como aos seus familiares.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual

C. Projeto: Pacote Legislativo Institucional PMPE

Projeto que visa implantar e efetivar um conjunto de leis da PMPE, buscando o aperfeiçoamento da instituição.

Objetivos: Efetivar e implantar um pacote legislativo institucional da PMPE.
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social

Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Modificação da Lei Complementar nº 59, no tocante aos afastamentos superiores a trinta dias de policiais militares e à igualdade da gradificação de risco operacional (risco de vida) para toda corporação; • Aprovação do projeto da lei de mobilidade (ascensão profissional) da PMPE; • Aprovação do projeto de lei modificando o código disciplinar da PMPE; • Aprovação dos projetos de lei que modificam o estatuto dos policiais militares, Lei de Organização Básica e Lei de Remuneração, após consulta pública envolvendo as entidades de classes; • Aprovação da Lei de Acidente em Serviço; • Aprovação da Lei transformando a atual Diretoria de Pessoal em Diretoria de Gestão de Pessoas; • Aprovação do novo regulamento de movimentação de oficiais e praças; • Modificação da Lei nº 11.929/2001, no que diz respeito à celeridade no julgamento nos Processos Administrativos Disciplinares. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

D. Projeto: Modelo de Dotação e Fornecimento de Recursos Logísticos da PMPE

Projeto que propõe a implantação de um modelo de dotação e fornecimento de recursos logísticos para toda a PMPE, a fim de melhorar a estrutura física da corporação e aprimorar o trabalho dos profissionais.

Objetivos: Melhorar a logística da PMPE	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Definição e padronização, até Jun/08 do material básico do policial militar no desempenho dos diversos serviços policiais operacionais. • Avaliação, até Jun/08, da sistemática existente de dotação e fornecimento de recursos logísticos. • Elaboração e implementação, até Dez/2008, de um modelo de dotação e fornecimento de recursos logísticos. 	
Prazo para implementação: 01 ano.	Tempo de vigência: Permanente

E. Projeto: Otimização das Escalas de Trabalho da PMPE

Este projeto procura aperfeiçoar o trabalho da PMPE, através da implantação de escalas definidas legalmente a fim de conciliar os serviços policiais específicos.

Objetivos: Otimizar as escalas de trabalho da PMPE	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação das escalas definidas legalmente, conciliando-as com as peculiaridades dos serviços policiais. • Avaliação periódica das escalas implantadas. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

F. Projeto: Informatização Administrativa PMPE

Projeto que busca informatizar as atividades da corporação através da elaboração e implementação de um Plano Diretor de Informática (PDI), com o intuito de aperfeiçoar o trabalho dos profissionais.

Objetivos: Informatizar as atividades da corporação.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Elaboração e implementação do Plano Diretor de Informática (PDI);• Atualização periódica do PDI, garantindo a sua adequação às novas tecnologias e necessidades da Corporação.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Governo Estadual

G. Projeto: Comunicação Social PMPE

Projeto que se destina a aprimorar e ampliar as ações de comunicação social da PMPE, buscando melhorar a percepção da sociedade a respeito dos policiais militares e divulgar as ações realizadas por eles.

Objetivos: Aumentar as ações de comunicação social da PMPE	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Ampliação das atividades de comunicação;• Participação em eventos sobre ações de comunicação social com foco em cerimonial e <i>marketing</i>;• Criação e definição de estratégias de <i>marketing</i> para divulgação das ações policiais em pontos onde estejam sendo desenvolvidas determinadas ações policiais;• Divulgação periódica das ações positivas produzidas pela Corporação;• Capacitação de policiais militares para uma melhor desenvoltura no contato com profissionais das áreas de comunicação social.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

2.2.3 Subprograma: Integração do Sistema de Defesa Social

A. Projeto: Melhoria do Atendimento ao Cidadão

Ampliar o acesso da população aos serviços policiais por meio da criação de delegacias interativas instaladas em diversos pontos de grande aglomeração, visando à melhoria do atendimento ao cidadão.

Objetivos: Melhorar e ampliar o atendimento da população por parte da polícia.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Acesso ampliado à delegacia interativa, por meio dos quiosques e terminais de auto-atendimento em <i>shoppings centers</i>, mercados, centros comerciais, centros comunitários, tele centros de inclusão digital, <i>lan houses</i>, terminais de integração do SEI e locais de grandes aglomerações;• Melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão;• Implantação completa, até o final de 2008, da terceirização do atendimento policial em todas as delegacias e órgãos periciais do Estado.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:

1. ATI	1. Apoio técnico
2. Universidades Públicas do Estado.	2. Apoio técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério da Justiça e recursos estaduais.

B. Projeto: Polícia Legal

Projeto que tem por objetivo desenvolver, ampliar e implantar mecanismos de aproximação das Polícias com a sociedade.

Objetivos: Aproximar as corporações policiais da sociedade civil.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> Aproximação das Polícias com a sociedade por meio da realização de práticas esportivas, de lazer e de palestras, especialmente com a juventude; Maior utilização das instalações dos quartéis no âmbito estadual para o desenvolvimento de atividades sócio-educativas e de lazer; Reativação da coletiva de artes da Corporação; Identificação de novos mecanismos de aproximação com a sociedade. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade principal:
1. Secretaria da Juventude e Emprego	1. Apoio Técnico
2. Secretaria de Esporte	2. Apoio Técnico
3. Secretaria da Mulher	3. Apoio Técnico
4. Universidades Públicas do Estado	4. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual.

2.2.4 Subprograma: Reforma Institucional da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC)

A. Projeto: Reestruturação Institucional da FUNDAC

Projeto de reestruturação da missão institucional da FUNDAC, que procura estabelecer novos parâmetros de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, em privação de liberdade.

Objetivos: Reestruturar a FUNDAC	
Órgão Governamental Gestor: FUNDAC	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> Definição da estrutura organizacional a partir do processo de discussão da missão institucional; Atendimento socioeducativo conforme o ECA e orientação do SINASE; Atendimento ao adolescente em conflito com a lei, em privação de liberdade: atendimento inicial, internação provisória, casa de semi-liberdade e centro de atendimento sócio-educativo; Alocação de recursos para ação sócio-educativa no Estado; Municipalização das medidas protetivas; Criação do cargo de agente sócio-educativo; Atendimento especializado aos adolescentes com transtornos mentais que praticaram atos infracionais; Criação de rede de ação territorial. 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	1. Articular e viabilizar projeto de reestruturação.

2. Secretaria Estadual de Saúde.	2. Apoio técnico
3. Secretaria de Educação	3. Apoio técnico
4. Governos Municipais e Órgãos Municipais.	4. Estabelecer parcerias e definir responsabilidades.
5. Tribunal de Justiça de Pernambuco.	5. Apoio técnico
6. ONG's	6. Monitoramento.
7. CEDCA	7. Monitoramento.
8. Secretaria da Juventude e Trabalho	8. Apoio técnico
9. Secretaria de Esportes	9. Apoio técnico
10. Secretaria de Cultura	10. Apoio técnico
11. Ministério Público	11. Fiscalização
12. Instituições religiosas	12. Apoio técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo do Estado, Governo Federal (Ministérios da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome), BNDES, CHESF e Petrobras.

2.2.5 Subprograma: Reestruturação de Outras Áreas

A. Projeto: Aprovação do COJ (Varas Regionais da Infância e Juventude)

Ampliação e aperfeiçoamento do atendimento judicial à população infanto-juvenil envolvida em processo judicial.

Objetivos: Aperfeiçoar e estender o atendimento à população infanto-juvenil envolvida em processos judiciais.	
Órgão Gestor: Tribunal de Justiça – PE ²⁸	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de Varas regionais da Infância e da Juventude; • Criação de mais uma Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente na Capital; • Criação de mais duas Varas da Infância e Juventude na Capital (Ato Infracional); • Estruturação do Centro Integrado da Criança e do Adolescente; • Provimento de equipe interprofissional nas Varas que trabalham com a população infanto-juvenil; • Implementação de projetos elaborados nas Varas e Promotorias da Infância e da Juventude. 	
Prazo para implementação: 2007	Tempo de vigência: Permanente
Parcelas:	Atividade Principal:
1. Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos	1. Disponibilizar defensores públicos.
2. Ministério Público de Pernambuco	2. Disponibilizar promotores.
3. Secretaria de Defesa Social	4. Apoio técnico
4. CEDCA – PE	5. Apoio técnico
5. FUNDAC	6. Apoio técnico
6. GPCA	7. Apoio técnico
7. Prefeituras	

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: TJPE, Ministério da Justiça e Governo do Estado.

²⁸ Este Projeto foi proposto por membros do Tribunal de Justiça durante a reunião das Câmaras Técnicas e aprovado na Plenária do Fórum Estadual de Segurança Pública de Pernambuco, no dia 21 de abril do corrente ano.

B. Projeto: Integração entre Segurança Pública e Privada

Projeto que tem como finalidade estabelecer uma articulação permanente e transparente entre as instituições de segurança pública e as empresas de segurança privada.

Objetivos: Articular instituições de segurança pública e privada	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">Melhoria da articulação entre as iniciativas das empresas privadas de segurança e instituições de segurança pública;Trabalho integrado entre Segurança Pública e Privada ;Criação de uma ouvidoria para denúncias e encaminhamentos sobre abusos na segurança privada;Coleta sistemática de dados e informações sobre segurança privada no Estado;Definição de uma interlocução institucional permanente entre empresas de segurança privada e SDS;Melhoria do controle e da fiscalização da atividade de segurança privada.	
Prazo para implementação: 90 dias	Tempo de vigência: permanente
Parceiros: 1. Polícia Federal	Atividade Principal: 1. Monitoramento e fiscalização das empresas de segurança privada
2. Sindicato das Empresas	2. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual e Empresas privadas de segurança.

2.3 PROGRAMA: MODELAGEM DE PROCESSOS

2.3.1 Subprograma: Polícia Civil de Pernambuco (PCPE)

A. Projeto: Procedimento Operacional Padrão (POP) – PCPE

Destina-se a estabelecer procedimentos operacionais padrão para orientar o exercício das funções da PCPE, levando em consideração o respeito aos direitos humanos.

Objetivos: Criar e implantar os Procedimentos Operacionais Padrão para orientar o exercício e a atuação da função do agente da PCPE.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social / PCPE	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">Elaboração, revisão, difusão e implementação do uso dos manuais de procedimentos em ocorrências policiais; Lançamento das operações policiais voltadas para preceitos dos Direitos Humanos e Cidadania como doutrina do POP;Implantação do uso de módulos instrucionais à distância de modo a alcançar todos os policiais das mais diversas regiões;Implementação de Procedimentos Operacionais Padrão para orientar o exercício das funções de Polícia Judiciária	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros: 1. Universidades públicas de Pernambuco	Atividade Principal: 1. Apoio técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual

B. Projeto: Programa de Avaliação de Desempenho da PCPE

Criação de um modelo que avalie o desempenho da PCPE nas áreas administrativa e operacional, a fim de acompanhar o trabalho dos efetivos.

Objetivos: Criar e implantar um modelo de avaliação de desempenho para a PCPE.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social / PCPE	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Criação de um modelo de avaliação de desempenho para as áreas administrativa e operacional da PCPE;• Capacitação dos efetivos para atuar no novo modelo;• Estabelecimento de mecanismos de avaliação, acompanhamento e controle do processo de implantação do novo modelo.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades públicas de Pernambuco	1. Apoio técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual	

2.3.2 Subprograma: Polícia militar de Pernambuco

A. Projeto: Procedimento Operacional Padrão (POP) – PMPE

Destina-se a estabelecer procedimentos operacionais padrão para orientar o exercício das funções da PMPE, levando em consideração o respeito aos Direitos Humanos.

Objetivos: Criar e implementar POP's para orientar a atuação e exercício da função policial da PMPE.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social / PMPE	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Elaboração, revisão, difusão e implementação do uso dos manuais de procedimentos em ocorrências policiais;• Lançamento das operações policiais voltadas para preceitos dos Direitos Humanos e Cidadania como doutrina do POP;• Implantação do uso de módulos instrucionais à distância de modo a alcançar todos os policiais das mais diversas regiões.	
Prazo para implementação: 01 ano	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades públicas de Pernambuco	1. Apoio técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual	

B. Projeto: Programa de Avaliação de Desempenho da PMPE

Criação de um modelo que avalie o desempenho da PMPE nas áreas administrativa e operacional, a fim de acompanhar o trabalho dos efetivos.

Objetivos: Criar e implantar um modelo de avaliação de desempenho para a PMPE.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social / PMPE	

Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um modelo de avaliação de desempenho para as áreas administrativa e operacional da PMPE; • Capacitação dos efetivos para atuar no novo modelo; • Estabelecimento de mecanismos de avaliação, acompanhamento e controle do processo de implantação do novo modelo. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades públicas de Pernambuco	1. Apoio técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual

2.3.3 Subprograma: Sistema prisional

A. Projeto: Atualização do Código Penitenciário de Pernambuco.

Tem como objetivo melhorar o funcionamento do sistema penitenciário do estado, disciplinando os processos desde o funcionamento nos estabelecimentos prisionais até os direitos e deveres do preso.

Objetivos: Atualizar o Código Penitenciário Estadual.	
Órgão Governamental Gestor: SERES	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Normatização e melhoria do funcionamento dos estabelecimentos prisionais; • Normatização e melhoria dos processos de prisão, de recambiamento, de liberação, de transferência, e dos procedimentos em caso de fuga e morte de presos; • Normatização e melhoria da assistência ao preso provisório e condenado; • Normatização e melhoria dos direitos e deveres do preso. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Tribunal de Justiça	1. Apoio técnico
2. Ministério Público	2. Apoio técnico
3. SEDSDH	3. Apoio técnico
4. ALEPE	4. Apoio técnico
5. Pastoral Carcerária	5. Apoio técnico

B. Projeto: Eficiência e Transparência na Gestão Penitenciária

Tem como finalidade eliminar o desperdício, o descontrole e a falta de planejamento do sistema penitenciário, reduzindo custos, empregando bem os recursos e administrando com foco no resultado.

Objetivos: Tornar a gestão penitenciária mais eficiente e transparente.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria Executiva de Ressocialização / Secretaria de Planejamento e Gestão / Secretaria da Fazenda	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantia da utilização plena dos recursos captados; • Elaboração de Projeto de Lei que cria o Fundo Estadual Penitenciário para captação de recursos específicos para o Sistema Penitenciário. • Implantação de um modelo de gestão voltado para o controle e eficiência dos gastos públicos e principalmente focado no resultado; • Elaboração do Projeto Lei que cria o Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária • Controle do trabalho do preso(a) nos espaços prisionais. (Extinção da função de "chaveiro" realizada pelo preso). 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades públicas de Pernambuco	1. Apoio técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual

2.3.4 Subprograma: Integração do Sistema de Defesa Social

A. Projeto: Protocolo de atuação das polícias nos casos de reintegração de posse de terra.

Projeto que tem como finalidade a criação e implementação de um protocolo que articule a atuação das polícias e do poder judiciário e Ministério Público no procedimento de reintegração de posse de terra, evitando os despejos automáticos e diminuindo a violência no campo.

Objetivos: Criar um protocolo de atuação que articule as polícias, o poder judiciário e Ministério Público no procedimento de reintegração de posse.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Extinção do despejo automático de trabalhadores rurais ocupantes de terrenos; • Redução dos conflitos nas situações de reintegração de posse. 	
Prazo para implementação: 2 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros	
1. INCRA	
2. Poder Judiciário	
3. Ministério Público de Pernambuco	
4. Ouvidoria agrária nacional	
5. PMPE	
6. Movimentos sociais do campo / Entidades de Direitos Humanos	
7. Ministério Público Federal	
8. Municípios	
9. Secretaria de Articulação Política	
10. Plataforma "Por um Brasil sem Despejo"	
11. Povos Indígenas	
12. Comunidades Quilombolas	

B. Projeto: Protocolo de atuação das polícias nos casos de reintegração de posse no meio urbano

Projeto que tem como finalidade a criação e implementação de um protocolo que articule a atuação das polícias e do poder judiciário e Ministério Público no procedimento de reintegração de posse no meio urbano.

Objetivos: Criar um protocolo de atuação que articule as polícias, o poder judiciário e Ministério Público no procedimento de reintegração de posse no meio urbano.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria das Cidades / Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um protocolo de atuação que articule as polícias, o poder judiciário e Ministério Público no procedimento de reintegração de posse no meio urbano; • Redução dos conflitos nas situações de reintegração de posse no meio urbano; • Política de Habitação 	

Prazo para implementação: 2 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros	
1.. Poder Judiciário	
2. Ministério Público de Pernambuco	
3. PMPE	
4. Movimentos sociais /Entidades de Direitos Humanos	
5. Ministério Público Federal	
6. Municípios	
7 Secretaria de Articulação Política	
8. Fórum Estadual de Reforma Urbana	

3. INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

A eficácia de uma Política Pública passa, necessariamente, pelos seus instrumentos de diagnóstico, planejamento, gestão e avaliação das ações. Trata-se, pois, de estabelecer mecanismos que possibilitem a identificação dos principais problemas da área de Segurança Pública, e a posterior orientação das ações e estratégias nesta área, bem como o monitoramento das mesmas. Nesse sentido, a consolidação e integração das informações, bem como a divulgação e a democratização dos dados são elementos basilares de qualquer política pública.

3.1 PROGRAMA: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Com o intuito de obter informações consistentes acerca das características dos temas que dizem respeito a Segurança Pública, torna-se necessário a criação de bancos de dados que congreguem informações claras e precisas, que incluam também variáveis que dêem conta da faixa etária, da cor/raça, do sexo e da orientação sexual, visando nortear a aplicação e eficácia das Políticas Públicas de Segurança. É importante também garantir o acesso público dessas informações e dados produzidos, bem como a possível utilização de *software* livre na gerência e obtenção dos mesmos.

A. Projeto: Banco de Dados Sobre a Violência no Campo

Este projeto destina-se a levantar e organizar informações detalhadas relativas à violência no campo, possibilitando a sua democratização e divulgação.

Objetivos: Criar um banco de dados sobre a violência no campo.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Produção e disponibilização de informações detalhadas e sistematizadas sobre os crimes resultantes de conflito agrário e os processos referentes aos mesmos.	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Ministério Público de Pernambuco	1. Fornecimento das informações.
2. Tribunal de Justiça de Pernambuco	2. Fornecimento das informações.
3. ATI	3. Geração e gestão técnica do Banco de Dados
4. Organizações sociais do campo	4. Acompanhamento e monitoramento.
5. Povos Indígenas	5. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

B. Projeto: Inteligência pela Vida – Levantamento e Base de Dados

Este projeto visa à coleta de dados sobre a situação das armas em cada instância onde elas possam estar retidas/catalogadas, bem como a cooperação com o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA) e o Sistema Nacional de Armas (SINARM) para o estabelecimento de um banco de dados integrado e permanentemente atualizado sobre as armas existentes em Pernambuco.

Objetivos: Coletar dados sobre a situação das armas em cada instância estatal (delegacias, cartórios, tribunais) onde elas possam estar retidas/catalogadas, promover a cooperação com o SIGMA e o SINARM para o estabelecimento de um banco de dados integrado e permanentemente atualizado sobre as armas existentes em Pernambuco e formar pessoal especialmente capacitado para lidar com a coleta, processamento e difusão das informações sobre armas no estado.

Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social (SDS)

Principais Resultados Esperados:

- Definição de grupo de trabalho conjunto entre a SDS e ATI (e eventualmente outras entidades) que será responsável pela concepção e realização do projeto
- Definição de metodologia uniforme e otimizada para lidar com a coleta e estimativa de dados sobre armas no estado
- Construção de uma base de dados integrada com o SINARM e o SIGMA, capaz de suprir os agentes decisórios com informações para o estabelecimento de políticas públicas e outras decisões pertinentes à política de armas do Estado.

Prazo para implementação: 6 meses

Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:

Atividade Principal:

1. Exército

1. SIGMA

2. Polícia Federal

2. Fornecimento de Informações

3. Ministério Público de Pernambuco e Ministério Público Federal

3. Fornecimento de Informações

4. ATI

4. Criação e gestão técnica da base de dados

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

C. Projeto: Banco de Dados sobre Presos

Este projeto destina-se a identificar o perfil sócio-econômico e as condições de vida e saúde da população carcerária através da realização de um censo penitenciário, implantando um modelo de gestão com ferramentas gerenciais e de avaliação.

Objetivos: Coletar informações de natureza social, econômica, processual e demais questões relevantes sobre a população carcerária pernambucana e sistematizá-las em um banco de dados.

Órgão Governamental Gestor: Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES).

Principais Resultados Esperados:

- Fornecimento de informações estratégicas ao Governo para a adoção de políticas prisionais e de segurança pública;
- Atualização dos dados do cadastro criminal do Instituto de Identificação Tavares Buril – IITB
- Atualização do Sistema de Informações Carcerárias – SIC;
- Adequação do Sistema de Informações Carcerárias (SIC) à demanda de solicitações do DEPEN;
- Identificação de entraves processuais a fim de conferir maior celeridade aos procedimentos relativos ao cumprimento da Lei de Execuções Penais e do Código do Processo Penal.

Prazo para implementação: 6 meses

Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:

Atividade Principal:

1. IITB (SDS)

1. Identificação datiloscópica

2. TJ-PE

2. Fornecimento/Integração de informações

3. Conselho Penitenciário

3. Apoio Técnico / Informações

4. Conselho da Comunidade

4. Apoio Técnico / Informações

5. ONGs

5. Apoio Técnico / Informações

6. Comitê Interinstitucional de Prevenção e Controle da Tortura

6. Apoio Técnico / Informações

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual.

D. Projeto: Banco de Dados sobre Violência envolvendo a Criança e o Adolescente.

Este projeto visa resolver o problema da falta de diagnóstico e desarticulação das informações e dados sobre a violência praticada contra e por criança e adolescente em Pernambuco por meio da criação de um Banco de Dados Unificado. Pretende também ampliar e aperfeiçoar os Módulos do SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência): Módulo I – Registra a violação e os encaminhamentos para reestabelecimento de direitos e o Módulo II – Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas.

Objetivos: Reunir e disseminar informações sistematizadas sobre a violência envolvendo crianças e adolescentes e contribuir para definição de políticas e recursos públicos.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da utilização do SIPIA I e SIPIA II; • Unificação das informações e dos dados sobre violência contra e praticada por crianças e adolescentes; • Obtenção do perfil das crianças e dos adolescentes vítimas de violência no Estado; • Obtenção do perfil das crianças e dos adolescentes acusados de praticarem atos infracionais no Estado; • Produção de Relatórios Anuais. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. IML	1. Disponibilização das informações/dados.
2. GPCA	2. Disponibilização das informações/dados.
3. CEDCA – PE	3. Articulação para viabilização do projeto.
4. Secretaria de Saúde	4. Disponibilização das informações/dados.
5. Fundac – PE	5. Disponibilização das informações/dados.
6. Conselho Tutelar	6. Disponibilização das informações/dados.
7. Ministério Público de Pernambuco	7. Disponibilização das informações/dados.
8. Poder Judiciário	8. Disponibilização das informações/dados.
9. ONG's	9. Disponibilização das informações/dados.
10. Secretaria de Esportes	10. Disponibilização das informações/dados.

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Tesouro Estadual, Unicef, Unesco, Governo Federal, Petrobras, Chesf, BNDES e Órgãos Internacionais.

E. Projeto: Banco de dados sobre Violência Contra a Mulher

Projeto que se destina à criação de um banco de dados sobre a violência contra a mulher no estado de Pernambuco.

Objetivos: Criar um banco de dados sobre violência contra a mulher	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social / Secretaria Especial da Mulher	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um banco de dados que disponibilize informações acerca dos casos notificados de violência contra a mulher; • Abordagem do tema raça/cor e orientação sexual dentro da temática em questão. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:	Atividade Principal:
1. ONG's	1. Fornecimento de dados / Apoio
2. Institutos de Pesquisa	2. Fornecimento de dados
3. Universidades Públicas do Estado	3. Fornecimento de dados / Apoio

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual

F. Projeto: Banco de dados sobre Juventude e Violência

Projeto que objetiva a criação de um banco de dados sobre juventude e violência no estado de Pernambuco

Objetivos: Criar um banco de dados sobre juventude e violência	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social / Secretaria De Juventude	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um banco de dados que disponibilize informações acerca da temática que relacione juventude e violência; • Abordagem das temáticas de sexo, raça,/cor e orientação sexual dentro da temática em questão. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ONG's	1. Fornecimento de dados / Apoio
2. Institutos de Pesquisa	2. Fornecimento de dados
3. Universidades Públicas do Estado	3. Fornecimento de dados / Apoio

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual

G. Projeto: Consolidação, Ampliação e Integração dos Sistemas de Informação de Defesa Social.

Destina-se à integração entre as bases de dados relativos à Defesa Social, consolidando e ampliando os sistemas de informação de seus órgãos e interligando todas as suas unidades operacionais. Além disso, busca a criação de sistemas de informação para os órgãos periciais (IC, IML e IITB) e de um sistema de gestão de recursos humanos e logísticos, que especifique a qualificação dos operadores de defesa social, monitore a situação da saúde física e mental e a produtividade dos operadores de segurança pública.

Objetivos: Consolidar, ampliar e integrar os sistemas de informação de Defesa Social.
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social / Secretaria Estadual de Saúde / Secretaria de Planejamento / SERES

Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Integração da Base de Dados dos sistemas de informação e implantação desses sistemas em nível estadual (INFOPOL, Simar, Ciods, Informações Criminais, Infoseg, Sinesp, Sistemas de Informações de Registro Civil, SDSGeo); • Integração das Bases dos sistemas de informação de defesa social com as bases de outros Órgãos: Sistema de egressos, Infopen, SIPIA I, Infoinfra, Infoadote, Recriar, SIPIA II, Arquimedes, Judwin, Ouvidoria, Corregedoria; • Sistema Infopol ampliado, informatizado e interligado em todas as unidades operacionais de polícia; • Implantação do Sistema de Gestão das Unidades Móveis de Perícia (IC, IML e IITB); • Consolidação do Sistema de Identificação Civil, Sistema Criminal e do Afis; • Cobertura do SIM (Sistema de Informações de Mortalidade – MS) ampliada no interior do Estado e qualificação dos dados coletados; • Implantação do Sistema VIVA; • Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos e Logística; • Implantação do Módulo informatizado de elaboração de Inquéritos; • Base de dados única de endereços georeferenciados (projeto Unibase) consolidada pela Agência Condepe/Fidem. 	
Prazo para implementação: 01 ano	Tempo de vigência: 04 anos
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ATI	1. Desenvolvimento e gestão técnica.
2. Universidades Públicas do Estado.	2. Assessoria técnica
3. Polícia Federal	3. Gerenciamento nacional do compartilhamento de informações do sistema AFIS.
4. Secretaria de Vigilância à Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES – PE).	4. Fornecimento do software e ficha de notificação para implantação do VIVA / Administração das mudanças no SIM
6. DEPEN	6. Gerenciamento nacional do compartilhamento de informações do sistema INFOPEN.
7. Conselhos Tutelares.	7. Alimentação do sistema SIPIA. I
8. SEDH	8. Gerenciamento nacional do compartilhamento de informações do Sistema Nacional de Gestão das Ouvidorias.
9. Fundac e Varas da Infância e Juventude	9. Alimentação do SIPIA II

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério da Justiça e recursos estaduais.

H. Projeto: Criação de um Observatório Estadual sobre Drogas

Este projeto tem por objetivo a criação de um Observatório Estadual sobre Drogas, fomentando a produção de conhecimento e monitorando as políticas e ações governamentais acerca do tema, tornando-se um centro de referência para toda a sociedade.

Objetivos: Criar o Observatório Estadual sobre Drogas com banco de dados único e capacidade de monitoramento das políticas e ações sobre drogas.	
Órgão Governamental Gestor: Gabinete do Governador	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Produção de conhecimento sobre drogas; • Monitoramento das políticas e ações sobre drogas; • Subsídios para a formulação e implementação de políticas e ações sobre drogas; • Criação de instrumento de controle social sobre políticas e ações de drogas. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Governo Federal (SENAD, Ministérios da Saúde,	1. Apoio técnico

Educação e Ciência e Tecnologia)	
2. Secretarias Estaduais de Saúde, Educação e Juventude e Emprego	2. Apoio técnico
3. Gestores Municipais	3. Apoio técnico
4. ONGs	4. Apoio técnico
5. Organismos e Agências Internacionais	5. Apoio técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamentos: SENAD, Ministério da Saúde, Ministério das Ciências e Tecnologia e UNODC.

3.2 PROGRAMA: GESTÃO DO CONHECIMENTO

A produção de pesquisas e estudos promove o desenvolvimento e a obtenção de conhecimento específico, sendo de enorme importância na elaboração e implementação de Políticas Públicas, principalmente no que concerne à Segurança Pública. O conhecimento pormenorizado e detalhado do objeto contribui, assim, para a eficácia das ações desejadas.

3.2.1 Subprograma: Pesquisa

A. Projeto: Mapeamento da Relação Juventude e Violência no Estado.

Este projeto visa diagnosticar a situação do jovem com relação à violência no estado de Pernambuco, bem como orientar as ações a serem desenvolvidas na área de juventude e violência, levantando áreas de maior vulnerabilidade para o jovem e obtendo maiores informações sobre as juventudes consideradas mais vulneráveis: jovem afrodescendente, jovem mulher, jovem LGBTTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros), jovem rural, jovem índio, jovem PNE (Portadores de Necessidades Especiais).

Objetivos: Diagnosticar a situação do jovem com relação à violência no estado de Pernambuco, orientar as ações a serem desenvolvidas na área de juventude e violência e mapear as áreas de maior vulnerabilidade para o jovem.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social e Secretaria de Juventude e Emprego.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> Levantamento dos dados sobre a relação violência e juventude no estado; Diagnóstico dos setores da juventude considerados mais vulneráveis à violência no estado. 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: 6 meses
Parcelas:	Atividade Principal:
1. Institutos de Pesquisa: IBGE, PNAD, DIEESE, DataSus, Núcleos de Pesquisa da UFPE, UFRPE, UNIVASF e UPE.	1. Fornecimento de dados e análise de dados
2. ONGs	2. Fornecimento de dados
3. Secretaria de Esport	3. Fornecimento de dados

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: FACEPE, FIDEM, UNESCO e PNUD.

B. Projeto: Pesquisa sobre a Prevalência do Uso Nocivo e da Dependência de Drogas Lícitas e Ilícitas em Usuários da Atenção Básica do Sistema de Saúde no Estado.

Este projeto tem como finalidade subsidiar o planejamento das ações assistenciais, preventivas e de promoção à saúde, bem como sensibilizar os profissionais desses serviços para a necessidade de enfrentamento do uso nocivo e da dependência de drogas lícitas e ilícitas.

Objetivos: Avaliar a magnitude da questão no âmbito da atenção básica, subsidiar o planejamento das ações assistenciais, preventivas e de promoção à saúde e sensibilizar os profissionais desses serviços para a necessidade de enfrentamento do agravo em pauta.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco e Secretarias Municipais de Saúde.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de pesquisa sobre o tema; • Adequação assistencial para os casos identificados; • Prevenção da síndrome de dependência ao álcool e outras drogas, prevenção de violências e outros agravos catalisados por álcool e outras drogas; • Publicização das informações, sensibilizando a população como um todo; • Formação de rede de atenção de base territorial. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: 06 meses
Parcelas:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Assessoria Técnica Científica
2. Secretarias Municipais de Saúde	2. Operacionalização conjunta

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde, FACEPE e OPAS.

C. Projeto: Pesquisa de Prevalência do uso nocivo e da dependência de drogas lícitas e ilícitas em usuários dos Hospitais Regionais do Estado de Pernambuco

Este projeto visa avaliar a amplitude da prevalência do uso nocivo e da dependência de drogas lícitas e ilícitas no âmbito hospitalar, bem como subsidiar o planejamento de ações assistenciais nesse contexto, identificando a causa básica de vários agravos secundários, como os acidentes e outras violências.

Objetivos: Avaliar a magnitude do uso nocivo e da dependência de álcool e outras drogas em usuários dos Hospitais Regionais do Estado de Pernambuco, subsidiar o planejamento das ações assistenciais no serviço pesquisado.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Pesquisa sobre o tema; • Adequação assistencial para os casos identificados; • Levantamento da discussão sobre o tema nos hospitais regionais como referência de toda a GERES. • Sensibilização dos profissionais desses serviços para a necessidade de enfrentamento do agravo em pauta • Identificação da causa básica de vários agravos secundários, como os acidentes e outras violências e encaminhamento dos casos identificados para assistência especializada. 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: 6 meses

Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Assessoria Técnica Científica
2. Secretarias Municipais de Saúde	2. Operacionalização conjunta

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, FACEPE, Ministério da Saúde e OPAS.

D. Projeto: Inteligência pela vida – Pesquisa

Objetiva a determinação dos fatores causais de ordem cultural, psicológica, econômica, política e social para a situação do uso de armas no estado de Pernambuco, bem como a criação de um Grupo de Pesquisa composto por policiais e acadêmicos que investigue a relação das armas com a prática de crimes, verificando as origens dessas armas, por meio de pesquisa nos Sistemas de Controle de Armas de Fogo (SINARM e SIGMA), no intuito de extrair conclusões que orientem as ações do governo para combater as causas deste fato social. Destina-se também a produzir os cenários esperados no curto, médio e longo prazo para o estado, que sirvam de delineadores das ações do poder executivo estadual.

Objetivos: Determinar os fatores causais relativos ao uso de armas no estado de Pernambuco e construir cenários de intervenção do estado na questão do uso de armas, a partir da pesquisa em tela.	
Órgãos Governamentais Gestores: Gabinete do Governador.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do projeto de pesquisa e geração da documentação <i>standard</i> para os convênios; • Realização dos convênios e apresentação das equipes e do sistema de rede; • Realização da pesquisa; • Elaboração do Relatório final. 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: 6 meses
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Pesquisa

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: CNPq, FACEPE, CAPES e instituições de fomento internacionais.

E. Projeto: Dimensão Étnico-racial da Violência

Este projeto visa solucionar o problema da inexistência de dados desagregados por raça, o que acaba por ocasionar a falta do diagnóstico da dimensão racial da violência no Estado e impossibilita a formulação de políticas públicas para a promoção de equidade social, além da criação de um sistema integrado de informação.

Objetivos: Promover a inclusão do indicador etnia/raça/cor* em um sistema integrado de informação e produzir informações acessíveis com dados desagregados por etnia/cor/raça para construção de um diagnóstico da dimensão racial e étnica da violência.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão da dimensão étnico-racial nos processos de formulação, implementação, gestão e avaliação de políticas de segurança pública; • Visibilização do racismo institucional nas diversas instâncias do poder público; • Subsidiar a implementação e formulação de políticas de ações afirmativas. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ONGs	1. Acompanhamento/Monitoramento

2. Fundaj	2. Fornecimento de Informações
3. Universidades Públicas de Pernambuco	3. Fornecimento de Informações
4. MPPE	4. Fornecimento de informações
5. FUNASA	5. Fornecimento de informações
6. FUNAI	6. Fornecimento de informações

*Como Pernambuco apresenta um conjunto de etnias indígenas, será construído um indicador específico para as etnias indígenas que será incluído sempre que for necessário.

F. Projeto: Diagnóstico da Situação da Violência Praticada Contra e Por Criança e Adolescente

Este projeto tem por objetivo traçar um diagnóstico e articular as informações e dados sobre a violência praticada contra e por criança e adolescente em Pernambuco.

Objetivos: Traçar o perfil das crianças e dos adolescentes vítimas e/ou agentes da violência no estado de Pernambuco e estabelecer cenários de políticas públicas para redução da violência, a partir da pesquisa em tela.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Produção de indicadores para a formulação de políticas públicas voltadas para a área de criança e adolescente. 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: 1 ano
Parceiros:	Atividade Principal:
1. CEDCA – PE	1. Articulação para viabilização do projeto
2. Universidades Públicas de Pernambuco	2. Realização da Pesquisa
3. Institutos de Pesquisas / IBGE	3. Realização da Pesquisa
4. FUNDAJ	4. Realização da Pesquisa

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Tesouro Estadual, Unicef; Unesco, Governo Federal, Petrobras, Chesf, BNDES e Agências Internacionais.

G. Projeto: Sistema Estadual de Gestão de Conhecimento em Segurança Pública

Visa constituir espaço institucional – Câmara Técnica de Gestão do Conhecimento – responsável por instrumentalizar a gestão municipal, metropolitana, estadual e federal, com informações necessárias para os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade no estado de Pernambuco. Cria também o Banco de Talentos em Defesa Social a partir do monitoramento dos profissionais de defesa social em relação a sua qualificação, situação de saúde física e mental e produtividade e institui uma política estadual de divulgação de informações de segurança pública, pautada pela transparência, estipulando as formas e conteúdos de divulgação, periodicidade e público alvo.

Objetivos: Criar a Câmara Técnica de Gestão do Conhecimento e da Informação Criminal, responsável por instrumentalizar a gestão municipal, metropolitana, estadual e federal, com informações necessárias para os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade no Estado de Pernambuco; criar um Centro de Pesquisas responsável pela produção de conhecimentos sobre as práticas de prevenção, ações sociais, monitoramento dos seus resultados e pela criação e gestão do Banco de Talentos em Defesa Social.

Órgão Governamental Gestor: Gabinete do Governador

Principais Resultados Esperados:

- Produção contínua de informações para subsidiar a gestão – diagnósticos e monitoramento de resultados – das ações e políticas de defesa social no estado de Pernambuco;
- Câmara Técnica de Gestão do Conhecimento criada, estruturada e em pleno funcionamento;
- Centro de Pesquisas em Práticas de Prevenção Social da Violência;
- Banco de Talentos em Defesa Social continuamente atualizado;
- Boletim Bimestral de Conjuntura da Defesa Social.

Prazo para implementação: 06 meses

Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:

Atividade Principal:

1. Assessoria do Governador

1. Coordenar o processo.

2. Condepe/Fidem

2. Assessoria Técnica

3. Universidades Públicas de Pernambuco

3. Assessoria técnica e realização de pesquisas

4. Secretarias Estaduais

4. Alimentação de informações

5. Municípios

5. Alimentação de informações

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério da Justiça e Gabinete do Governador.

H. Projeto: Grupo de Trabalho sobre a questão Indígena e Segurança Pública

Devido à complexidade que envolve a questão da violência contra os povos indígenas em Pernambuco, propõe-se aqui a constituição de um Grupo de Trabalho composto por representações de todas as etnias indígenas de Pernambuco, com o intuito de construir um canal de interlocução direta com o Governo do Estado, produzindo um diagnóstico do problema que subsidiará as Políticas Públicas relativas aos povos indígenas e as ações locais no tocante à Segurança Pública.

Objetivos: Criar um Grupo de Trabalho com o objetivo de promover a interlocução entre a representação das etnias indígenas e o Governo do Estado, a fim de prevenir a violência contra os povos indígenas e evitar a sua criminalização.

Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social

Principais Resultados Esperados:

- Criação do Grupo de Trabalho Indígena de Segurança Pública.
- Qualificação da intervenção de segurança pública junto aos povos indígenas.
- Qualificação das ações de intervenção policial junto aos povos indígenas.
- Maior transparência dos processos que envolvem povos indígenas.

Tempo para implementação: 03 meses

Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:

Atividade Principal:

1. ONGs

1. Apoio técnico/Assessoria jurídica

2. CIMI

2. Assessoria jurídica e dos povos indígenas

3. MNDH

3. Promoção dos Direitos Humanos

4. ANAI

4. Subsídios de dados técnicos

5. CENDAP

5. Subsídios de dados técnicos

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: UNESCO, Ministério da Justiça.

3.3 PROGRAMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para que os Sistemas de Informação e a Gestão do Conhecimento se mantenham coerentes, atualizados e operantes de forma eficaz e consistente, é importante que se atente para a modernização do aparato tecnológico que gere, armazena e opera as informações que as compõem, além da padronização mínima de recursos materiais e humanos que visem a excelência do trabalho desenvolvido.

A. Projeto: Modernização tecnológica do Sistema de Informações da Defesa Social

Este projeto visa modernizar o parque tecnológico dos sistemas de informações da Defesa Social, melhorando o gerenciamento, armazenamento e o seu acesso.

Objetivos: Modernizar o parque tecnológico dos sistemas de informações da Defesa Social.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Otimização e modernização da estrutura de Tecnologia da Informação da Defesa Social.	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ATI	1. Coordenar o processo.
2. Universidades Públicas de Pernambuco	2. Proporcionar cursos na área de Tecnologia da Informação.

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério da Justiça e recursos estaduais.

4 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

O processo de aperfeiçoamento das organizações que fazem parte do sistema de segurança pública passa pela formação e capacitação dos profissionais que o compõem. A primeira define-se pelos processos de educação de novos agentes; a segunda busca o aperfeiçoamento e a atualização dos conhecimentos e procedimentos técnicos dos policiais.

A formação e a capacitação são fundamentais para a definição do perfil técnico das organizações policiais, por meio delas valores são internalizados pelos indivíduos, o que promove uma possibilidade de mudança institucional sob novos parâmetros técnicos de atuação profissional.

4.1 PROGRAMA: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A Formação aparece como um eixo fundamental no processo de mudança das instituições em longo prazo, formando os agentes que compõe o sistema de segurança pública. Desta maneira, valores são assimilados, assim como procedimentos normativos que, paulatinamente, contribuem para transformar a imagem e o caráter das corporações que compõem o sistema. A formação para a prevenção, por outro lado, contribui diretamente para a educação dos gestores, servidores públicos e da sociedade como um todo, visando a diminuição da criminalidade, em especial aquela referente aos grupos vulneráveis da população.

4.1.1 Subprograma: Formação e Capacitação Integrada Sistema de Defesa Social

A. Projeto: Programa Estadual de Ensino Integrado da Secretaria de Defesa Social

Tem por objetivo a definição do programa estadual de ensino integrado da SDS, levando em consideração as particularidades de cada instituição, e priorizando o aperfeiçoamento das Polícias nas áreas de inteligência/contrainteligência, atendimento à vítima de violência e atualização jurídica e processual penal.

Objetivos: Criar e implantar o Programa Estadual de Ensino Integrado da SDS
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none">• Definição e implementação do Programa Estadual de Ensino Integrado da Secretaria de Defesa Social, priorizando o aperfeiçoamento policial nas áreas de inteligência/contrainteligência, atendimento das vítimas de violência e atualização jurídica e processual penal.• Realização de curso básico de integração policial para 4% do efetivo por ano, bem como desenvolvimento e implantação de filosofias e ferramentas pedagógicas que visem à cooperação e integração entre o trabalho das polícias.

Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Ensino
2. SENASP/MJ	2. Apoio Técnico
3. Fundação Joaquim Nabuco	3. Ensino

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: SENASP/MJ

B. Projeto: Formação de Gestores e Operadores da Segurança Pública

Propõe a formação de uma equipe para desenvolver a normatização e doutrina referente aos protocolos de procedimentos policiais não discriminatórios que farão parte dos cursos de formação policial. Estes protocolos devem ser incorporados às normas administrativas relativas aos princípios anti-discriminatórios e de punição da prática de racismo e discriminação na ação policial. Ademais, tem como finalidade a formação e a capacitação de Gestores e Operadores da Segurança Pública pra lidar com as especificidades das minorias, visando o combate ao preconceito e racismo nas práticas institucionais.

Objetivos: Formar Gestores e Operadores da Segurança Pública para lidar com as especificidades da população negra, população indígena, mulher, deficientes, idosos, LGBTTT.

Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Principais Resultados Esperados:

- Formação imediata de uma equipe para desenvolver procedimentos policiais não-racistas e não-discriminatórios. Tais procedimentos serão incorporados, de imediato, nos cursos de formação policial. Iniciando-se, após 30 dias, um curso de formação de multiplicadores.
- Incorporação às normas administrativas de princípios anti-discriminatórios e punitivos a prática de racismo e discriminação na ação policial.
- Criação e implementação de uma disciplina curricular sobre relações étnicas, relações de gênero, diversidade sexual, tratamento ao idoso, tratamento ao deficiente e legislação nos cursos de formação (básico, médio e superior) para PM, PC, BM, Polícia Científica e para agentes penitenciários.
- Formatação de uma cartilha educativa para policiais, agentes penitenciários e população em geral, com publicação e lançamento após 30 dias.
- Realização de um curso de capacitação em "Relações Étnicas e Ação de Segurança" que atinja, no prazo de 3 anos, todos os integrantes dos órgãos operativos da SDS e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ONGs	1. Apoio técnico
2. Fundaj	2. Apoio técnico / Ensino
3. Universidades Públicas de Pernambuco	3. Apoio técnico / Ensino
4. FUNAI	4. Apoio técnico
5. Secretaria Especial da Mulher	5. Apoio técnico
6. Conselho Estadual da Pessoa Idosa	6. Apoio técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: SENASP, Secretaria Nacional da Igualdade Racial

C. Projeto: Inteligência pela Vida – Treinamento em armas não-letais

Destina-se a treinar os efetivos das polícias, os agentes penitenciários e os agentes da FUNAC no uso de armas não-letais e na prática de artes marciais, de forma a constituir um padrão de resposta policial adequado, em que a utilização desproporcional da força seja evitada.

Objetivos: Treinar polícias civis e militares, agentes penitenciários e agentes da FUNDAC no uso de armas não-letais	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Criação, em conjunto com o Exército e a Polícia Federal, do programa de treinamento para o uso de armas não-letais pelos policiais civis, militares, agentes penitenciários e agentes da FUNDAC envolvidos na ação de repressão.• Implantação do programa de Treinamento para o uso de armas não-letais.• Ampliação do treinamento em defesa pessoal para policiais civis e militares, agentes penitenciários e agentes da FUNDAC.	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Exército	1. Apoio técnico
2. Polícia Federal	2. Apoio técnico
3. Empresas privadas	3. Apoio técnico
4. SDSDH	4. Monitoramento/ Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Empresas privadas, SENASP.

4.1.2 Subprograma: Formação e Capacitação do Sistema Prisional

A. Projeto: Formação e Capacitação dos Servidores do Sistema Prisional

Projeto que tem por finalidade promover a formação e capacitação de servidores do sistema prisional para atuarem com qualidade na ressocialização dos apenados, primando pelas práticas de valorização dos Direitos Humanos.

Objetivos: Formar e capacitar os servidores do sistema prisional para atuarem com foco no processo de ressocialização com base na valorização dos Direitos Humanos.
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Ressocialização.

Principais Resultados Esperados:

- Implantação da Escola Penitenciária para capacitar servidores públicos e disponibilizar formação específica na área do conhecimento Penitenciário, bem como a instalação de um núcleo de pesquisa sobre o Sistema Penitenciário;
- Promoção de Cursos de Formação de Agentes em Direitos Humanos na Prisão, para todos os seguimentos governamentais e não governamentais que estão no cotidiano prisional;
- Realização e promoção de capacitação contínua nas diversas temáticas que envolve a atuação do sistema prisional (Direitos Humanos, Educação, Saúde, Assistência Social, Psicologia, Psiquiatria, Direito Penitenciário/Execução Penal, Dependência Química, Meio-Ambiente, Políticas Públicas, Nutrição, Etnia, Gênero/ Diversidade/Equidade/ Sexualidade
- Capacitação e treinamento para o manuseio com armas letais e prioritariamente não letais
- Melhoria e eficiência no processo de ressocialização
- Capacitação dos servidores públicos do sistema prisional para atuarem com foco no processo de ressocialização, Segurança Penitenciária e Direitos Humanos.
- Redução dos índices de reincidência da criminalidade praticada pelos egressos.
- Formação em Prevenção e Mediação de Conflito

Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. SERES	1. Apoio Técnico
2. Escola Penitenciária	2. Apoio Técnico
3. SEDUC	3. Apoio Técnico
4. Universidades Públicas de Pernambuco	4. Apoio Técnico
5. SEFAZ	5. Apoio Técnico
6. Secretaria de Educação	6. Apoio Técnico
7. SEDSDH	7. Apoio Técnico
8. SEJUDH	8. Apoio Técnico
9. SEPLAG	9. Apoio Técnico
10. ALEPE	10. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: DEPEN, SENASP, SEDUC e ONGs.

4.1.3 Subprograma: Formação e Capacitação da Polícia Civil

A. Projeto: Capacitação Profissional PCPE

Projeto que tem como finalidade a capacitação e o treinamento de policiais civis de Pernambuco para atuarem adequadamente no exercício de suas atividades, através da atualização dos mesmos tanto em tópicos de natureza técnica – diretamente relacionados à concretização eficiente da atividade policial – quanto em temas relacionados aos impactos das transformações culturais da sociedade contemporânea sobre o trabalho da polícia.

Objetivos: Capacitar e treinar a Polícia Civil de Pernambuco	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação, ao final de 4 anos, de 16% do efetivo da PCPE nas seguintes áreas: Multiplicadores de Direitos Humanos; Redação de Documentos; Capacitação com Armas de Fogo; Direito Público, notadamente Direito Constitucional, Penal e Processual Penal; Legislação nacional e internacional sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes; Violência Contra a Mulher; Relações Raciais e Étnicas; e Prevenção e Mediação de Conflito. 	
Tempo para implementação: 4 meses	Tempo de vigência: Permanente

Parceiros	Atividade Principal
1. Secretaria de Educação	1. Convênio / Cooperação
2. Universidades Públicas de Pernambuco	2. Convênio / Cooperação / Formação
3. SENASP	3. Convênios
4. Secretaria da Mulher de Pernambuco	4. Apoio técnico
5. CEDCA-PE	5. Apoio técnico
6. ONGs	6. Realização da formação
7. Secretaria Nacional da Mulher	7. Apoio Técnico
8. FUNDAJ	8. Apoio Técnico
9. FUNAI	9. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recurso ou financiamento: Tesouro Estadual/Nacional, SENASP/MJ

4.1.4 Subprograma de Formação e Capacitação da Polícia Militar

A. Projeto: Capacitação Profissional PMPE

Projeto que tem como finalidade a capacitação e o treinamento de policiais militares para atuarem adequadamente no exercício de suas atividades, através da atualização dos mesmos, tanto em tópicos de natureza técnica, diretamente relacionados à concretização eficiente da atividade policial, quanto em temas relacionados aos impactos das transformações culturais da sociedade contemporânea sobre o trabalho da polícia.

Objetivos: Capacitar e treinar a Polícia Militar de Pernambuco	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> Capacitação, ao final de 4 anos, de 16% do efetivo da PMPE nas seguintes áreas: Gestão Operacional; Investigação de Crimes Militares; Estágio de Atividades de Inteligência; Estágio de Analista de Sistema Criminal; Multiplicadores de Direitos Humanos; Redação de Documentos; Capacitação com Armas de Fogo; Direito Público, notadamente Direito Constitucional, Penal e Processual Penal; Legislação nacional e internacional sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes; Violência Contra a Mulher; Relações Raciais e Étnicas; e Prevenção e Mediação de Conflito 	
Tempo para implementação: 4 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros	Atividade Principal
1. Secretaria de Educação	1. Convênio / Cooperação
2. Universidades Públicas de Pernambuco	2. Convênio / Cooperação / Formação
3. SENASP	3. Convênios
4. Secretaria da Mulher de Pernambuco	4. Apoio técnico
5. CEDCA-PE	5. Apoio técnico
6. ONGs	6. Realização da formação
7. Secretaria Nacional da Mulher	7. Apoio Técnico
8. Fundaj	8. Apoio Técnico
9. FUNAI	9. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Tesouro Estadual/Nacional, SENASP

4.1.5 Subprograma: Formação e Capacitação para Prevenção da Violência

A. Projeto: Apoio à formação continuada dos Conselhos de Direitos e Tutelares.

Esse projeto busca qualificar a intervenção dos Conselheiros de Direitos e Tutelares em suas respectivas áreas de atuação, bem como ampliar a eficácia e a eficiência dos serviços prestados pelos mesmos.

Objetivos: Apoiar a formação continuada dos Conselhos de Direitos e Tutelares.	
Órgãos governamentais gestores: CEDCA-PE e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • 30% dos Conselheiros de Direitos e Tutelares preparados para desempenhar os seus papéis de promotores e defensores dos direitos de crianças e adolescentes. • 30% dos Conselheiros de Direitos e Tutelares capazes de subsidiar o poder público na formulação e implementação de programas e projetos de enfrentamento da questão social da criança e do adolescente. 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. CEDCA-PE	1. Apoio, mobilização e priorizar a aplicação dos recursos do fundo estadual.
2. ONG's	2. Realizar os momentos formativos, junto com outros atores.
3. Ministério Público	3. Apoio e mobilização
4. Tribunal de Justiça (Coordenadoria da Infância e da Juventude)	4. Formação / Capacitação
5. Prefeituras	5. Apoio técnico
6. Secretaria de Esportes	6. Informativos

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Executiva de DH, Prefeituras, CONANDA, UNICEF.

B. Projeto: Formação e Capacitação Policial sobre redução de danos.

Tem como finalidade capacitar o efetivo policial (efetivo, gestores e servidores) na abordagem aos usuários de drogas lícitas e ilícitas, tendo como referência a política de redução de danos.

Objetivos: Formar e capacitar policiais civis e militares na temática da redução de danos.	
Órgãos governamentais gestores: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> C. Capacitação de 2% dos policiais civis e militares na temática da redução de danos. D. Diminuição do estigma policial em relação aos usuários de drogas. E. Formação da força policial na Prevenção e Mediação de Conflito 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente.
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas do Estado	1. Apoio Técnico
2. SENASP	2. Apoio Técnico
3. SENAD	3. Apoio Técnico
4. MEC	4. Apoio Técnico
5. ONGs	5. Apoio Técnico
6. Ministério Público	6. Apoio Técnico
7. PROERD / PMPE	7. Apoio Técnico
8. Secretaria de Saúde	8. Apoio Técnico
9. Secretaria de Educação	9. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: MEC, SENASP, SENAD, Órgãos Internacionais.

C. Projeto: Formação Educacional e Profissional Para Adolescentes e Jovens em Situação de Risco Social.

Tem como proposta a criação de uma série de ações que visam a diminuição da violência praticada ou sofrida por jovens, por meio de ações que prevêm a interiorização dos programas de educação e de formação profissional; a inserção do jovem no mundo do trabalho e a criação de equipamentos de lazer, esporte e cultura, destinados à juventude.

Objetivos: Formar e capacitar jovens em situação de risco social.	
Órgãos governamentais gestores: Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Juventude e Emprego, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Secretaria de Educação.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Interiorização dos programas de educação e de formação profissional (Centro da Juventude, Primeiro Emprego, Consórcio da Juventude, entre outros), • Criação de grupos de discussão nas escolas e programas sociais sobre os temas drogas e violências. • Criação de novas ocupações profissionais para os jovens (educadores sociais, redutores de danos, agente comunitário de cidadania), a partir da necessidade local. • Criação de uma rede de equipamentos sociais, culturais, de lazer e esportivos. • Atendimento de 3.000 adolescentes e jovens em Recife, Região Metropolitana e em 10 municípios no interior de Pernambuco. • Criação de atividades alternativas em educação, cultura e lazer, esportivo para a ocupação do tempo livre. • Redução da criminalidade, da violência e da morbi-mortalidade relacionadas à questão das drogas, • Inserção de, no mínimo, 20% dos jovens participantes nos cursos de qualificação no mundo do trabalho. • Diminuição dos comportamentos de risco e de vulnerabilidade para o consumo, comércio de drogas e violência entre os jovens participantes do projeto. • Criação de mecanismos de incentivos a contratação de jovens egressos. 	
Prazo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente.
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Governo Federal	1. Municipalização dos programas sociais federais (1º Emprego, Consórcio da Juventude, Agente Jovem, entre outros)
2. Governo de Pernambuco	2. Implementação dos Programas Estaduais (Emprego Jovem, Centro da Juventude e Programa de Qualificação Profissional)
3. Gestores Municipais	3. Implementação dos programas federais e estaduais / Contrapartida infra-estrutura / Divulgação das ações dos Programas
4. ONGs	4. Apoio técnico
5. CIEE	5. Encaminhamento para o mercado de trabalho
6. IEL	6. Encaminhamento para o mercado de trabalho
7. Empresas Privadas	7. Estágios remunerados para os jovens
8. Secretaria de Esportes	8. Apoio técnico
9. Universidades Públicas de Pernambuco	9. Apoio técnico
10. Municípios	10. Apoio técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal, Gestões Municipais, MEC, SENASP, SENAD, CIEE, empresas privadas e Órgãos Internacionais.

5. PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

Os programas do Plano Estadual de Segurança Pública referentes à prevenção e repressão qualificada são complementares e simultâneos. De um lado, a prevenção da violência atua para evitar que o crime aconteça e de outro a repressão qualificada atua após o cometimento do crime, qualificando o atendimento à vítima, otimizando os recursos de policiamento ostensivo e de investigação policial a fim de ofertar à população um atendimento mais eficiente e eficaz.

As ações preventivas são multidisciplinares, na medida em que buscam aumentar os fatores de proteção e diminuir os fatores de risco à violência. Deste modo, nem todas as ações estão sob a responsabilidade da pasta de Defesa Social, muitas estão sob responsabilidade de outras pastas setoriais e de esferas diferenciadas de governo e da administração. Nesse sentido, as ações de prevenção da violência se concretizam de modo intersetorial.

5.1 PROGRAMA: INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA OU SOCIAL

A Intervenção Comunitária ou Social incorpora a idéia de alterar as condições sociais ou institucionais que podem influenciar a atividade criminosa. Trata-se de fortalecer as comunidades em situação de risco através de projetos voltados para sua população, no sentido de aumentar o capital social da comunidade. Assim, a proposta é a de implementar projetos que procurem reduzir fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção da comunidade contra a violência e o crime.

5.1.1 Subprograma: Conhecimento e divulgação dos Direitos Humanos.

A. Projeto: Articulação de ações políticas em prol da população LGBTTT

Projeto que tem por finalidade a criação e implementação de uma política pública capaz de promover e garantir os direitos da população LGBTTT.

Objetivos: Criar e implementar uma política pública capaz de promover e garantir os direitos para a população LGBTTT.	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Secretaria de Comunicação	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Promoção e garantia dos direitos para o público LGBTTT, por meio de ações publicitárias e educativas que tratem do tema da diversidade de orientação sexual de forma natural e positiva.• Qualificação do atendimento e tratamento pelos profissionais de segurança pública do estado à população LGBTTT.• Aperfeiçoamento dos registros dos delitos cometidos contra a população LGBTTT.• Diminuição de crimes e violências contra a população LGBTTT.	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:	Atividade Principal:
1. Municípios	1. Promover e articular campanhas de sensibilização e informação.
2. União	2. Promover e articular campanhas de sensibilização e informação.
3. Universidades Públicas do Estado.	3. Promover debates/Difusão de informações.
4. ONGs	4. Promover debates/Difusão de informações.
5. Articulação de profissionais de educação e direitos humanos (FOPECOM / CRISBRASIL)	5. Promover debates/Difusão de informações.
6. Governo Federal/Secretaria Especial de Direitos Humanos (Programa Brasil sem homofobia)	6. Capacitação / Difusão de Informações

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal/Secretaria Especial de Direitos Humanos, (Programa Brasil Sem Homofobia); Governo estadual e Governos municipais.

B. Projeto: Afirmando Direitos

Visa realizar campanhas e ações educativas que promovam os direitos das pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres entre a população em geral e, mais especificamente, entre os próprios idosos e deficientes, promovendo a conscientização social e o respeito às diferenças.

Objetivos: Realizar campanhas e ações educativas que promovam os direitos das pessoas idosas e pessoas com deficiência, com atenção nas relações de gênero, raça/cor, etnia e orientação sexual.

Órgão(s) governamental (is) Gestor (es): Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Secretaria de Comunicação, Secretaria Especial da Mulher.

Principais Resultados Esperados:

- Realização de campanhas para explicitação dos direitos humanos das pessoas idosas, pessoas com deficiência, com atenção as relações de gênero, raça/cor, etnia e orientação sexual.
- Promoção e garantia dos direitos das pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres idosas e/ou deficientes.

Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Secretaria de Educação	1. Apoio Técnico
2. Secretaria de Saúde	2. Apoio Técnico
3. Conselhos Municipais e Estadual de Direitos Humanos	3. Apoio Técnico
4. Movimentos Sociais	4. Apoio Técnico.
5. Ministério Público.	5. Apoio Técnico
6. Secretaria dos Esportes	6. Apoio Técnico
7. CREA	7. Adequação do Mobiliário Urbano
8. Secretaria das Cidades	8. Adequação do Mobiliário Urbano
9. Secretaria de Transportes	9. Adequação do Mobiliário Urbano
10. Prefeituras	10. Adequação do Mobiliário Urbano
11. ONGs	11. Apoio técnico
12. FUNAI	12. Apoio técnico
13. Universidades Públicas de Pernambuco	13. Apoio técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal/Secretaria Especial de Direitos Humanos; Governo Estadual/Secretaria Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos e Governos Municipais.

C. Projeto: Servidores e Servidoras Discutindo Gênero, Raça/Cor e Direitos Humanos.

Este projeto destina-se à capacitação continuada das profissionais das diversas áreas do aparelho do Estado, buscando habilitá-los acerca dos direitos humanos e de questões ligadas mais diretamente ao preconceito racial e à violência contra mulher. O projeto justifica-se pela necessidade de debater e explorar estes temas junto aos atores que atendem e prestam serviços a toda a sociedade civil, fundamentais na difusão de uma cultura voltada para o combate ao preconceito racial à violência contra a mulher e a promoção do respeito aos direitos humanos.

Objetivos: Realizar capacitações para os servidores públicos e campanhas sobre direitos humanos, preconceito racial e questões ligadas à violência contra a mulher.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor (es): Secretaria Especial da Mulher, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização dos profissionais do aparelho do Estado para questões referentes aos direitos humanos, ao preconceito racial e à violência contra a mulher; • Aumento da eficiência dos profissionais do aparelho do Estado para lidar com o preconceito racial, a violência contra a mulher e contra a violação dos direitos humanos; • Redução do número de casos de violência contra mulher. 	
Tempo para implementação: 01 ano	Tempo de vigência: Permanente
Possíveis Parceiros:	Atividade Principal:
1. Secretarias Municipais	1. Articulação e mobilização
2. ONG'S	2. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal/Secretaria Especial de Políticas da Mulher/Governo Federal, Governo Estadual, Governos Municipais e Organismos Internacionais.	

D. Projeto: Campanhas Educativas Relativas ao Uso Nocivo e Dependência em Drogas Lícitas e ilícitas.

Projeto que busca informar a população sobre a complexidade da questão do uso nocivo e da dependência em drogas lícitas e ilícitas, bem como fornecer orientação sobre cuidados necessários aos seus usuários.

Objetivos: Realizar campanhas educativas relativas ao uso nocivo e dependência de drogas lícitas e ilícitas	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria Estadual de Saúde	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva dos vários atores sociais no debate sobre o tema. • Co-responsabilização do Estado e da Sociedade no enfrentamento da situação. • Diminuição dos índices de mortes causadas pela ingestão de álcool e outras drogas. • Realização de campanhas educativas que incluam a promoção do debate público sobre o tema. 	
Tempo para implementação: 03 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Apoio Técnico
2. Organizações dos Agentes Comunitários de Saúde	2. Apoio Técnico
3. Conselhos Municipais de Saúde	3. Apoio Técnico
4. Organizações comunitárias	4. Apoio Técnico
5. Ministério da Saúde	5. Apoio Técnico
6. Secretaria de Esporte	6. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: OPAS, Ministério da Saúde e Governo do Estadual.	

E. Projeto: Concurso Estadual de Pesquisas Aplicadas

Este projeto cria uma linha de financiamento destinada a apoiar e incentivar a produção de conhecimento através de pesquisas aplicadas, contemplando centros de pesquisas, universidades, escolas públicas e estaduais que tratem sobre questões relacionadas à segurança pública e criminalidade nos termos do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas realizado pelo Ministério da Justiça.

Objetivos: Fomentar a produção de conhecimento direcionada para a concretização de políticas públicas de segurança	
Órgão(s) governamental (is) Gestor (es): Secretaria de Ciência e Tecnologia	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Aumento da produção de conhecimento aplicado sobre a temática de Segurança Pública.• Elaboração de diagnósticos no intuito de subsidiar políticas públicas.	
Tempo para implementação: Um ano	Tempo de vigência: Dois anos
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Secretaria Estadual de Segurança Pública	1. Apoio técnico.
2. Secretaria de Ressocialização	2. Apoio técnico.
3. Secretaria da Mulher	3. Apoio técnico.
4. Secretaria da Juventude e Emprego	4. Apoio técnico.
5. Secretaria de Desenvolvimento Social	5. Apoio Técnico.
6. Secretaria Direitos Humanos	6. Apoio Técnico.
7. Conselho Nacional de Juventude	7. Apoio Técnico.
8. ONGs	8. Apoio Técnico.
9. Escolas Públicas	9. Apoio Técnico.
10. CNPq	10. Apoio Técnico.

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual.

F. Projeto: Juventude, Polícia e Direitos Humanos.

O projeto procura desenvolver ações que promovam uma mudança na relação dos agentes de segurança com a juventude e vice-versa.

Objetivos: Desenvolver ações que promovam a mudança na imagem da juventude para os agentes de segurança e vice-versa.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
Formação de 60 grupos culturais atendendo diretamente 1800 jovens e policiais. Realização de 36 palestras e debates, envolvendo aproximadamente 3600 pessoas. Realização de 6 Festivais Culturais, atendendo aproximadamente 18000 pessoas. Construção de um mapa das experiências exitosas nesta área.	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanentes
Parcelas:	Atividade Principal:
1. ONG's	1. Apoio Técnico / Promoção de Palestras
2. SDSDH (SEJUDH)	2. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual; Ministério dos Esportes; Ministério da Educação - FNDE – Fundo Nacional de Educação; Organismo da Cooperação Internacional.

5.1.2 Subprograma: Prevenção da Violência nas escolas e nas comunidades

A. Projeto: Implantação das Temáticas de Gênero, Direitos Humanos e Etnia/Raça no Currículo Escolar de todos os Colégios de Pernambuco.

Destinado a ampliar os conhecimentos da população acerca das questões de gênero, direitos humanos e etnia/raça, integrando-os ao currículo escolar em todos os níveis de ensino.

Objetivos: Implantar as temáticas de gênero, direitos humanos e etnia/raça no currículo escolar de todos os colégios de Pernambuco.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor (es): Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco	
Principais Resultados Esperados: Assegurar a aplicação da Lei 10.369, que regulamenta a adoção da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos escolares. Inclusão da perspectiva de gênero e direitos humanos no currículo da rede pública e privada de ensino. Realização de capacitação/formação para 40 % do corpo docente nos dois primeiros anos do projeto. Elaboração de materiais educativos sobre as temáticas em foco que orientem as discussões.	
Tempo para implementação: Início do ano letivo 2008	Tempo de vigência: Permanente
Possíveis Parceiros:	Atividade Principal:
1. MEC	1. Apoio Técnico
2. Secretaria Especial da Mulher	2. Apoio Técnico
3. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	3. Apoio Técnico
4. ONGs	4. Apoio Técnico
5. Secretarias Municipais de Ensino	5. Apoio Técnico
6. ATI	6. Apoio Técnico
7. Secretaria de Juventude e Emprego	7. Apoio Técnico
8. SINTEPE	8. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal, Estadual, Municipal e Iniciativa Privada	

B. Projeto: Cultura de Paz nas Escolas

Capacitar toda a comunidade escolar em mediação de conflitos, atuando na prevenção da violência nas escolas.

Objetivos: Diminuir os índices de violência nas escolas através da capacitação dos professores em mediação de conflitos.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Educação	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none"> Criação de um programa de Capacitação de toda a Comunidade Escolar em Mediação de Conflitos utilizando, preferencialmente, tecnologias menos custosas, a exemplo da Formação à Distância via internet. Diminuição dos índices de violência nas escolas. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: 2 anos
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Secretaria de Desenvolvimento Social.	1. Apoio Técnico.
2. Secretaria de Juventude e Emprego.	2. Apoio Técnico.
3. ATI.	3. Apoio Técnico.

4, Secretaria da Criança e do Adolescente	4. Apoio Técnico
5. Conselhos Tutelares	5. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Fundo Nacional de segurança Pública/SENASP/MJ; Secretaria Especial de Direitos Humanos/Presidência da República; Governo Estadual; Unicef; Unesco; Petrobras; CHESF, BNDES, Agências Internacionais.

C. Projeto: Capacitando para Ação.

Esse projeto objetiva tornar os professores aliados no combate à violência contra crianças e adolescentes, através de capacitação que fornecerá subsídios para identificação e encaminhamento às redes de atendimento dos casos de violência.

Objetivos: Possibilitar que os professores sejam capazes de identificar e denunciar casos de violência contra crianças e adolescentes.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Educação de Pernambuco	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um programa de Capacitação de Professores em Violência Contra Crianças e Adolescentes. • Capacitação de profissionais para identificação de casos de violências contra crianças e adolescentes e encaminhamento às redes de atendimento. • Diminuição os casos de violência contra crianças e adolescentes. 	
Tempo para implementação: Segundo semestre de 2007	Tempo de vigência: 24 meses
Parceiros:	Atividade Principal:
1.Secretaria de Desenvolvimento Social	1 Colaborar na articulação, formulação e avaliação do projeto.
2.Secretaria de Juventude e Emprego	2. Colaborar na articulação, formulação e avaliação do projeto.
3. Secretaria da Criança e Adolescente	3. Colaborar na articulação, formulação e avaliação do projeto.
4. Prefeituras	4. Colaborar na articulação, formulação e avaliação do projeto.
5. CREA	5. Colaborar na articulação, formulação e avaliação do projeto.

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Fundo Nacional de segurança Pública/SENASP/MJ; Secretaria Especial de Direitos Humanos/Presidência da República; Governo Estadual; Unicef; Unesco; Petrobras; CHESF, BNDES, Agências Internacionais.

D. Projeto: Segundo Tempo

Este projeto tem por objetivo promover a jornada escolar integral, mantendo crianças, adolescentes e jovens no segundo turno da escola, praticando atividades esportivas.

Objetivos: Promover a jornada escolar integral com segundo turno em atividade esportiva orientada.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Esportes e Secretaria de Juventude e Emprego	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento direto de 20.000 crianças, adolescentes e jovens com ocupação educacional integral, através da prática de atividades esportivas de forma orientada. • Fortalecimento dos fatores de proteção e resiliência destes jovens diante de fatores de vulnerabilidade social, especialmente aqueles relacionados à produção do crime e da violência. • Criação de centro de referência esportivo para novos talentos. 	
Tempo para implementação: 03 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:

1. Prefeituras	1. Apoio Técnico (cessão do espaço físico e recursos humanos).
2. ONG's	2. Apoio Técnico.
3. Ministério dos esportes	3. Apoio Técnico.
4. Secretaria de educação	4. Apoio Técnico.
5. Federação Pernambucana de Futebol	5. Apoio Técnico.
6. Clubes Esportivos	6. Apoio Técnico.
7. Empresas	7. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo do Estado, Governo Municipal, Ministério dos Esportes.

E. Projeto: Jovens em situação de risco

Este projeto busca combater a evasão escolar, estimulando a formação de jovens através de oficinas pedagógicas e profissionalizantes aliadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Objetivos: Combater a evasão escolar.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Educação	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Reincorporação escolar de 1500 jovens entre 15 e 19 anos que concluíram a oitava série e abandonaram os estudos. • Formação de 1500 jovens em educação de jovens e adultos (EJA). • Formação de jovens através de oficinas pedagógicas e profissionalizantes. • Diminuição da participação juvenil em atividades violentas e criminosas. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: 2 anos
Parceiros:	
1. Secretaria da Juventude e Emprego	
2. Prefeituras	
3. Secretaria de Desenvolvimento Social	
4. Secretaria de Educação	

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual e Banco Mundial.

5.1.3 Subprograma: Inclusão Produtiva

A. Projeto: Jovem Trabalhador(a)

O projeto visa promover e ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda para jovens, atendendo prioritariamente à juventude negra.

Objetivos: Promover e ampliar oportunidades de trabalho e geração de renda para jovens, prioritariamente à juventude negra.
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Juventude e Emprego e Secretaria de Esportes.
Principais Resultados Esperados:
<ul style="list-style-type: none"> • Elevação do número de jovens trabalhadores no Estado. • Diminuição do índice de violência juvenil nas áreas atendidas pelo projeto. • Jovem gerando renda, considerando o seu perfil e sua vocação. • Criação de linha de crédito para juventude • Realização de capacitação integrada dos jovens ao sistema público de emprego • Fortalecimento do programa Primeiro Emprego

<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de centros vocacionais tecnológicos • Implantação de um sistema de monitoramento para o acompanhamento das famílias dos jovens. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ONGs	1. Apoio Técnico
2. Universidades Públicas do Estado	2. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Plano Plurianual; Fundos Federais: FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); PLANTEQ (Plano Nacional de Qualificação); FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública); FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social), Estatais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal.

B. Projeto: Centro da Juventude

Este projeto tem por objetivo a construção de centros de proteção ao jovem com o intuito de estimular o protagonismo juvenil e a sua reinserção no mundo escolar.

Objetivos: Construir centros de proteção da juventude para trabalhar com protagonismo, cidadania e a sua reinserção no mundo escolar.	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Juventude e Emprego e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de jovens como agentes da juventude; • Instalação de centros de proteção da juventude, inclusive sua regionalização; • Reinserção de jovens no mundo escolar e no mercado do trabalho; • Jovens trabalhando em unidades produtivas, emprego social e economia solidária; • Identificação e integração dos programas e projetos para juventude. • Integração dos Programas e projetos para juventude • Diminuição da Participação Juvenil em atividades criminosas e violentas. 	
Tempo para implementação: 2007	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Principal Atividade:
1. Secretaria de Educação	1. Co-executora do projeto
2. Organizações sociais da Juventude	2. Acompanhamento / Apoio Técnico
3. ONGs	3. Acompanhamento / Apoio Técnico
4. Prefeituras	4. Apoio Técnico
5. Sistema "S"	5. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério de Desenvolvimento Social; Ministério da Ciência e Tecnologia; Governo Estadual; recursos financeiros de organismo internacionais; recursos financeiros da iniciativa privada.

C. Projeto: Juventude em Movimento

Este projeto tem como objetivo garantir ao jovem o direito ao acesso à educação, trabalho, emprego e renda.

Objetivos: Garantir o direito ao acesso à educação, trabalho e renda.
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Juventude e Emprego, Secretaria de Esportes
Principais Resultados Esperados:
<ul style="list-style-type: none"> • Formação baseada nos eixos pedagógicos de segurança pública e direitos humanos para 2.250 grupos juvenis nas áreas de Produção cultural (teatro, dança, música, circo, artes visuais), Esporte/Lazer e Ciência/Tecnologia a fim de atender 360 escolas de ensino médio e 15 FUNDAC'.

Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas do Estado	1. Apoio Técnico
2. ONGs	2. Apoio Técnico
3. Empresas privadas	3. Estágio
4. Sistema S	4. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Plano Plurianual; - Fundos Federais: FNDE (Fundo Nacional de Educação); FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública); FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social) - Programas Federais: Ministério dos Esportes – Esporte e Lazer na Cidade; Segundo Tempo; - BNDES – Fundo Social; - Estatais: Banco do Brasil, Petrobrás e Governo Estadual.

D. Projeto: Mulheres Trabalhadoras

O projeto visa promover formação, oportunidades de trabalho e geração de renda para mulheres vítimas – e em situação - de violência com vistas a perspectiva da inclusão produtiva com atenção as questões de raça/cor.

Objetivos: Promover formação, oportunidades de trabalho e geração de renda para mulheres vítimas de violência.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria Especial da Mulher / Secretaria de Juventude e Emprego / Secretaria de Esportes	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho, com atenção as questões de raça/cor; • Mulheres em situação de violência gerando renda, considerando o seu perfil e sua vocação. • Criação de linha de crédito para mulheres • Realização de formação profissionalizante; • Implantação de um sistema de monitoramento para o acompanhamento das mulheres e suas famílias. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ONGs	1. Apoio Técnico
2. Universidades Públicas do Estado	2. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Plano Plurianual; Fundos Federais: FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); PLANTEQ (Plano Nacional de Qualificação); FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública); FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social), Estatais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal.

5.1.4 Subprograma: Mediação de conflitos na comunidade

A. Projeto: A Cultura de Paz em Ação na Comunidade

Este projeto tem por finalidade promover a cultura de paz nas comunidades através da capacitação de mediadores comunitários em resolução pacífica de conflitos.

Objetivos: Capacitar mediadores comunitários em mediação pacífica de conflitos.
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Desenvolvimento Social.
Principais Resultados Esperados:
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mediadores comunitários em resolução pacífica de conflito. • Monitoramento e acompanhamento das mediações realizadas.

Tempo para implementação: 1 ano	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Apoio Técnico
2. Sociedade Civil	2. Acompanhamento e apoio

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal/ Secretaria Especial de Direitos Humanos; Fundo Nacional de Segurança Pública/SENASP/Ministério da Justiça e Governo Estadual.

5.1.5 Subprograma: Prevenção da Violência nos Estádios

A. Projeto: Torcendo pela Paz

O projeto pretende combater a violência envolvendo integrantes das torcidas organizadas dos times de futebol do estado, através da formação de uma câmara de discussão com a participação dos atores envolvidos.

Objetivos: Combater a violência envolvendo integrantes das torcidas organizadas dos times de futebol do estado	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Esportes e Secretaria de Juventude e Emprego	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Formação da Câmara de Prevenção da Violência nos estádios • Elaboração, pela Câmara de Prevenção da Violência nos estádios, de um Plano de Segurança nos Estádios para acompanhamento permanente dos eventos esportivos que promova as seguintes ações: • A) Padronização de normas e procedimentos de intervenção policial • B) Cadastro de torcedores • C) Cadastramento e acompanhamento dos participantes de torcidas organizadas • D) Adequação dos estádios segundo as normas indicadas pelo estatuto do torcedor (Lei nº 10.671) • E) Diminuição do número de ocorrências de violência nos estádios. • F) Diminuição do número de ocorrências de violência entre/com jovens participantes de torcida organizada. • G) Diminuição do número de ocorrência de violência juvenil. • H) Melhoria da relação entre a polícia e as torcidas. • I) Melhoria da relação entre a polícia e os jovens. 	
Tempo para implementação: 3 meses	Tempo de vigência: Permanentes
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Clubes de Futebol Profissional de Pernambuco	1. Participação nas câmaras e efetivação do Plano de Segurança nos Estádios.
2. Polícia Militar (Choque)	2. Participação nas câmaras e efetivação do Plano de Segurança nos Estádios.
3. Torcidas organizadas	3. Participação nas câmaras e efetivação do Plano de Segurança nos Estádios.
4. Ministério Público	4. Participação nas câmaras e efetivação do Plano de Segurança nos Estádios.
5. TJ-PE / Coordenadoria da Infância e Juventude	5. Participação nas câmaras e efetivação do Plano de Segurança nos Estádios.
6. Federação de Futebol de Pernambuco	6. Participação nas câmaras e efetivação do Plano de Segurança nos Estádios.

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério dos Esportes; recursos financeiros do Fundo Nacional de Segurança Pública; Governo Estadual; recursos financeiros da Federação pernambucana de futebol; recursos financeiros dos clubes esportivos

5.1.6 Subprograma: Arte, Cultura e Esporte pela promoção da Vida Segura.

A. Projeto: Esporte pela vida

Este projeto destina-se a garantir o direito ao esporte e lazer às crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade, por meio da promoção de atividades esportivas e de lazer.

Objetivos: Garantir o direito ao esporte e lazer às crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Esportes	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Atendimento direto de 200 crianças e jovens no projeto piloto;• Atendimento direto de 20.000 crianças e jovens em quatro anos;• Diminuição do índice de violência nos locais onde o projeto atende;• Presença contínua do Estado na comunidade.	
Tempo para implementação: 3 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. ONGs.	1. Apoio Técnico.
2. Ministério dos esportes.	2. Apoio Técnico.

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual e Ministério dos Esportes.

5.1.7 Subprograma: Tratamento para usuários de drogas lícitas e ilícitas

A. Projeto: Fortalecimento da rede de proteção social para usuários de drogas (incluindo presos), seus dependentes e familiares.

Este projeto visa fortalecer a rede de proteção social para usuários de drogas (incluindo presos), seus dependentes e familiares por meio da criação de um programa alternativo que atenda às necessidades derivadas da dependência.

Objetivos: Fortalecer a rede de proteção social para usuários de drogas, seus dependentes e familiares	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Saúde	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Atendimento direto de usuários e dependentes de drogas lícitas e ilícitas e suas famílias;• Criação de uma rede de escuta e apoio aos usuários e dependentes de drogas lícitas e ilícitas e suas famílias.• Expansão do Programa de Saúde da Família ao serviço de atendimento aos dependentes de álcool e outras drogas.	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Municípios	1. Apoio Técnico
2. Secretaria de Defesa Social	2. Apoio Técnico
3. Secretaria de Desenvolvimento Social	3. Apoio Técnico
4. Universidades Públicas De Pernambuco	4. Convênio com o Programa Saúde da Família

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério da Saúde; Secretaria Nacional Anti-drogas; recursos financeiros do Fundo Nacional de Segurança Pública; Governo Estadual; recursos financeiros de órgãos internacionais.

B. Projeto: Prevenção e enfrentamento das drogas entre crianças e adolescentes

Este projeto tem como objetivo prevenir e enfrentar o problema das drogas entre crianças e adolescentes, principalmente com relação às bebidas alcoólicas e a cola de sapateiro, tratando tanto dos eventuais consumidores quanto eliminando os vetores que dão acesso a esses produtos.

Objetivos: Prevenir e enfrentar o problema das drogas entre crianças e adolescentes.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Juventude e Emprego	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do acesso de adolescentes e o impedimento do acesso de menores às bebidas alcoólicas. • Criação de mecanismos que possibilitem o controle do acesso à cola de sapateiro por crianças e adolescentes. • Capacitação de Profissionais para lidar com crianças e adolescentes em relação ao uso de drogas. • Criação de projetos escolares / educacionais que promovam a discussão sobre drogas e violência entre adolescentes, familiares e professores / educadores. • Criação de locais adequados e especializados para tratamento de adolescentes que já apresentem dependência de substâncias psicoativas. • Criação de locais adequados para proteger adolescentes ameaçados de morte (inclusive os envolvidos com o tráfico); • Crianças e adolescentes engajadas em projetos educacionais, de cultura, lazer e esportes – evitando que as drogas ocupem esses espaços. • Elaboração e Implementação de programas educacionais e profissionais atrativos para adolescentes em situação de risco social. • Elaboração e implementação de geração de trabalho e renda para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Donos de postos de gasolina; promotores de eventos e shows; donos de bares e supermercados; mídia; polícia especializada	1. Inibição da venda de bebidas alcoólicas: a) proibição de venda em lojas de conveniência; b) fiscalização em eventos e shows (inclusive no cumprimento de horários); fiscalização em supermercados e bares.
2. Donos de estabelecimentos comerciais que trabalham com a venda de cola de sapateiro; Polícia especializada.	2. Inibição da venda de cola de sapateiro
3. Secretarias de Educação e de Saúde (Estadual e Municipal); Ministério da Saúde	3. Criação de abrigos para tratamento de crianças e adolescentes dependentes de drogas
4. Secretaria de Desenvolvimento social	4. Implementação do Programa de Proteção às C e A ameaçadas de morte
5. Secretaria de Desenvolvimento Social; Secretaria de Segurança; Secretaria de Educação / Secretaria. de Saúde; ONGs.	5. Programas de Capacitação para policiais, professores, conselheiros, técnicos e outros profissionais que lidem diretamente com a população C e A.
6. Secretaria de Desenvolvimento Social; Agência do Trabalho; Secretaria de Educação / Secretaria de Saúde; setor empresarial; ONG	6. Formação Educacional e Profissional para adolescentes e jovens em situação de risco social

	(EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA)
7. Secretaria de Educação	7. Criação de espaços / grupos de discussão nas escolas e programas sociais sobre os temas drogas e violências.
8. Secretaria de Educação; Secretaria. De Cultura; Escolas; ONG's; Universidades; Unicef	8. Promoção de programas culturais e esportivos para C e A em situação de risco social.

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério da Saúde; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça/SENASP e Governo Estadual.

C. Projeto: Criação de unidades de desintoxicação em hospitais gerais de PE

Este projeto tem por finalidade a diminuição de óbitos por falta de assistência específica ou hospitalização desnecessária em hospitais psiquiátricos para usuários de drogas lícitas e ilícitas.

Objetivos: Criar unidades de desintoxicação em hospitais gerais de Pernambuco e unidades de assistência a usuários de drogas dentro do Sistema Único de Saúde (assistência ambulatorial e hospitalar, de urgência e emergência).	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria Estadual de Saúde	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do número de óbitos por falta de assistência; • Assistência especializada; • Diminuição do número de internações psiquiátricas desnecessárias; • Criação dos serviços de referência e de uma rede de cuidado integral na atenção ao usuário de álcool e outras drogas, prevenindo a participação de usuários em processos de produção da violência e do crime. 	
Tempo para implementação: 1 ano	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Apoio Técnico
2. Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP)	2. Apoio Técnico
3. Ministério da Saúde.	3. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Secretaria Estadual da Saúde Ministério da Saúde.

D. Projeto: Educação em saúde aos usuários de drogas lícitas e ilícitas

Este projeto tem por objetivo qualificar o Sistema de Saúde Público visando uma maior atenção aos usuários de drogas lícitas e ilícitas.

Objetivos: Qualificar em todos os níveis do Sistema de Saúde Pública a atenção aos usuários de drogas lícitas e ilícitas.
Órgão Governamental Gestor: Secretaria Estadual de Saúde
Principais Resultados Esperados:
<ul style="list-style-type: none"> • Formação de uma rede de cuidados integrais aos usuários de drogas lícitas e ilícitas. • Implantação de uma política de redução de danos no uso de drogas lícitas e ilícitas (atenção aos profissionais dependentes ou com uso problemático de drogas lícitas e ilícitas) que atue prevenindo a violência praticada por usuários e contra usuários de drogas lícitas e ilícitas. • Garantia de um processo de formação educacional contínua aos usuários.

Tempo para implementação: 3 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Apoio Técnico
2. Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP)	2. Apoio Técnico
3. ONGs.	4. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Secretaria Estadual da Saúde, Ministério da Saúde e Governo Estadual.

E. Projeto: Rede de atenção integral aos usuários de drogas lícitas e ilícitas

Este projeto tem como objetivo a formação de uma rede de atenção integral aos usuários drogas lícitas e ilícitas, com assistência especializada, integração de ações e incentivo a implementação de CAPS nos municípios.

Objetivos: Formar uma Rede de atenção integral aos usuários de drogas lícitas e ilícitas.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria Estadual de Saúde	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Adequação da assistência aos usuários de drogas lícitas e ilícitas, prevenindo a ocorrência de atividades violentas e criminosas, tanto pelo usuário, quanto contra o usuário de drogas lícitas e ilícitas. • Formação de rede de cuidado. 	
Tempo para implementação: 1 ano	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Universidades Públicas de Pernambuco	1. Apoio Técnico
2. CAPS da Secretaria Municipal de Saúde do Recife	2. Apoio Técnico
3. Conselhos Estadual e Municipais de Saúde	2. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco; Ministério da Saúde.

5.2 PROGRAMA: PREVENÇÃO E GESTÃO

Este programa busca maior efetividade das práticas das agências de Justiça Criminal e outras agências governamentais da esfera da Defesa Social, procurando articular ações entre as Polícias, Poder Judiciário, Ministério Público, Sociedade Civil Organizada e as diversas secretarias do Governo do Estado. Dessa forma, os projetos contidos nesse programa procuram garantir os princípios de gestão e transversalidade do PESP-PE 2007.

5.2.1 Subprograma: Desarmamento/prevenção do extravio de armas

A. Projeto: Tecnologia para o Desarmamento e contra a Violência

Tem por objetivo a utilização de tecnologias de dissuasão em diversos âmbitos do Estado, trabalhando para a redução da criminalidade através da introdução de novas perspectivas de Segurança Pública, especialmente no que diz respeito ao controle de armas.

Objetivos: Introduzir a cultura e a utilização de tecnologias que tornem o uso de armas de fogo desnecessárias/inúteis e, sobretudo, adotar medidas para assegurar que segmentos vulneráveis ao extravio de armas (como vítimas de assalto e empresas de segurança privada, segundo dados da CPI do Tráfico de Armas) adotem tecnologias que tornem desnecessário/inútil o uso de armas de fogo.	
Órgão Governamental Gestor: Gabinete do Governador	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação nos veículos do Estado de tecnologias que os tornem elementos ativos de segurança, por exemplo: os ônibus podem ser fornecedores de imagens ao vivo do seu interior e exterior para a EMTU e SDS (projeto que pode ser estendido aos carros de polícia, táxis, kombis etc). • Implementação, no prazo de três anos, de tecnologias de dissuasão nos serviços de segurança privada (em particular transporte de valores) que tornem o uso de armas de fogo desnecessário/inútil para a proteção de valores. • Introdução da prática de monitoramento de dissuasão em detrimento do monitoramento meramente de controle. • Diminuição, via tecnologia de dissuasão, da receita das atividades criminosas. 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Bancos e empresas de segurança privada	1. Priorizar o uso de tecnologias de dissuasão
2. Universidades Públicas de Pernambuco	2. Propor alternativas de dissuasão para cada aspecto da segurança
3. Ministério de Ciência e Tecnologia	3. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: SENASP e Governo Estadual.	

B. Projeto: Tecnologia para o controle da munição

Esse projeto visa resolver a falta de controle da munição existente no estado, estabelecendo através de tecnologia o controle de seu uso a nível pessoal.

Objetivos: Desenvolver mecanismos de controle e fiscalização de munição em todo o Estado.	
Órgãos Governamentais Gestores: Gabinete do Governador e SDS.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um relatório coordenado pelo Gabinete do Governador sobre as diversas tecnologias existentes para marcação de munição e as possibilidades de desenvolvimento para o mercado local. • Produção de um sistema de controle e rastreamento da munição existente em Pernambuco, juntamente com a base de dados estabelecida no projeto Inteligência pela Vida – Base de Dados. • Incentivos para que os centros de pesquisa do Estado produzam tecnologias de marcação de munição que possam eventualmente ser patenteadas e valorizadas, gerando retornos financeiros para o Estado. • Realização de marcação de munição a nível individual para policiais, empresas de transporte de valores, portadores de armas etc. • Fiscalização do Estado em parceria com o Exército (com alimentação da base de dados sobre munições) das munições existentes no estado. • Redução dos desvios de armas vinculadas a inquéritos e processos, depositadas em delegacias e varas criminais. 	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Exército	1. Apoio Técnico / Fiscalização
2. Polícia Federal	2. Apoio Técnico / Fiscalização
3. Universidades Públicas de Pernambuco	3. Apoio Técnico / Pesquisa
4. Ministério Público Federal	4. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Programas de desarmamento brasileiros e internacionais, Ministério da Justiça e Governo Estadual.

5.2.2 Subprograma: Fortalecimento dos Conselhos Tutelares

A. Projeto: Fortalecimento dos Conselhos Tutelares

Este projeto busca dar maior eficácia ao trabalho dos Conselhos Tutelares, por meio de uma melhor estruturação do ponto de vista profissional e material e da revisão dos critérios de escolha de conselheiros.

Objetivos: Aperfeiçoar o trabalho dos Conselhos Tutelares	
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria de Defesa Social e Secretaria do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento qualificado dos Conselhos Tutelares. • Re-equipamento dos Conselhos Tutelares • Consolidação da utilização do SIPIA I • Capacitação de Conselheiros; • Campanha e revisão dos critérios de escolha de conselheiros. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	
1. Municípios	1. Apoio Técnico
2. Universidades Públicas de Pernambuco	2. Apoio Técnico
3. ONG's	3. Apoio Técnico
4. Ministério Público	4. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Ministério de Desenvolvimento Social; Governo Estadual.

5.2.3 Subprograma: Proteção às Vítimas de Violência

A. Projeto: Centro da Família

Este projeto tem como finalidade garantir proteção social especial às vítimas de violência nos casos de agressões, maus tratos, trabalho infantil, abandono, exploração e abuso sexual e comercial, bem como atender as famílias das vítimas de violência letal.

Objetivos: Garantir proteção social especial às vítimas de violência	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Desenvolvimento Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Abrigo temporário para vítimas de violência e seus familiares nos casos de agressões, maus tratos, trabalho infantil, exploração, abuso sexual e comercial e abandono; • Atendimento psicossocial e encaminhamento à rede sócio-assistencial, rede municipal e conselhos tutelares. • Especialização da FUNDAC na área de medidas sócio-educativas. • Migração da área protetiva para os centros da família, com visão ampliada (não apenas os abandonados na forma da lei, mas também as crianças em vulnerabilidade e risco pessoal-social). 	
Tempo para implementação: 1 ano	Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:	Atividade Principal:
1. Municípios	1. Apoio Técnico
2. Conselhos Tutelares	2. Apoio Técnico
3. Governo Federal	3. Apoio Técnico
4. ONG's	4. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal; Governo Estadual; recursos financeiros de órgãos internacionais.

5.2.4 Subprograma: Jovens em Conflito com a Lei, Sentenciados e Egressos.

A. Projeto: Agilidade de processos dos jovens em conflito com a lei.

Este projeto tem como objetivo dar celeridade ao andamento dos processos de jovens em conflito com a lei por meio da formação de uma comissão de aceleração de processos composta por representantes do poder público e da sociedade civil. Com isso, será possível combater a superlotação das unidades prisionais através da priorização de mecanismos de penas alternativas para delitos leves.

Objetivos: Agilizar o andamento dos processos dos jovens em conflito com a lei.	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Formação de uma comissão composta por representantes do Judiciário, Ministério público, Defensoria, Universidades e da sociedade civil, com o objetivo de dar celeridade aos processos. • Diminuição da superlotação das unidades prisionais do estado. • Aumento do número de jovens com delitos leves em pena alternativa. • Diminuição do índice de reincidência ao crime. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal
Poder Judiciário	Apoio Técnico
Ministério Público	Apoio Técnico
Defensoria	Apoio Técnico
ONG's	Apoio Técnico
Universidades Públicas do Estado	Apoio Técnico
Universidades e Faculdades de Direito de Pernambuco	Estagiários

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal/ Secretaria Especial de Direitos Humanos, Governo do Estado, Ministério Público, Poder Judiciário.

B. Projeto: Ressocialização de presos e egressos

Este projeto tem como objetivo diminuir a reincidência de crimes e ocorrências disciplinares, através do acompanhamento do egresso e do liberado proporcionando a sua ressocialização.

Objetivos: Diminuir a reincidência de crimes e ocorrências disciplinares
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Ressocialização (SERES) e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos/SEJUDH
Principais Resultados Esperados:
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição gradativa da reincidência criminal;

<ul style="list-style-type: none"> • Produção de conhecimento sobre a eficiência do processo de ressocialização; • Aumento da segurança e normalidade no interior do Sistema Penitenciário; • Aumento do espaço destinado às atividades de educação e capacitação; • Estruturação da Chefia de Assistência ao Egresso e Liberado; • Criação de Patronatos e Casa de albergados no Estado; • Realização de estudo sobre a possibilidade de disponibilização de incentivos fiscais às empresas que absorverem mão-de-obra carcerária; • Criação de mecanismos legais para o funcionamento do Comitê Interinstitucional de Prevenção e Controle da Tortura. 	
Tempo para implementação: Imediato	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal
1. Secretaria do Trabalho	1. Apoio Técnico
2. SEDUC	2. Apoio Técnico
3. SEDSDH	3. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: DEPEN, ONG's, Governo do Estado

C. Projeto: Educação e Profissionalização de egressos e detentos

Este projeto tem como objetivo valorizar as atividades educacionais como parte da ressocialização de egressos e detentos.

Objetivos: Priorizar a educação e profissionalização de egressos e detentos	
Órgãos Governamentais Gestores: SERES, SEDUC, SEJUDH	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de políticas públicas para a população carcerária, egressos e familiares (saúde, educação, trabalho, assistência social, etc). • Garantia da indivisibilidade dos Direitos Humanos • Transformar a Educação em eixo central do processo de ressocialização. • 1º Ano - Expandir em 20% as vagas nas salas de aula; 10% as vagas de capacitação e profissionalização e estruturar a Chefia de Assistência ao Egresso e Liberado / Patronatos para acompanhar o processo de reintegração a sociedade. • 2º Ano - Expandir em 20% os convênios para a utilização da mão de obra carcerária • 3º Ano - Expandir em 30% as vagas nas salas de aula; 20% as vagas de capacitação e profissionalização. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. SEDSDH	1. Apoio Técnico
2. SEDUC	2. Apoio Técnico
3. Secretarias Municipais de Educação	3. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual / Parcerias Público/Privado

D. Projeto: Pintando a liberdade

Este projeto visa capacitar jovens e sentenciados cumprindo medidas sócio-educativas privativas de liberdade, proporcionando-lhes uma alternativa profissional futura.

Objetivos: Capacitar jovens e sentenciados cumprindo medida sócio-educativa e pena privativa de liberdade nas áreas esportiva e cultural;
Órgãos Governamentais Gestores: Secretaria Executiva de Esportes e Secretaria Executiva de Ressocialização, FUNDARPE
Principais Resultados Esperados:
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de jovens e sentenciados para fabricação de material esportivo e uniforme de times esportivos, cultura (cenotecnia, iluminação de espetáculos, operação de equipamentos áudio-visuais, confecção de

figurino);	
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento na empregabilidade e renda de jovens em situação de vulnerabilidade e de pessoas sentenciadas em cumprimento de pena privativa de liberdade; • Fortalecimento dos fatores de proteção e resiliência destes jovens e das pessoas sentenciadas diante de fatores de vulnerabilidade social. 	
Tempo para implementação: 1 ano	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Secretaria de Juventude	1. Apoio Técnico
2. Unidades prisionais	2. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério dos Esportes; recursos financeiros do Fundo Nacional Penitenciário; Governo Estadual; outros recursos financeiros federais.	

E. Projeto: Programa de atendimento a família de preso(a)

Programa de atendimento humanizado ao familiar de preso voltado para orientação, acompanhamento e inserção em programas de bolsa família e em outros de promoção sócio-educativas, de saúde e cidadania existentes a nível federal, estadual e municipal, na perspectiva de erradicar a exclusão intra-muros e proporcionar inclusão social do familiar, prioritariamente os que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, com vistas a redução da violência e a reintegração do preso a sociedade.

Objetivos: Humanizar o tratamento a família do preso no espaço prisional e prover as famílias carentes, condições necessárias para sua inclusão social.	
Órgãos Governamentais Gestores: SERES/ SEDSDH	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos de detecção de metais nos estabelecimentos prisionais para atender melhor as exigências de segurança, respeitando os princípios da dignidade humana. • Orientação e encaminhamentos para outros órgãos e programas sociais, econômicos, educacionais e culturais que promovam o desenvolvimento humano e cidadania. • Fornecimento de informações à família sobre a ocorrência de transferência, doença grave, internamento e morte do preso(a) • Elaboração de cartilha contendo informações básicas sobre os procedimentos para visitação. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: 2010
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1. Apoio Técnico
2. Secretarias Municipais de Assistência Social	2. Apoio Técnico
3. Pastorais e ONG'S	

5.2.5 Subprograma: Enfrentamento do abuso, da exploração e da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A. Projeto: Revisão do Plano Estadual de enfrentamento do abuso, da exploração e da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Este projeto possui o objetivo de revisar o Plano Estadual de enfrentamento do abuso, da exploração e da violência sexual contra crianças e adolescentes,

contribuindo com propostas e ações regionalizadas pactuadas entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Objetivos: Revisar o Plano Estadual de enfrentamento do abuso, da exploração e da violência sexual contra crianças e adolescentes.	
Órgão governamental Gestor: Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos	
Principais Resultados Esperados: Contribuição com propostas para a agenda pública de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes Plano Estadual revisado e publicado Ações regionalizadas de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes pactuadas entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	
Prazo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. CEDCA-PE	1. Articulação com os Conselhos Municipais do Estado / Apoio Técnico
2. Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	2. Apoio Técnico
3. Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos	3. Apoio Técnico
4. ONG's	4. Apoio Técnico
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: CEDCA-PE, Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos, Governo Federal, Ministério da Justiça, SEDH e Órgãos internacionais, Governo Estadual.	

5.3 PROGRAMA: PREVENÇÃO SITUACIONAL

Esse programa busca reduzir a incidência de condições ambientais que possibilitem ou que facilitem a efetivação do crime. Trata-se de atuar sobre a organização do espaço urbano a fim de eliminar ambiências favoráveis ao crime.

5.3.1 Subprograma: Planejamento de espaços seguros

A. Projeto: Plano estadual de Iluminação Pública

Este projeto objetiva a formulação e implementação de um Plano Estadual de Iluminação pública, o qual pretende iluminar de forma permanente e adequada os espaços urbanos, prioritariamente as áreas críticas em violência e criminalidade, locais de convivência comunitária, em torno das escolas, paradas de ônibus, entre outros.

Objetivos: Elaborar e implementar um Plano Estadual de Iluminação Pública	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Cidades, Planejamento e Gestão.	
Principais Resultados Esperados: <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e implementação do Plano Estadual de Iluminação Pública; • Mapeamento das áreas com iluminação pública deficiente relacionando esses dados aos índices de criminalidade a fim de estabelecer prioridades. • Iluminação adequada dos Espaços urbanos favorecendo as condições de policiamento e oferecendo fator inibitório para a prática de atos de violência; • Aumento da sensação de segurança na população; • Eficiência e eficácia na manutenção da iluminação pública e os canais de comunicação de atendimento a população. (Disque denúncia da Iluminação Pública). 	
Tempo para implementação: 1 ano	Tempo de vigência: Permanente

Parceiros:	Atividade Principal:
1. Governo Federal	1. Financiamento
2. Governo Estadual / Municipal	2. Execução e Financiamento
3. Concessionárias de Energia Elétrica.	3. Execução e Manutenção
4. Comunidade residentes nas áreas prioritizadas.	4. Controle Social.

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal; Agências multilaterais internacionais.

B. Projeto: Integração de espaços urbanos isolados

Este projeto destina-se a integrar as comunidades isoladas ao contexto da cidade, como forma de prevenção da violência. Isto se dará através de intervenções no sistema viário que possibilitem o acesso e a permeabilidade a espaços em condições de isolamento urbano, favorecendo as condições de acesso a serviços públicos (coleta de lixo, ambulâncias, bombeiros, etc.), assim como a realização de ações de segurança pública.

Objetivos: Integrar os espaços urbanos isolados.	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Cidades, Planejamento e Gestão.	
Principais Resultados Esperados:	
Acesso aos serviços urbanos e de assistência ao cidadão.	
Acesso ao direito de circulação.	
Viabilidade para a realização de ações de prevenção e repressão qualificada da violência.	
Elaboração de projetos urbanísticos com foco na prevenção da violência e em consonância com os dados da SDS.	
Elaboração do diagnóstico em até 06 meses.	
Projeto de intervenção em 12 meses.	
Realização de obras e serviço em até 12 meses.	
Tempo para implementação: 18 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Judiciário	1. Execução (desapropriações e regularização fundiária)
2. Governo Estadual/Municipal (Procuradoria Estadual-Municipal, órgãos de planejamento)	2. Execução e Financiamento
3. Governo Federal	3. Financiamento
4. Parcerias Público/Privado	4. Financiamento
5. Comunidade	5. Controle Social

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal. Empresas Privadas. Linhas multilaterais internacionais de financiamento.

C. Projeto: Plano Estadual de Regularização Fundiária

Projeto que aponta para a elaboração e implantação de um Plano Estadual de Regularização Fundiária, visando diagnosticar os imóveis subutilizados ou ociosos e direcioná-los a populações de baixa renda (famílias com rendimento mensal de até três salários mínimos). Trata-se de reduzir os níveis de criminalidade através de uma melhor distribuição e utilização do espaço urbano. Nesse contexto, a utilização dos espaços urbanos ociosos/não utilizados/abandonados deverá destinar-se, prioritariamente, à construção de unidades habitacionais, à criação de espaços de lazer e convivência, a fim de garantir uma maior interação do indivíduo com o espaço público. Dessa forma, o objetivo desse projeto é reduzir e evitar conflitos relativos à posse de imóveis e a

existência de espaços de disseminação e facilitação do crime, através de uma melhor distribuição do espaço urbano.

Objetivos: Elaborar e implementar o Plano estadual de regularização fundiária.	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Cidades, Planejamento e Gestão.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico da situação fundiária no Estado de PE; • Estabelecer uma política de habitação de interesse social, levando em consideração o recorte de raça/cor e de gênero, como meio de minimizar a violência urbana; • Reduzir os níveis de criminalidade através de uma melhor distribuição e utilização do espaço urbano; • Reduzir/Eliminar espaços de disseminação e facilitação ao crime; • Reduzir/Evitar conflitos relativos à posse de imóveis; • Titulação da posse em nome das mulheres; • Fortalecimento da Defensoria Pública; • Controle e uso adequado do solo. 	
Tempo para implementação: 01 ano	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Poder Judiciário	1. Execução
2. Governo Estadual / Municipal	2. Execução e Financiamento
3. Governo Federal	3. Financiamento
4. Parcerias Público / Privado	4. Financiamento
5. ONG's	5. Execução e controle social
6. Comunidade	6. Controle Social

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal. Empresas Privadas

D. Projeto: Segurança e Adequação do Mobiliário Urbano

Este projeto visa garantir a segurança em paradas de ônibus e terminais de transporte coletivo através de ações adequação do mobiliário urbano que facilitem o deslocamento de pedestres e a atuação policial, tais como a desobstrução de calçadas, realocação de paradas de ônibus, etc.

Objetivos: Garantir a segurança através da adequação do mobiliário urbano.	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Cidades, Planejamento e Gestão.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência no controle urbano. • Adequação de paradas em situações sem risco / diminuição da possibilidade de perpetuação de crimes. • Realocação do mobiliário urbano nas calçadas. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Poder Judiciário	1. Execução
2. Prefeituras	2. Execução e Financiamento
3. Governo Federal	3. Financiamento
4. Comunidade	5. Controle Social
5. ONG's	6. Controle Social e Execução.

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal. Empresas Privadas.

E. Projeto: Segurança no Transporte Coletivo

Trata-se aqui de estabelecer e orientar ações de prevenção à criminalidade ocorrida especificamente nos transportes coletivos. Nesse contexto, este projeto se propõe a aumentar a segurança nos ônibus, metrô, etc, através do diagnóstico da situação dos crimes ocorridos no âmbito do transporte coletivo, bem como intensificação da atuação policial nesses ambientes, através de blitz, etc, além da utilização de auxílio tecnológico em instrumentos de notificação, localização e pronta-resposta.

Objetivos: Estabelecer ações de prevenção à criminalidade ocorrida em transportes coletivos.	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Secretaria de Cidades, Planejamento e Gestão.	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico da situação dos crimes contra a vida no âmbito do transporte, incluindo locais de maior incidência, classificação dos crimes cometidos e estimação do tempo de pronta-resposta; • Adequação de paradas a situações sem risco / diminuição da possibilidade de perpetuação de crimes; • Aumento da Segurança Pública nos terminais de ônibus nas áreas de maior incidência da criminalidade; • Diminuição dos crimes ocorridos no contexto do transporte público. 	
Tempo para implementação: 06 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Ministério das Cidades	1. Apoio Técnico
2. Judiciário	2. Apoio Técnico
3. Prefeituras	3. Apoio Técnico
4. ONG's	4. Apoio Técnico
5. ATI	5. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Federal e Empresas Privadas

F. Projeto: Criação e Manutenção dos Equipamentos Públicos de Lazer, Cultura e Esportes.

Esse projeto visa garantir espaços de socialização que apontem para uma maior interação do indivíduo com o espaço público, gerando assim uma relação de responsabilidade, pertencimento e integração com o mesmo.

Objetivos: Garantir espaços de socialização que apontem para uma maior interação do indivíduo com o espaço público	
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): Municípios/Estado (Secretaria de Cultura, Secretaria de Esporte, Secretaria das Cidades, Secretaria de Planejamento e Gestão).	
Prazo previsto para implantação: 06 meses	Período de vigência: Permanente
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de espaços de convivência, prioritariamente em áreas críticas em violência e carentes de espaços de socialização. • Destinação dos imóveis ociosos, não utilizados e abandonados para atividades de cultura, lazer e esportes. • Apropriação dos espaços públicos pela população, favorecendo o sentimento de pertencimento local. 	
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Poder Judiciário	1. Execução
2. Governo Estadual/Municipal	2. Execução
3. MJ/ SENASP	3. Capacitação de policiais - agentes sociais.
4. Parcerias Público/Privado	4. Financiamento
5. Comunidade	5. Controle Social

G. Projeto: Ampliação e aprimoramento do Projeto 'De Olho na Rua'.

Este projeto busca ampliar, democratizar e universalizar os mecanismos de comunicação entre condomínios, hotéis, escolas, unidades de saúde, táxis e coletivos, por um lado, e as Organizações Policiais, por outro.

Objetivos: Prevenir a ocorrência de eventos criminosos através do fortalecimento dos mecanismos de comunicação entre sociedade e Polícias.	
Órgão(s) governamental (is) Gestor(es): Secretaria de Defesa Social	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a cobertura dos condomínios residenciais e comerciais, de média e baixa renda, atendidos pelo projeto. • Ampliação dos mecanismos de capacitação de porteiros, motoristas táxis e coletivos, profissionais de recepção de unidades de saúde e escolas. • Promover mecanismos de sensibilização e comprometimentos dos policiais militares envolvidos no projeto. • Implementação de câmara de compensação que permita a sustentabilidade em áreas de baixa renda a partir de recursos transferidos de condomínios de alta renda. • Diminuição do tempo de resposta entre a comunicação do evento e a resposta policial. 	
Tempo para implementação: 6 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. SECOVI-PE	1. Formação, capacitação e monitoramento.
2. Empresas Privadas da área de Comunicação	2. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Empresas Privadas da área de Comunicação, SECOVI, Unidades atendidas pelo projeto.

5.4 PROGRAMA: INTERVENÇÃO

A. Projeto: Tráfico de Seres Humanos

Este projeto visa transformar o Estado de Pernambuco em um lugar inóspito para o tráfico de seres humanos, tanto nacional como internacional. Tendo como inspiração outras experiências bem sucedidas nessa área, a meta será inserir nas áreas econômica, social e política transformações que induzam à eliminação do tráfico de seres humanos no Estado.

Objetivos: Conhecer e mapear o tráfico de seres humanos no Estado, desenvolver políticas específicas de repressão, prevenção e dissuasão que ajudem a reduzir a incidência desse tipo de crime em Pernambuco.
Órgão(s) governamental(is) Gestor(es): SDS

Principais Resultados Esperados:

- Realização de pesquisa para determinar o perfil do tráfico de seres humanos nas diferentes regiões do Estado de Pernambuco.
- Realização de campanhas de informações educacionais sobre o tráfico de seres humanos nas escolas públicas e privadas do Estado.
- Criação de um sistema de monitoramento dissuasivo e em larga escala nos principais locais de entrada e saída ou de negociação do tráfico.
- Fortalecimento da integração do Estado com os principais programas nacionais e internacionais de combate ao tráfico de seres humanos, realizando projetos de cooperação com países que tenham experiência positivas de combate ao tráfico de seres humanos.
- Realização, através da secretaria de turismo em cooperação com a World Tourism Organization (Madrid – Espanha) de estudo que promova a orientação das políticas públicas para a retirada de investimentos dos grupos mais propensos ao turismo sexual, investindo no turismo de família, turismo ambiental e turismo de negócios.
- Realização de acordos de cooperação com o poder judiciário para acelerar a informatização dos processos relacionados a GPCA e a menores no Estado.
- Realização de treinamento das polícias no sentido de reconhecer e reprimir o tráfico de seres humanos.
- Fortalecimento do controle de fronteiras via tecnologia e treinamento.
- Fortalecimento do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Tráfico de Seres Humanos
- Promoção de campanhas publicitárias.
- Qualificação e formação dos agentes de saúde para essa temática
- Regulamentação da Lei que proíbe o acesso de crianças e adolescentes a hotéis, motéis, pousadas, sem os responsáveis ou autorização dos mesmos.
- Fortalecimento do controle da Polícia Rodoviária Federal e Estadual para enfrentamento do tráfico de seres humanos em âmbito intermunicipal, por meio da fiscalização.

Prazo para implementação: 4 meses**Tempo de vigência:** Permanente**Parceiros:**

1. Secretaria do Turismo,

2. Ministério Público Federal e Estadual

3. Polícia Federal

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Ministério do Turismo, órgãos internacionais de combate ao tráfico de seres humanos.

6. GESTÃO DEMOCRÁTICA

Um valor fundamental na construção e efetivação do Plano Estadual de Segurança Pública é o compromisso com a participação e controle social na formulação e execução das Políticas Públicas de Segurança, pressupostos fundamentais de uma gestão democrática. Para isso, apresentaremos aqui projetos que criem e consolidem espaços permanentes de discussão em torno da Segurança Pública envolvendo os seus vários atores, no Poder Público e na Sociedade Civil, fortalecendo e consolidando a participação de toda a sociedade no combate à violência e na disseminação de valores que contribuam para uma convivência harmônica entre os indivíduos e a garantia dos direitos à segurança e à vida.

A. Projeto: Criação do Conselho Estadual de Segurança Pública e Incentivo à Formação dos Conselhos Municipais e Comunitários de Segurança Pública.

Projeto que tem como objetivo a criação do Conselho Estadual de Segurança Pública, enquanto um canal de participação e controle sobre as políticas de Segurança Pública nos níveis estadual e regional, assim como o incentivo à formação dos Conselhos Municipais e Comunitários, promovendo uma ampla rede de mobilização, articulação e participação popular em torno da Segurança Pública. Vale salientar, que para esta ação é fundamental a participação não só dos governos, mas dos demais poderes e instâncias.

Objetivos: Criar canais de participação e controle nas políticas de segurança pública	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social /Gabinete do Governador	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Atingir os 184 municípios do estado e Fernando de Noronha até 2008, com os Conselhos Municipais de Segurança Pública instalados, capacitados e equipados.• Elaboração e Implantação dos Planos Municipais de Segurança Pública.• Controle e participação social na formulação e execução das políticas de segurança pública.• Redução da violência e criminalidade• Elaboração de uma metodologia para o funcionamento dos Conselhos	
Prazo para implementação: 03 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Municípios e Consórcios Municipais em Pernambuco	1. Articulação, planejamento integrado e execução
2. ONG's	2. Articulação, planejamento e execução da agenda de trabalhos
3. Universidades Públicas de Pernambuco	3. Articulação, planejamento e execução da agenda de trabalhos
4. Movimentos Sociais	4. Articulação, planejamento e execução da agenda de trabalhos
5. Ministério Público	5. Articulação, planejamento e execução da agenda de trabalhos
6. SENASP/MJ	6. Articulação, planejamento e execução da agenda de trabalhos

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Governo Estadual, Fundo Nacional de Segurança Pública, Municípios e outros recursos federais.

B. Projeto: I Conferência Estadual de Segurança Pública de Pernambuco

Projeto que tem como objetivo criar um espaço de diálogo entre o estado e a sociedade, mobilizando estados e municípios para aperfeiçoarem e estruturarem a Política de Segurança Pública. Isto se dará através da realização da I Conferência Estadual de Segurança Pública e do apoio aos municípios para execução das Conferências Municipais. Neste sentido, as Conferências deverão construir condições para a implementação do Sistema Único de Segurança Pública, visando a articulação entre os vários agentes e esferas que atuam nesta área, oferecendo à sociedade serviços de qualidade e a garantia do direito a segurança.

Objetivos: Criar um espaço de diálogo sobre segurança pública entre o estado e a sociedade.	
Órgão Governamental Gestor: SDS/Gabinete do Governador	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none">• Realização da I Conferência Estadual de Segurança Pública em Pernambuco• Incentivo à realização das Conferências Municipais de Segurança Pública.• Mecanismos permanentes de controle social sobre as Políticas Públicas de Segurança em Pernambuco.• Projeto de Lei tornando permanente a realização da Conferência Estadual enquanto política pública de estado.• Socialização dos resultados através de mecanismos de divulgação a sociedade• Captação de recursos	
Prazo para implementação: 3 meses	Tempo de vigência: Até o fim de 2008
Parceiros:	Atividade Principal:
1.SENASP	1. Apoio técnico
2.Municípios	2. Apoio Técnico

Fontes possíveis de recursos ou financiamento: SENASP, Governo estadual e orçamentos municipais, Fundo Nacional de Segurança Pública.

C. Projeto: Fóruns Estaduais de Segurança Pública

Projeto que busca subsidiar a realização das conferências estaduais e a ação dos Conselhos, mantendo diálogo permanente entre os vários agentes envolvidos na política de segurança, através da criação de fóruns estaduais de Segurança Pública. Teremos dois fóruns: um composto pelo poder público envolvendo as esferas municipal, estadual e os três poderes; outro, constituído pelas organizações da sociedade civil. Em ambos, serão realizadas plenárias de avaliação e debate sobre a implementação do Plano Estadual de Segurança Pública, sua execução e resultados, sendo que o segundo também fará o controle social.

Objetivos: Criar espaços de diálogo permanente sobre a política pública de segurança.
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social /Gabinete do Governador

Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de dois fóruns estaduais de segurança pública; • Ampliação da participação popular em torno do tema da segurança pública; • Redução da violência e criminalidade • Promoção da pactuação entre o Poder Público do Estado com os municípios; • Promoção do Controle Social pelas organizações representativas da sociedade civil. 	
Prazo para implementação: 03 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Municípios e Consórcios Municipais em Pernambuco	1. Participação e organização
2. ONG's	2. Participação e organização
3. Universidades Públicas de Pernambuco	3. Participação e organização
4. Movimentos Sociais	4. Participação e organização
5. Ministério Público	5. Participação e organização
6. SENASP/MJ	6. Apoio
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Tesouro Estadual, Fundo Nacional de Segurança Pública, Municípios e outros recursos federais.	

D. Projeto: Pacto pela Vida – Uma Ação de Todos

Projeto que busca disseminar as ações e princípios do Pacto pela Vida através de ampla divulgação na mídia e formulação de materiais educativos que informem à população suas ações e resultados.

Objetivos: Divulgar ampla e permanentemente as ações e resultados do Pacto pela Vida;	
Órgão Governamental Gestor: Secretaria de Defesa Social /Gabinete do Governador	
Principais Resultados Esperados:	
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação em vários meios das ações do Pacto pela Vida e seus resultados; • Redução da violência e criminalidade • Materiais educativos dos mais variados temas que disseminem os valores do Pacto pela Vida. 	
Prazo para implementação: 02 meses	Tempo de vigência: Permanente
Parceiros:	Atividade Principal:
1. Municípios e Consórcios Municipais em Pernambuco	1. Articulação e divulgação
2. ONG's	2. Articulação e divulgação
3. Universidades Públicas de Pernambuco	3. Articulação e divulgação
4. Movimentos Sociais	4. Articulação e divulgação
5. Ministério Público	5. Articulação e divulgação
6. SENASP/MJ	6. Articulação, formulação e divulgação.
Fontes possíveis de recursos ou financiamento: Tesouro Estadual, Fundo Nacional de Segurança Pública, Municípios e outros recursos federais.	

LISTA DE PROJETOS

REPRESSÃO QUALIFICADA

1.1 PROGRAMA: POLÍCIAS

1.1.1 Subprograma: Polícia civil

- A. **Projeto:** Criação e fortalecimento de delegacias especializadas para mulheres
- B. **Projeto:** Criação de delegacia especializada para idosos (as)
- C. **Projeto:** Efetivo da Polícia Civil de Pernambuco
- D. **Projeto:** Centros especializados em Prevenção e Repressão de delitos
- E. **Projeto:** Melhoria da Infra-estrutura Polícia Civil de Pernambuco
- F. **Projeto:** Delegacia de Prevenção e Repressão aos Crimes Eletrônicos
- G. **Projeto:** Criação da Delegacia Policial de Prevenção e Repressão aos Crimes contra a Propriedade Intelectual.
- H. **Projeto:** Criação de Novas Delegacias
- I. **Projeto:** Atuação integrada da Polícia Civil.
- J. **Projeto:** Controle e eliminação do plantio de drogas no Estado.
- K. **Projeto:** Criação do Departamento de Repressão ao Narcotráfico (DENARC)
- L. **Projeto:** Criação de Delegacia Policial Antidiscriminação.
- M. **Projeto:** Construção e Reforma de Delegacias

1.1.2 Subprograma: Polícia militar

- A. **Projeto:** Pronta resposta eficiente
- B. **Projeto:** Efetivo da Polícia Militar e Guarda Patrimonial de Pernambuco.
- C. **Projeto:** Programa de inteligência/Contra Inteligência da Polícia Militar de Pernambuco
- D. **Projeto:** Presença ostensiva da Polícia Militar de Pernambuco
- E. **Projeto:** Construção de Batalhões da PMPE

1.1.3 Subprograma: Integração Policia Militar e Policia Civil

- A. **Projeto:** Criação de uma força-tarefa de combate às milícias privadas e grupos de extermínio no Campo em Pernambuco.
- B. **Projeto:** Toda violência contra a mulher será punida
- C. **Projeto:** Eficácia policial
- D. **Projeto:** Projeto de Cooperação Interna da Secretaria de Defesa Social
- E. **Projeto:** Repressão ao porte e ao comércio ilegal de arma de fogo
- F. **Projeto:** Sistema de segurança e proteção da Pessoa Idosa e Pessoa Deficiente
- G. **Projeto:** Otimização da Distribuição Espacial do Efetivo Policial
- H. **Projeto:** Criação do Comitê de Gestão Integrada das Polícias Militar e Civil de Pernambuco.

1.1.4 Subprograma: Controle externo e interno das Polícias

- A. **Projeto:** Modernização do Sistema de Controle da Atividade Policial
- B. **Projeto:** Publicidade das ações institucionais
- C. **Projeto:** Ouvidoria participativa

1.2 PROGRAMA: SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

1.2.1 Subprograma: Polícia e Judiciário

A. **Projeto:** Inteligência pela Vida - Depósito de armas e munições

1.2.2 Subprograma: Sistema Prisional – Infra-estrutura e Gestão

A. **Projeto:** Aumento de vagas nas Unidades Prisionais

B. **Projeto:** Reestruturação do parque de equipamentos de segurança e tecnológicos nas Unidades Prisionais.

C. **Projeto:** Suporte à Gerência de Penas Alternativas e Integração Social do estado de Pernambuco

1.3 PROGRAMA: FUNDAC.

A. **Projeto:** Estruturação do sistema sócio-educativo com a implementação Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

1.4 PROGRAMA: INTELIGÊNCIA

A. **Projeto:** Sistema Regional de Inteligência de Segurança Pública do Nordeste

B. **Projeto:** Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública.

C. **Projeto:** Bancos de Dados Estaduais de Inteligência de Segurança pública

D. **Projeto:** Estruturação humana e material do Sistema de Inteligência do Estado

2. APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL

2.1 PROGRAMA: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

2.1.1 Subprograma: Valorização Profissional da Polícia Civil de Pernambuco

A. **Projeto:** Política de Recursos Humanos da PCPE

B. **Projeto:** Plano de cargos, carreiras, vencimentos e recompensas - PCPE.

C. **Projeto:** Modelo de Assistência Social da PCPE

2.1.2 Subprograma: Valorização Profissional da Polícia militar de Pernambuco

A. **Projeto:** Política Recursos Humanos da PMPE.

B. **Projeto:** Modelo de assistência social PMPE.

2.1.3 Subprograma: Valorização Profissional do Sistema prisional

A. **Projeto:** Composição de cargos e implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Secretaria Executiva de Ressocialização.

2.2 PROGRAMA: REFORMA INSTITUCIONAL

2.2.1 Subprograma: Reforma Institucional da PCPE

A. **Projeto:** Lei orgânica da PCPE

B. **Projeto:** Desconcentração da gestão financeira da PCPE

C. **Projeto:** Lei de Reestruturação e Regionalização da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente – GPCA

2.2.2 Subprograma: Reforma Institucional da Polícia Militar de Pernambuco

- A. **Projeto:** Aprovação e Implementação do Sistema de Saúde da PMPE (SISMEPE)
- B. **Projeto:** Extensão do Nadeq – Núcleo de Apoio ao Dependente Químico
- C. **Projeto:** Pacote Legislativo Institucional PMPE
- D. **Projeto:** Modelo de dotação e fornecimento de recursos logísticos da PMPE
- E. **Projeto:** Otimização das Escalas de Trabalho da PMPE
- F. **Projeto:** Informatização administrativa PMPE
- G. **Projeto:** Comunicação Social PMPE

2.2.3 Subprograma: Integração do Sistema de Defesa Social;

- A. **Projeto:** Melhoria do atendimento ao cidadão
- B. **Projeto:** Polícia Legal

2.2.4 Subprograma: Reforma Institucional da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC)

- A. **Projeto:** Reestruturação institucional da FUNDAC

2.2.5 Subprograma: Reestruturação de Outras Áreas

- A. **Projeto:** Aprovação do COJ (Varas Regionais da Infância e Juventude)
- B. **Projeto:** Integração entre Segurança Pública e Privada

2.3 PROGRAMA: MODELAGEM DE PROCESSOS.

2.3.1 Subprograma: Polícia civil de Pernambuco

- A. **Projeto:** Procedimento Operacional Padrão (POP) – PCPE.
- B. **Projeto:** Programa de Avaliação de Desempenho da PCPE

2.3.2 Subprograma: Polícia militar de Pernambuco

- A. **Projeto:** Procedimento Operacional Padrão (POP) – PMPE
- B. **Projeto:** Programa de Avaliação de Desempenho da PMPE

2.3.3 Subprograma: Sistema prisional

- A. **Projeto:** Atualização do Código Penitenciário de Pernambuco.
- B. **Projeto:** Eficiência e transparência na gestão penitenciária.

2.3.4 Subprograma: Integração do Sistema de Defesa Social

- A. **Projeto:** Protocolo de atuação nos casos de reintegração de posse de terra
- B. **Projeto:** Protocolo de atuação das polícias nos casos de reintegração de posse no meio urbano

3. INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

3.1 PROGRAMA: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- A. **Projeto:** Banco de Dados sobre a violência no campo.

- B. **Projeto:** Inteligência pela Vida – Levantamento e Base de Dados
- C. **Projeto:** Banco de dados sobre presos
- D. **Projeto:** Banco de dados sobre violência envolvendo a criança e o adolescente.
- E. **Projeto:** Banco de dados sobre Violência Contra a Mulher
- F. **Projeto:** Banco de dados sobre Juventude e Violência
- G. **Projeto:** Consolidação, Ampliação e Integração dos Sistemas de Informação de Defesa Social
- H. **Projeto:** Criação de um Observatório Estadual sobre Drogas

3.2 PROGRAMA: GESTÃO DO CONHECIMENTO:

3.2.1 Subprograma: Pesquisa

- A. **Projeto:** Mapeamento da relação Juventude e violência no Estado
- B. **Projeto:** Pesquisa sobre a Prevalência do Uso Nocivo e da Dependência de Drogas Lícitas e Ilícitas em Usuários da Atenção Básica do Sistema de Saúde no Estado.
- C. **Projeto:** Pesquisa de Prevalência do uso nocivo e da dependência de drogas lícitas e ilícitas em usuários dos Hospitais Regionais do Estado de Pernambuco
- D. **Projeto:** Inteligência pela vida – Pesquisa
- E. **Projeto:** Dimensão Étnico-racial da violência
- F. **Projeto:** Diagnóstico da situação de violência praticada contra e por criança e adolescente
- G. **Projeto:** Sistema Estadual de Gestão de Conhecimento em Segurança Pública
- H. **Projeto:** Grupo de Trabalho sobre a questão Indígena e Segurança Pública

3.3 PROGRAMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- A. **Projeto:** Modernização tecnológica do Sistema de Informações da Defesa Social

4. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

4.1 PROGRAMA: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

4.1.1 Subprograma: Formação e Capacitação Integrada Sistema de Defesa Social

- A. **Projeto:** Programa Estadual de Ensino Integrado da Secretaria de Defesa Social
- B. **Projeto:** Formação de Gestores e Operadores da Segurança Pública
- C. **Projeto:** Inteligência pela Vida – Treinamento em armas não-letais

4.1.2 Subprograma: Formação e Capacitação do Sistema Prisional

- A. **Projeto:** Formação e capacitação dos Servidores do Sistema Prisional

4.1.3 Subprograma: Formação e Capacitação da Polícia Civil

- A. **Projeto:** Capacitação Profissional PCPE

4.1.4 Subprograma: Formação e Capacitação da Polícia Militar

- A. **Projeto:** Capacitação Profissional PMPE

4.1.5 Subprograma: Formação e Capacitação para Prevenção da Violência

- A. **Projeto:** Apoio à formação continuada dos Conselhos de Direitos e Tutelares
- B. **Projeto:** Formação e Capacitação sobre redução de danos
- C. **Projeto:** Formação Educacional e Profissional para Adolescentes e Jovens em Situação de Risco Social.

5. PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

5.1 PROGRAMA: INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA OU SOCIAL

5.1.1 Subprograma: Conhecimento e divulgação dos Direitos Humanos.

- A. Projeto:** Articulação de ações políticas em prol da população LGBTTT
- B. Projeto:** Afirmando Direitos
- C. Projeto:** Servidores e Servidoras Discutindo Gênero, Raça/Cor e Direitos Humanos.
- D. Projeto:** Campanhas Educativas Relativas ao Uso Nocivo e Dependência em Drogas Lícitas e Ilícitas.
- E. Projeto:** Concurso Estadual de Pesquisas Aplicadas
- F. Projeto:** Juventude, Polícia e Direitos Humanos.

5.1.2 Subprograma: Prevenção da Violência nas Escolas e nas Comunidades

- A. Projeto:** Implantação das Temáticas de Gênero, Direitos Humanos e Etnia/Raça no Currículo Escolar de todos os Colégios de Pernambuco.
- B. Projeto:** A Cultura de Paz nas Escolas
- C. Projeto:** Capacitando para Ação
- D. Projeto:** Segundo Tempo
- E. Projeto:** Jovens em situação de risco

5.1.3 Subprograma: Inclusão Produtiva

- A. Projeto:** Jovem Trabalhador(a)
- B. Projeto:** Centro da Juventude
- C. Projeto:** Juventude em Movimento
- D. Projeto:** Mulheres Trabalhadoras

5.1.4 Subprograma: Mediação de conflitos na comunidade

- A. Projeto:** A Cultura de Paz em Ação na Comunidade

5.1.5 Subprograma: Prevenção da Violência nos Estádios

- A. Projeto:** Torcendo pela Paz

5.1.6 Subprograma: Arte, Cultura e Esporte pela promoção da Vida Segura.

- A. Projeto:** Esporte pela vida

5.1.7 Subprograma: Tratamento para usuários de drogas lícitas e ilícitas

- A. Projeto:** Fortalecimento da rede de proteção social para usuários de drogas (incluindo presos), seus dependentes e familiares.
- B. Projeto:** Prevenção e enfrentamento das drogas entre crianças e adolescentes
- C. Projeto:** Criação de unidades de desintoxicação em hospitais gerais de PE
- D. Projeto:** Educação em saúde aos usuários de drogas lícitas e ilícitas
- E. Projeto:** Rede de atenção integral aos usuários de drogas lícitas e ilícitas

5.2 PROGRAMA: PREVENÇÃO E GESTÃO

5.2.1 Subprograma: Desarmamento/prevenção do extravio de armas

- A. **Projeto:** Tecnologia para o Desarmamento e contra a Violência
- B. **Projeto:** Tecnologia para o controle da munição

5.2.2 Subprograma: Fortalecimento dos Conselhos Tutelares

- A. **Projeto:** Fortalecimento dos Conselhos Tutelares

5.2.3 Subprograma: Proteção as Vítimas de Violência

- A. **Projeto:** Centro da Família

5.2.4 Subprograma: Jovens em Conflito com a Lei, Sentenciados e Egressos.

- A. **Projeto:** Agilidade de processos dos jovens em conflito com a lei
- B. **Projeto:** Ressocialização de presos e egressos.
- C. **Projeto:** Educação e Profissionalização de egressos e detentos
- D. **Projeto:** Pintando a liberdade
- E. **Projeto:** Programa de atendimento a família de preso(a)

5.2.5 Subprograma: Enfrentamento do abuso, da exploração e da violência sexual contra crianças e adolescentes.

- A. **Projeto:** Revisão do Plano Estadual de enfrentamento do abuso, da exploração e da violência sexual contra crianças e adolescentes

5.3 PROGRAMA: PREVENÇÃO SITUACIONAL

5.3.1 Subprograma: Planejamento de espaços seguros

- A. **Projeto:** Plano estadual de Iluminação Pública
- B. **Projeto:** Integração de espaços urbanos isolados
- C. **Projeto:** Plano estadual de Regularização Fundiária
- D. **Projeto:** Segurança e Adequação do Mobiliário Urbano
- E. **Projeto:** Segurança no Transporte Coletivo
- F. **Projeto:** Criação e Manutenção dos Equipamentos Públicos de Lazer, Cultura e Esportes.
- G. **Projeto:** Ampliação e aprimoramento do Projeto 'De Olho na Rua'.

5.3 PROGRAMA: INTERVENÇÃO

- A. **Projeto:** Tráfico de Seres Humanos

6. GESTÃO DEMOCRÁTICA

- A. **Projeto:** Criação do Conselho Estadual de Segurança Pública e Incentivo à Formação dos Conselhos Municipais e Comunitários de Segurança Pública
- B. **Projeto:** I Conferência Estadual de Segurança Pública de Pernambuco
- C. **Projeto:** Fóruns Estaduais de Segurança Pública
- D. **Projeto:** Pacto pela Vida – Uma Ação de Todos